

**DO APITO DAS FÁBRICAS AO TOQUE
DOS SINOS NO GRUPO ESCOLAR
ESTEVAM DE OLIVEIRA
(1914 – 1946)**

Maria Aparecida Figueiredo Cohn

***Do apito das fábricas ao toque dos sinos no Grupo
Escolar Estevam de Oliveira (1914 – 1946)***

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck.

Juiz de Fora

2008

MARIA APARECIDA FIGUEIREDO COHN

***DO APITO DAS FÁBRICAS AO TOQUE DOS SINOS NO GRUPO ESCOLAR
ESTEVAM DE OLIVEIRA (1914 – 1946)***

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:

Prof^ª Dr^ª Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck
(Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF.

Prof^ª. Dr^ª. Rosa Fátima de Souza
Programa de Pós-Graduação em Educação, UNESP/
Araraquara

Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF.

Juiz de Fora, 16 de maio de 2008.

À minha querida filha Laís, por ter compartilhado de todos os momentos vividos durante a confecção deste trabalho.

Aos meus pais pelo carinho e dedicação.

Aos meus irmãos que também fizeram parte dessa história.

À memória de Ignez e Ernst, que me incentivaram na busca constante pela pesquisa.

Ao Jorge, pelo seu, companheirismo e estímulo.

AGRADECIMENTOS

À Lola por ter sido minha orientadora, que me acolheu com todo carinho no seu Grupo de Pesquisa, permitindo a minha inserção na pesquisa no campo da História da Educação;

À amiga e Prof^a. Dr^a. Dirce Nei Teixeiras de Freitas, da Universidade Federal da Grande Dourados, MS, apesar da distância, aludiu quais os caminhos devia trilhar para conquistar essa titulação, como também, plantou em mim a semente da pesquisa.

As professoras do Colégio de Aplicação João XXIII pela instigação na busca pela pesquisa, particularmente, Acácia, Nélia, Kátia, Andréa, Eliana e Terezinha Barroso. De um modo especial, à Acácia que sempre tinha um “texto” diferente para ser compartilhado. Assim como, Terezinha Barroso que com toda atenção, indicou sua mãe para ser uma das entrevistadas.

Aos professores do Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela competência e dedicação com que desenvolvem seus trabalhos. Em especial, às Prof^{as}. Maria Teresa Freitas, Sonia Clareto e Diva Sarmento, que sempre me impulsionaram nos caminhos delicados da pesquisa.

À Prof^a Rosa Fátima de Souza por suas contribuições relevantes à ampliação deste trabalho, não só no momento da qualificação, mas também com sua produção acadêmica e ao Prof. Carlos Fernando, pela sua participação tão significativa.

Ao Prof. Marcus Levy Bencostta e Prof, Eduardo Magrone que aceitaram ser suplentes em minha banca de defesa, e se disponibilizaram a leitura de minha dissertação.

Aos funcionários Getúlio, Cidinha, Valmir, Tereza, Cláudio, Alessandro, sempre, pacientes e solícitos.

Aos amigos do mestrado e às colegas do NESCE/FACED/UFJF, pelas valiosas discussões e sugestões para o desenvolvimento desta pesquisa.

As amigas, Rosana Vidigal, Ana Maria Evangelista e Renatinha Vargas que, com muita afeição dividimos momentos alegres e difíceis. E que além da amizade contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

À Mariângela pelo seu carinho, disponibilidade e criteriosa revisão de texto.

A minha família e amigos, com quem compartilhei bons e maus momentos, os quais me permitiram crescer como pessoa. Em especial aos meus amigos, Waleska Bueno Salgado e João Tibúrcio Salgado e meus queridos irmãos, Reginaldo, Rita, Elvira e Maurício, sendo este o precursor deste trabalho.

Agradeço aos depoentes que, gentilmente, se dispuseram a expor suas histórias com os quais procurei desenvolver uma relação de confiança, amizade e laços afetivos, que proporcionaram o afloramento de lembranças e emoções. Como também, fizeram parte dessa história, fornecendo dados valiosos para o desdobramento deste trabalho.

A Capes cujo financiamento foi essencial para realizar a pesquisa com um pouco mais de tranquilidade.

Aos funcionários de Arquivo Público Mineiro que me receberam com muita atenção e carinho na busca incessante por documentos relacionados a esta pesquisa.

À amiga Vera Lúcia Nogueira da FUMEC, doutoranda pela UFMG, pela sua atenção e momentos preciosos dos quais disponibilizou suas descobertas e sugestões para o aditamento da pesquisa.

Esta dissertação é uma produção que reflete a contribuição de inúmeros amigos, companheiros de caminhada que, direta ou indiretamente, participaram da minha vida antes e durante este momento de elaboração. A todos aqueles que também mereciam o meu “muito obrigada”, mas por esquecimento deixei passar, o meu perdão!

Por fim e, em primeiro lugar, a Deus e a todos os santos e santas aos quais eu insistentemente recorro para me ajudarem a percorrer os caminhos escolhidos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- 01 - Foto da Avenida Rio Branco - Século XIX – (Antiga Rua Direita) principal avenida da cidade de Juiz de Fora
- 02 – Foto Lembrança do Grupo Escolar José Rangel – Arquivo pessoal Dr. Reginaldo Figueiredo
- 03 – Quadro 1 – Relativo às matrículas da Escola Noturna (1914/1925).
- 04 – Foto Diploma Sr. Gabriel Figueiredo, 1940. Arquivo Pessoal
- 05 – Fotos crianças trabalhando – Cia Pantaleoni Arcuri
- 06 – Foto alunos do Grupo Escolar José Rangel
- 07 – Quadro 2 - Índice de Aprovação Grupo Escolar Estevam de Oliveira (1926- 1940).
- 08 – Gráfico 1- Índice de aprovação Grupo Escolar Estevam de Oliveira (1926 - 1940).
- 09 – Fotos da Fachada do Palacete Santa Mafalda 1907 e 2007.
- 10 – Planta baixa do Palacete, pavimento superior e inferior – cópia do Relatório do Inspetor Estevam de Oliveira, 1906 – Arquivo Público Mineiro.

“A criatura estudiosa que levas dentro de ti, o inquieto ser espiritual que encarna a tua autêntica personalidade, guia-te pela vida.

Não dê as costas aos futuros possíveis antes de estar seguro de que não tens nada a aprender com eles”.

Richard Bach

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a reconstituição da história de uma instituição escolar: o Grupo Escolar Estevam de Oliveira da cidade de Juiz de Fora – MG. O recorte temporal privilegiado refere-se aos primórdios da criação da Escola Noturna para adultos do sexo feminino, em 1914 até o ano de 1946 quando a União regulamenta a instrução primária para adolescentes e adultos, através da Lei Orgânica. O objetivo foi o de compreender os aspectos ligados à organização e funcionamento da escola noturna: o ordenamento normativo, a representação de escola noturna presente nos documentos, bem como os espaços, tempos, currículos, e principalmente, o conhecimento dos sujeitos que freqüentaram e produziram a primeira escola destinada aos trabalhadores da cidade de Juiz de Fora, a “Manchester Mineira”. Recorremos às formulações teórico-metodológicas da História Cultural cujos referenciais têm possibilitado o estudo e a compreensão de novos objetos da historiografia da educação permitindo um novo olhar sobre as instituições escolares. Para o desenvolvimento dessa investigação foi percorrido um sinuoso caminho metodológico que percorreu a revisão bibliográfica dos principais temas pertinentes à pesquisa e a análise de fontes escritas, orais e iconográficas. Como suporte teórico pode-se destacar as contribuições de MAGALHÃES (2004); FARIA FILHO (2003) e SOUZA (2006). O diálogo com essas fontes nos permitiu conhecer a mobilização em prol da educação dos operários da cidade, e também, a compreensão da dinâmica de construção e do cotidiano do primeiro Grupo Escolar Noturno, público, destinado aos trabalhadores, com seus conflitos e experiências. Vale ressaltar que, em determinado momento, esse público se constituiu de crianças, jovens e adultos. Este trabalho se mostra relevante ao realçar alguns aspectos da história da população, do aluno/trabalhador e da cidade de Juiz de Fora e o meu desejo de contribuir para o debate atual sobre o ensino público no Brasil.

Palavras - chave: Grupo Escolar - Ensino Noturno - Juiz de Fora – MG.

ABSTRACT

This research focus in the reconstitution of the history of a school institution: the Group Estevam de Oliveira in the city of Juiz de Fora - MG. The historical moment was the creation of the Nocturnal School for adults of the feminine sex, from 1914 until 1946 when the Union regulates the primary instruction for adolescents and adults, through the "Organic Law". The objective was to understand the aspects to the organization and functioning of the nocturnal school: the normative order, the representation of present nocturnal school in documents, as well as the spaces, times, resumes, and mainly, the knowledge of the citizens that had frequented and created the first school destined to the workers of the city of Juiz de Fora, the "Manchester Mineira". The base was the theory-methodology from the Cultural History for the formularizations of this study. For the development of the research a bibliographical revision of the main pertinent subjects and the analysis of written sources, prays and iconographic was performed. As theoretical support I used the contributions from MAGALHÃES (2004); FARIA FILHO (2003) and SOUZA (2006). The dialogue with these sources allowed us to know the mobilization in favor of the education for the laborers of the city, and also, the understanding of the dynamics of construction and the daily of the first Nocturnal, public school, destined for the workers, with its conflicts and experiences. It is important to point out that, at a defined moment, this public was constituted of children, young and adults. This work shows some aspects of the history of the inhabitant, the student/worker and the city of Juiz de Fora and my desire to contribute with the discussion on public education.

Key Words: school group - Nocturnal Education - Juiz de Fora /MG - education

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	14
a) Um pouco da história da cidade de Juiz de Fora - MG.....	17
2 – O QUE PRETENDO CONTAR?	26
2.1 Entrevistas produzidas pela pesquisa.....	34
2.1.1 – Geraldo Halfeld.....	34
2.1.2 – Gabriel Figueiredo.....	34
2.1.3 – Profª. Leda Dalva de Cartro Barroso.....	35
3 - O BALUARTE DA PESQUISA.....	37
4 – CAMINHOS DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	45
4.1 A Ordenação do Ensino em Minas Gerais no período.....	50
4.2 Ensino Noturno: uma abordagem histórica.....	55
4.3 O Nascimento dos Grupos Escolares.....	58
4.4 As primeiras escolas de Juiz de Fora.....	67
4.5 Os Grupos Escolares em Juiz de Fora – MG.....	72
5- O ENSINO PRIMÁRIO NOTURNO E A LEGISLAÇÃO MINEIRA.....	76
5.1 Final do século XX até a primeira década do século XX.....	77
5.2 Primeiros anos da década de 1920.....	84
5.3 Os Anos 1920.....	87
5.4 Os Anos 1930.....	89
5.5 Início da Década de 1940.....	91
6- O SURGIMENTO DO PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR NOTURNO DA CIDADE DE JUIZDEFORA-MG: O GRUPO ESCOLAR ESTEVAM DE OLIVEIRA.....	94
6.1 O embrião do Grupo Escolar “Estevam de Oliveira”: A Escola Noturna para adultos do sexo feminino em Juiz de Fora/MG.....	95
6.2 O Programa da Escola Noturna.....	105
7 – DO APITO DAS FÁBRICAS AO TOQUE DOS SINOS NO GRUPO ESCOLAR “ESTEVAM DE OLIVEIRA” (1926-1946).....	111

7.1 Os alunos do Grupo Escolar Noturno “Estevam de Oliveira”	114
7.2 Perfil sócio – econômico dos alunos.....	120
7.3 Aspectos administrativos e Pedagógicos do Grupo.....	124
7.3.1 Os exames no Grupo Escolar “Estevam de Oliveira” (1926-1940).....	125
7.3.2 As Reuniões de Leitura.....	132
7.3.3 A Caixa Escolar.....	135
7.3.4 Os Auditórios.....	137
7.3.5 Os Termos de Visita.....	139
7.3.6 O Espaço Educativo: o Palacete Santa Mafalda.....	141
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
9 – REFERÊNCIAS.....	158
9.1 – Fontes.....	166
10 – ANEXO.....	170

I - Introdução

Para que a parte inicial deste trabalho seja bem compreendida pelo leitor, optou-se por estruturar esta introdução em dois tópicos, sendo o primeiro uma breve apresentação de como surgiu o interesse pelo tema, acrescida de lembranças recuperadas em minha memória da época que fazia os caminhos da cidade para a escola. No segundo, para que o leitor melhor se localize, procedo a um sucinto histórico da cidade.

Falar deste trabalho é também falar um pouco da minha história como aluna oriunda do curso primário no Grupo Escolar Delfim Moreira e professora das séries iniciais do ensino fundamental em escola pública.

Peço licença para viajar no tempo e trazer significativas recordações uma vez que considero ser importante explicitar meu histórico de vida, que se constitui como parte importante do próprio processo de formação.

Compreendo esses momentos de vida e de formação como um processo único no qual fui me constituindo como pessoa e profissional da educação. Tal processo gera lembranças vagas e distantes, que me auxiliam a iluminar as imagens resgatadas pela memória.

As memórias não aparecem livre e espontaneamente, elas fazem parte de um trabalho ativo do pesquisador e dos sujeitos da pesquisa, no sentido de recuperar o passado à luz do presente. E é nesse momento que retrato um pouco do meu cotidiano como ex-aluna de escola pública, o Grupo Escolar. Nesse sentido, é o momento atual que dá significado às lembranças:

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam a nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor (BOSI, 1987, p.17).

O caminho percorrido entre a cidade e a escola era vivido intensamente, com muitos aprendizados e representações que permaneceram registrados, como se pode ver a seguir:

O relógio marca meio dia e meia. Eu, com sete anos, e meu irmão, com dez anos, de uniforme branco e azul marinho, saímos do bairro Santa Helena, na cidade de Juiz de Fora, em direção ao Grupo Escolar, localizado no centro da cidade. Como caminhantes, vamos descendo a rua São Sebastião em direção à via principal, a Avenida Rio Branco. Passamos por pessoas comuns, que saem do trabalho, que retornam às suas atividades, crianças que vão para suas escolas, Academia de Comércio, Instituto Granbery, Colégio Santos Anjos e nós vamos para o grupo escolar que fica em frente à Matriz, Catedral Metropolitana. As lembranças de minha meninice se misturam ao que Pedro Nava (1973, p. 179) retratou sobre a Rua Halfeld.

a Rua Halfeld desce como um rio, do morro do Imperador, e vai desaguar na Praça da Estação. Entre sua margem direita e o Alto Passos estão a Câmara; o Fórum; a Academia de Comércio, com seus padres; o Stella Matutina, com suas freiras; a matriz, com suas irmandades; a Santa Casa de Misericórdia, com seus provedores (NAVA,1973,p.179).

Como a rua São Sebastião fica paralela à rua Halfeld, tenho o mesmo sentimento do memorialista. Na avenida, meu irmão e eu seguíamos em direção ao grupo escolar. Nos caminhos da escola, vamos aprendendo a sentir, a olhar, observar, cheirar e perceber o cotidiano, as maneiras de fazer do urbano, conhecemos e incorporamos a cidade no caminho da escola. No olhar de Certeau (2003), os nossos passos moldam os espaços e tecem lugares pelos quais vamos passando. O autor toma como objeto de apreensão da cultura as práticas das pessoas comuns, as maneiras de fazer, ler, caminhar, habitar, etc.

Entramos no grupo! Naquele momento era impossível não distinguir, na paisagem da cidade, o imponente prédio, o Palacete Santa Mafalda, sua fachada com sacadas e portões de

ferro, o porteiro, salas enormes, escadas de madeira em caracol, o sino, o som das crianças. Era o meu primeiro contato com a escola e com os caminhos da cidade. Começa minha vida escolar! O ir e vir da escola auxiliava a uma apropriação do espaço urbano, um reconhecimento da cidade. A localização privilegiada, no centro da cidade, integrava o núcleo urbano composto pela Prefeitura, correios, bancos, casas comerciais, praça central e a Igreja Matriz.

Alguns anos mais tarde, o caminho da escola já era conhecido, os movimentos e expressões da cidade já haviam sido incorporados no meu cotidiano. O relógio marca o mesmo horário, eu, agora com dez anos, e minhas irmãs, com sete anos, caminhamos para o Grupo Escolar. Era o início da vida escolar e urbana de minhas irmãs!

O grupo escolar ainda está presente, cristalizado na memória de muitos de nós, uma escola ligada a um momento particular de nossa história. Não deixamos de nos lembrar da fachada, do portão de ferro, do sino, das horas cívicas, cantos na entrada e saída da escola, declamações de poesias, caixa escolar, sopa, medalhas de honra ao mérito, pelotão de saúde e de nossas professoras. A recordação dessa escola está guardada na memória de muitas gerações e, principalmente, em lembranças particulares como a que remete à minha vida escolar.

Refletindo sobre as relações entre escola e urbanização, Nunes (2002, p.17) aponta que “lembrar do espaço escolar é lembrar também do entorno, do trajeto que leva da casa à escola, percurso de descoberta e manipulação, de aventuras e perigos, de brincadeiras e desafios”.

As trajetórias e as memórias de tempo escolar são experiências intensas de descobertas da ligação entre a memória particular e social. Como adverte Yunes apud Nunes (2000, p. 23),

As bagagens de memória pessoal e social, rastreadas, se multiplicam na partilha, apuram detalhes na narração, ganham foco caleidoscópico na associação e nem assim esgotam o acervo com que o sujeito lida, pois museus, bibliotecas, cinematecas, prédios, academias, universidades, cidades, imagens e normas muitas

vezes são formas de memórias institucionalizadas, cuja rememoração está sob controle social rígido. Estas memórias se tornam muitas vezes sagradas e alienam-se do cotidiano dos sujeitos, embora mantenham seu valor intrínseco (YUNES apud NUNES, 2000, p.23).

No entendimento de Bastos e Stephanou (2005, p. 420), memória é:

(...) uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons, silêncios, aromas e sabores, texturas, formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, ressignificamos nossa vida. Esse ressignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente (BASTOS e STEPHANOU, 2005, p.420).

O que se pode perceber é que, na visão dessas autoras, a memória envolve todos os personagens, momentos, cheiros, sabores, sensações e formas da vida escolar, ou seja, a memória é vida. E isso vai desde os primeiros tempos, os contatos, os movimentos, isto é, os modos de pensar e fazer. Tais reflexões me permitiram inferir que a reconstituição dessa história requer um ato de olhar o Grupo Escolar Estevam de Oliveira, de ensino noturno, através de seus muros e fachadas. Uma escola que veio compor a tríade dos Grupos Escolares “José Rangel” e “Delfim Moreira”, respectivamente o primeiro e segundo Grupos Escolares, os Grupos Centrais,¹ implantados em 1907 na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

O Grupo Escolar Estevam de Oliveira constitui o objeto de maior interesse para este estudo que privilegiou o período de ensino noturno, que abrange desde a sua origem, em 1914, com a Instalação da Escola Noturna para adultos do sexo feminino, anexa ao Primeiro Grupo, Grupo Escolar José Rangel, até o ano de 1946, quando da redemocratização do país no período pós-guerra. Para tratar esse assunto, faz-se necessário situar a cidade de Juiz de Fora

¹ Nome justificado pela sua localização, em frente à Catedral Metropolitana, numa área central que, nos idos dos primeiros vinte anos do século XX, compunha um trecho urbano considerado nobre, na principal avenida da cidade, em cujas vizinhanças abrigavam as residências da alta burguesia local (YAZBECK, 2003, p. 102).

para que se dê a sistematização do *corpus* e informações sobre as singularidades da trajetória histórica dessa instituição escolar.

No entender de Faria Filho (2005):

É na cidade, sem dúvida, que a escola vai ter que se defrontar continuamente e de forma sistemática com outras formas de socialização que ora se lhe mostram complementares, ora francamente antagônicas, como a rua, os espetáculos públicos e a fábrica, por exemplo. Em relação a essas, ora se desenvolve uma clara hostilidade, ora a apropriação de alguns de seus elementos estruturantes, ora tentativas mais ou menos frutíferas de escolarização, ou seja, de submetê-las à cultura escolar (FARIA FILHO, 2005, p.43).

a) Um pouco da história da cidade de Juiz de Fora – MG

Uma cidade se constrói com ruas, casas e praças. O espaço atesta a cidadania e seu uso demonstra a vida dos homens que habitam esta cidade. Juiz de Fora nasceu com o ritmo dos deslocamentos dos tropeiros, cresceu com toques de sinos de suas igrejas, mas sua alma elevou-se com o riso franco que habitou as escolas (ITAMAR FRANCO, 2000).

Juiz de Fora, cidade situada na Zona da Mata, ocupava o lugar de centro agro-exportador cafeeiro da região. Surgiu da construção do Caminho Novo dos Campos Gerais, que visava facilitar aos comerciantes do Rio de Janeiro o acesso a Minas Gerais, daí nascendo o maior intercâmbio econômico e cultural entre as cidades.

É justamente essa posição de destaque que explica o processo de diversificação urbano-industrial pelo qual o município passou a partir da segunda metade do século dezenove. Isto porque, graças aos capitais gerados com a cafeicultura, houve a possibilidade de investimentos na industrialização de bens de consumo. Porém, como se poderá perceber pelas palavras de Christo (1994) isso não teve nada de espontâneo.

Faz parte de um projeto de modernização patrocinado pelos fazendeiros e industriais que visa satisfazer à necessidade de um maior controle sobre o espaço urbano e a população. É indispensável um plano de modernização que forneça uma infra-

estrutura capaz de suscitar o desenvolvimento industrial. Neste momento, os jornais, as escolas, os teatros, as instituições culturais... têm o papel de além de formar trabalhadores e quadros burocráticos, inculcar na opinião pública o desejo de civilizar-se.(CHRISTO, 1994, p.01)

A população local dedica-se ao comércio, lavoura, criação de gado e, com o aumento da produção cafeeira, dá origem a pequenos povoados, que se transformam mais tarde em vilas e cidades (Yazbeck,1999). Em 1853, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna é elevada à categoria de cidade e, em 1865, ganha nome de cidade de Juiz de Fora, situada na Zona da Mata, local que facilitava aos comerciantes do Rio de Janeiro o acesso à província de Minas Gerais.

O crescimento industrial da cidade de Juiz de Fora estende-se, principalmente, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. É válido salientar que empreendimentos marcantes notabilizaram a cidade em todo o país, como a primeira usina hidrelétrica da América do Sul, que gerou energia para o funcionamento dos teares e outras máquinas, além da iluminação elétrica das ruas e residências, numa época quando já operava anteriormente o sistema de telefonia. Podemos constatar a euforia e a presença de todas as classes sociais nas comemorações das primeiras experiências com a eletricidade, através da imprensa local, o jornal Gazeta da Tarde, de 23/08/1889:

Às nove horas em ponto começaram a aparecer os primeiros traços de luz de diversas lâmpadas. Imediatamente subiram ao ar inúmeros foguetes, a banda fazendo ouvir inúmeras peças musicais, que se achava portada nas proximidades do Boulevard de Juiz de Fora. Junto ao grande jardim municipal que enfrenta a rua Direita, estendia-se uma salva de 21 tiros que atroavam os ares. Formou-se então préstito na seguinte ordem: primeiramente pessoas do povo que levavam foguetes, depois a banda de música, em seguida a comissão e, em último lugar, populares, entre os quais se viam representativos de todas as classes e da imprensa...

A construção da Rodovia União Indústria, inaugurada em 1861, fez de Juiz de Fora um verdadeiro entreposto comercial, o que permitiu um maior desenvolvimento do comércio local, levando a uma acumulação de capitais. De acordo com Giroletti (1988), a introdução da mão – de - obra livre foi a principal mudança em relação às forças produtivas para o pleno desenvolvimento da industrialização e do capitalismo.

Os capitais oriundos da dinamização dada à economia da cidade pela Companhia União e Indústria deram origem ao parque industrial que delimitou Juiz de Fora como um dos pólos mais dinâmicos de Minas Gerais quanto ao crescimento industrial.

Porém, a industrialização em Juiz de Fora caracterizava - se por pequenas fábricas e oficinas que possuíam limites em sua produção. Apenas em 1890 é que se instalam na cidade fábricas de maior porte, o que aumenta de maneira considerável o número da população operária. De acordo com o recenseamento realizado em 1890, o município contava com 55.185 habitantes, dos quais 17.622 na cidade e os demais nos distritos.

Faz-se relevante ressaltar que, em Juiz de Fora, a presença de imigrantes como alemães, italianos, espanhóis e portugueses foi responsável pela fundação das indústrias juizdeforanas e seu desenvolvimento comercial.

O desenvolvimento industrial de Juiz de Fora levou a cidade a ser denominada, por Rui Barbosa, de “Manchester Mineira”, resultado de uma comparação com a famosa cidade industrial da Inglaterra, Manchester.

A cidade de Juiz de Fora ocupou um local de destaque nos âmbitos estadual e federal, uma vez que era vista como pólo de referência intelectual e industrial. Como enfatiza YAZBECK (1999, p.3).

No final do século XIX, pela ação da parcela da elite agrária, a cidade de Juiz de Fora iniciou o seu desenvolvimento industrial por meio de um projeto de modernização que inclui iniciativas no âmbito da saúde, da educação e da cultura. A educação em Juiz de Fora tornou-se um dos signos da cidade, e esta recebeu a

denominação de “Atenas de Minas” pela tradição de suas escolas primárias e secundárias (YAZBECK,1999, p.3).

Juiz de Fora, que já possuía um número de escolas, teatros e instituições culturais, era apontada como capital cultural do estado. De igual importância para o município foi o início do desenvolvimento ferroviário em Minas, que fez da cidade um grande centro de comércio do café.

A educação na cidade, até 1890, reportava ao perfil do Império, no qual predominava o ensino particular. Entre 1860 e 1890 registra-se sua maior ampliação, por intermédio dos seminários e escolas confessionais, consagrando o caráter religioso (YAZBECK, 2006, p.260).

O crescimento econômico acelerou o processo de desenvolvimento e urbanização, apresentando sucesso em vários campos da economia, cultura, segurança e política. De 1908 a 1920, a indústria de Juiz de Fora teve seu maior índice de crescimento e destacou-se como o mais importante centro industrial de Minas Gerais.

O setor têxtil despontava como predominante entre as atividades industriais. Podemos constatar esses dados com a fundação, em 1914, da Companhia Fiação e Tecelagem Santa Cruz e da Companhia Fabril de Juiz de Fora (fabricação de chinelos, calçados finos e grossos). Em 1924, instala-se mais uma indústria têxtil a Companhia de Fiação e Tecelagem São Vicente.

Nos anos 1920, Juiz de Fora conta com 106 estabelecimentos industriais, a maior parte destinada ao setor têxtil, de alimentação, de bebidas, vestuário, calçados e cerâmica. A maioria de sua mão-de-obra se concentra no setor têxtil, sendo constituída de estrangeiros, mulheres e menores. Era comum, durante o século XIX, recrutarem-se crianças pobres em asilos ou em instituições de caridade para trabalharem como operários nas fábricas de Juiz de Fora, em especial nas indústrias têxteis.

Na década de 1930, o setor cresce, mas já evidencia algumas dificuldades. Daí em diante registra-se uma fase de estagnação e declínio econômico da cidade. Contribuíram para sua decadência os reflexos do “crack da Bolsa de Nova Iorque”, em 1929, quando a economia do país, como um todo, desorganizou-se, sem deixar de destacar outras questões que também poderiam ter contribuído para esse declínio, como: ausência de capitais, falta de infra-estrutura urbana, como água e saneamento. A indústria local consegue recuperar-se, persistindo sua concentração no setor têxtil.

O desenvolvimento econômico da cidade fazia com que esta se mostrasse diferente em relação às tradicionais cidades mineiras. Christo (1994, p. 10) destaca essa situação, quando diz que “enquanto as cidades barrocas se formam e se guiam pelos sinos das igrejas, a população de Juiz de Fora teve sua vida normatizada pelos apitos das fábricas de estilo neoclássico e o bater dos tamancos de seus operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades”.

Em consequência desse dinamismo econômico, a cidade ganha um ar aristocrático, esboçado pelos barões do café, elite agrária que garantiu prestígio político, econômico e social à região, diversificando seus investimentos e implementando um projeto modernizador, que impulsionou o processo de industrialização dessa cidade (YAZBECK, 1999).

Diante desse contexto, surgiu a necessidade de se organizar um modelo de escola que, além de escolarizar, preparasse para o trabalho os filhos dos trabalhadores. A cidade, naquele momento, e a escola passam a constituir um binômio inseparável, isto é, ocorre uma espécie de atrelamento entre urbanização e escolarização.

Assim, as instituições de ensino são implantadas na cidade, guardadas as devidas distinções: as que serviriam à formação das elites locais (Granbery, 1890 e Academia de

Comércio, 1894) e as destinadas à formação dos trabalhadores as denominadas, Escolas Isoladas (1860) e Grupos Escolares (1907).

Segundo Souza (1998), essa escola deveria ser organizada de forma a apresentar uma classificação uniforme de idade e de conhecimento, oferecer uma classificação uniforme de idade e do conhecimento, apresentar um nível geral de estudos que constituísse o máximo de conhecimento que deveria ser ensinado durante a escolarização, cuidar de fixar o tempo para as lições e os exercícios escolares.

Os princípios que nortearam a instalação da República em relação à educação tiveram enorme influência nas instituições de ensino surgidas no país. Desse modo, o Grupo Escolar Estevam de Oliveira, que foi instalado em horário noturno, para atender à classe trabalhadora e os filhos de operários da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, corresponde a um dos propósitos educacionais republicanos.

CHRISTO (1994, p.57), destaca que:

Quanto à formação dos trabalhadores, destaca-se a implantação dos Grupos Escolares na cidade. Estes consubstanciavam uma estratégia das mais avançadas de formação do trabalhador. Em Juiz de Fora já tínhamos a experiência de uma fracassada escola agrícola para órfãos, e a “domesticação” dos imigrantes para o trabalho nas fazendas de café, através da Hospedaria dos Imigrantes. Agora, a grande experiência seria dos Grupos Escolares, cujo idealizador, para Minas Gerais foi Estevam de Oliveira, através de seu célebre relatório. Juiz de Fora, a cidade mais industrializada do Estado, passa a ser o ponto piloto desta implantação, realizada, em parte, graças ao trabalho de José Rangel, como diretor do primeiro Grupo Escolar (CHRISTO, 1994, p.57).

Assim, o Grupo Escolar Estevam de Oliveira foi criado em 21 de dezembro de 1926, pelo Decreto nº. 7432, por ato do Exmo. Sr. Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Antônio Carlos R. de Andrada, sendo secretário de Educação o Exmo.Sr. Dr. Francisco Campos, para atender à classe de trabalhadores que necessitassem estudar no horário noturno,

sendo, portando, de acordo com as Leis e Decretos, o segundo Grupo Escolar Noturno do estado.

Para se destacar a especificidade do contexto histórico de Juiz de Fora no período enfocado, recorre – se à visão de Fazolatto (2007, p. 32):

Juiz de Fora é como uma obra inacabada e imperfeita, talhada por diversas mãos: do bandeirante ao emboada, do rico ao pobre, do branco ao negro. É o resultado do esforço conjunto de gerações, que ainda têm muito o que fazer para que possa sonhar um futuro mais justo para todos. Mas, acima de tudo, é a cidade que sempre despertou encanto ao visitante pelo seu aspecto alegre e garrido, movimentada e sempre aberta às novidades...



Foto 1 - Avenida Rio Branco-Século XIX - (antiga Rua Direita)
Fonte: Arquivo Fotográfico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

2 O que pretendo contar?

“Vais encontrar o mundo, disse meu pai [...] Coragem para a luta.”

Não se pode deixar de alocar essa citação do livro de Raul Pompéia (1997), *O Ateneu*. O espaço escolar, nessa peça literária, povoou o imaginário de jovens e adultos durante muitas décadas. Ainda hoje, reconhecem-se as marcas características da época que retrata e, conforme Certeau (1975, p.78), para quem a “organização da história é relativa a um lugar e a um tempo”, tomá-la na sua singularidade, que remete à nossa própria particularidade, ao mundo em que nos encontramos, nós, personagens das escolas brasileiras, seja na função de alunos ou professores.

Antes de iniciar qualquer pesquisa, necessário se faz dizer que a questão a ser investigada seja algo que nos inquieta, que realmente desperta nosso interesse e nos instiga a buscar sempre mais. Diante disso, não se pode ignorar nossas experiências de vida, que acabam por guiar nosso olhar para determinados aspectos. No meu caso, o meu olhar está focado no curso primário de ensino noturno para trabalhadores, o Grupo Escolar Estevam de Oliveira, de Juiz de Fora, Minas Gerais.

A história deste trabalho surgiu em 2005, quando me tornei voluntária do Grupo de Pesquisa, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Sociais do Conhecimento e da Educação (NESCE), na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, FAGED / UFJF. ²

Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre os grupos escolares na história da educação brasileira e tendo vivido a experiência de estudar e freqüentar o ensino primário no Grupo Escolar Delfim Moreira, optei por estudar a implantação dessa instituição. No decorrer

² Naquele momento (2005), havia o desenvolvimento da pesquisa intitulada: “O Estado e a Educação Básica em Juiz de Fora: Pioneirismo e Expansão” (1907/1960), coordenada pela Prof^a Dr^a. Dalva Carolina de Menezes Yazbeck, no Núcleo de Estudos Sociais do Conhecimento e da Educação - NESCE/FAGED/UFJF. 2003-2006

da pesquisa observei a lacuna existente no que tange ao resgate da história de escolas de ensino noturno primário, destinada a trabalhadores. Assim, como a força motriz que direcionou meu olhar elegi reconstruir a história do Grupo Escolar Estevam de Oliveira.

Ao iniciar os trabalhos da pesquisa, detive-me nas leituras de atas e documentos referentes aos grupos escolares, movimento que me remeteu à parte do meu passado, como aluna de grupo escolar. Fui tomada por uma lembrança que ficou em minha memória e, provavelmente, na de muitos cidadãos da cidade e região, que freqüentaram aquela instituição.

No ano de 2006 ingressei no Programa de Pós – Graduação em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora, optando pela linha de pesquisa Gestão, Políticas Públicas, e Avaliação, com o projeto intitulado “Grupo Escolar Estevam de Oliveira: origem e trajetória: 1914/1971”. A partir do exame de qualificação e seguindo orientações da banca, iniciei a delimitação do objeto de pesquisa, partindo do contexto do ensino noturno no Estado de Minas Gerais, tendo como objeto de estudo a instituição escolar noturna: o Grupo Escolar Estevam de Oliveira.

O objetivo deste trabalho é a reconstituição da história do primeiro Grupo Escolar Noturno de Juiz de Fora – MG, voltado para o ensino de jovens e adultos trabalhadores, o qual adquire especial atenção ao realçar alguns aspectos da história social e política da cidade, bem como da própria educação.

Faria Filho (2005, p.43) destaca que uma das formas de se compreenderem as relações entre cidade e escola é buscar entender como a instituição escolar inscreve-se – constituindo e sendo constituída – nas teias das relações humanas. Além disso, há de se compreender os aspectos ligados à organização e funcionamento da Escola Noturna: o ordenamento normativo, a representação da escola noturna presente nos documentos, bem como os espaços, tempos, currículos e, principalmente, o conhecimento dos sujeitos que

frequëntaram e reproduziram o primeiro Grupo Escolar Noturno da cidade de Juiz de Fora - MG.

O recorte temporal desta pesquisa, delimitado de 1914 a 1946, privilegiou o período desde o seu surgimento, tendo como embrião a Escola Noturna até após os anos 1940, quando a União regulamenta a instrução primária para adolescentes e adultos, na forma do ensino supletivo, através da Lei Orgânica de Ensino Primário de 1946.³

Durante o processo de revisão bibliográfica, pode-se constatar que o tema educação popular no âmbito do ensino primário para “jovens e adultos” trabalhadores no interior da historiografia da educação era pouco estudado. Não era comum encontrar trabalhos publicados que abordassem diretamente o objeto de pesquisa aqui recortado.

Para maior aprofundamento sobre a questão, recorreu-se aos estudos explicitados a seguir: Mauricéia Ananias em artigo veiculado pela revista “Educação e Sociedade”; O Direito à Educação: Lutas Populares pela Escola de Campinas, de Rosa Fátima de Souza; Ensino Noturno - realidade e ilusão, de Célia Pezzolo de Carvalho e artigos de Congressos em História da Educação, do trabalho de doutorado sobre ensino noturno em Minas Gerais, em andamento, de Vera Lúcia Nogueira na Universidade Federal de Minas Gerais. Constituiu-se, ainda, como de grande valia o trabalho de Vanilda Paiva (1973), na medida em que cria uma tipologia das formas de educação dirigidas às classes populares, nomenclatura utilizada no decorrer do trabalho.

Além disso, contou-se com a contribuição de autores que têm como objeto de estudo Instituições Escolares, em especial, os Grupos Escolares. Dentre esses, destacam-se os

³Souza (2004, p.152) relata que: A Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946) estabeleceu obrigatoriamente um curso complementar de uma não ao ensino primário fundamental, correspondendo à 5ª série primária. Esse dispositivo foi cumprido em alguns estados pelo acréscimo de um 5º ano nos grupos escolares utilizado para orientação vocacional e/ ou preparação para os exames de admissão ao ginásio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº4.024/61 estabeleceu o ensino primário de quatro anos.

trabalhos de Faria Filho (2003); Magalhães (2004); Rosa Fátima (1998; 2006); Yazbeck (1999; 2006); Bencostta (2005) e Pinheiro (2002).

Não apenas por insuficiência de publicações, mas principalmente por caminhos metodológicos, este trabalho fundamentou-se em fontes primárias e secundárias obtidas nos acervos de instituições como: Arquivo Público Mineiro da cidade de Belo Horizonte; Biblioteca Municipal da cidade de Juiz de Fora; Arquivo Histórico de Juiz de Fora; Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora; Arquivo do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, atual Escola Estadual Estevão de Oliveira, e arquivo do grupo de pesquisa do NESCE ⁴.

Entre tais fontes encontraram-se documentos governamentais como os relatórios dos inspetores educacionais; relatórios e correspondências dos diretores dos grupos escolares; relatórios e correspondências de professores das escolas isoladas; Livro de Registros dos Termos de Instalação e Atas de Exames dos Primeiros Grupos de Juiz de Fora (1907 -1925); Livro de Matrículas do Grupo Escolar Estevam de Oliveira (1939/1940 e 1944); Atas de Reuniões de Leitura (1940; 1947 – 1954 e 1957 – 1961); Termos de Visitas de 1938; Recortes de Jornais; Reforma do Ensino Público Primário em Minas (1906); Programa do Ensino Público Primário no Estado de Minas Gerais (1907/1912) e a legislação pertinente ao período estudado.

As fontes utilizadas para esta pesquisa buscam recompor um cenário histórico que abrange desde Reformas estaduais de ensino até as vivências de educando e educadores do Grupo Escolar Estevam de Oliveira.

Faria Filho (1998) faz algumas considerações pertinentes em relação ao *corpus* documental. Uma delas refere-se à necessidade de considerarmos a legislação como “espaço, objeto e objetivo de lutas políticas” (p.92). Porém, importa compreendê-la como “prática de

⁴ NESCE – Núcleo de Estudos Sociais e do Conhecimento em Educação, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Dalva Carolina (Lola) Yazbeck. FACED/UFJF.

ordenação, controle e formalização de outras práticas” e também como “inspiradora de novas práticas” (FARIA FILHO, 1998, p.108-109).

Além dessas fontes, utilizou-se como um dos suportes a literatura que nos permite não só a reconstrução do momento histórico ou a (re) visita aos espaços escolares, como também a recuperação de sentimentos e expectativas quanto à escola, considerada a passagem para a inserção e a ascensão social na formação do cidadão civilizado. Para tanto, faz-se necessário destacar o romance de alguns autores que nos reportam a esses tempos, entre eles O Ateneu, de Raul Pompéia, em que são apontadas as práticas do cotidiano escolar. Também merece destaque O Baú de Ossos, de Pedro Nava e o Álbum do Município de Juiz de Fora (1915), de Albino Esteves, que recupera com originalidade as memórias da cidade de Juiz de Fora, sendo, portanto, uma fonte histórica clássica para se conhecer o passado.

Uma outra fonte rica em dados são os arquivos dos jornais da cidade de Juiz de Fora. Faria Filho (2002, p. 134), ao escrever sobre o jornal e outras fontes da história da educação mineira no século XIX, menciona a importância desse veículo.

Nos jornais encontramos como que “um retrato em branco e preto” da realidade mineira do período, podendo ler em suas páginas desde anúncios de compra, venda, troca de escravos e outras “mercadorias”, quanto a exposição de motivos para revoltas, revoluções e projetos políticos para o futuro da nação.

Também aqui, como em outros lugares do mundo, o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa (FARIA FILHO, 2002, p.134).

Pode-se destacar que a imprensa tem um papel relevante na cidade de Juiz de Fora desde os anos de 1861, mesmo antes da própria capital do estado, Belo Horizonte. Até 1930 a cidade de Juiz de Fora era considerada o centro jornalístico do estado (YAZBECK, 1999). Por essas razões buscou-se utilizar fontes jornalísticas, como os jornais: O Dia; Diário Mercantil; Jornal do Commercio; Correio de Minas e O Lynce.

Quanto às fontes escritas, percebi que, em muitos casos, os documentos não se encontram devidamente arquivados e conservados. Em algumas circunstâncias, foram incinerados ou destruídos pela má conservação. Daí se afigura a importância da história oral que, devido à carência de documentos escritos nos arquivos da escola, configurou-se como uma preciosa fonte de dados.

Tal fato nos faz constatar que na Escola Estadual Estevão de Oliveira, não houve uma preocupação com o arquivo “morto” do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, apenas o arquivo recente apresenta - se organizado. O antigo encontra-se espalhado por diversos armários velhos dentro da própria secretaria da escola, percorridos por traças, corroídos de cupim e alguns até destruídos. É válido destacar que essa escola passou por diversas mudanças nos anos de 1992; 1993; 1994; 1998 e 1999, o que pode ter contribuído para o extravio de alguns dos documentos dessa instituição.

Percebe-se uma preocupação de alguns sujeitos dessa escola, como alguns professores, supervisores e diretora em resgatar a memória da instituição, sua identidade e importância para a cidade. Por outro lado, outros funcionários da instituição relatam que os livros são feios, sujos e sem importância.

Foi adotado como recurso metodológico o cruzamento de relatos orais dos sujeitos que vivenciaram o processo de instituição do Grupo Escolar, com outras fontes tradicionalmente utilizadas, para se atingir o processo histórico, constituindo-se o *corpus* documental em que se baseia o presente estudo de fontes impressas – livros, monografias, teses, leis e decretos, artigos, relatórios, jornais e revistas.

É mister que sejam feitas algumas considerações acerca da utilização de relatos orais como procedimento metodológico. A entrevista oral documenta uma versão do passado. A riqueza e utilização de fontes orais consistem justamente em apreender múltiplas versões, ampliando o conhecimento do passado, ao lhe acrescentar experiências e visões particulares.

Dessa forma, as fontes orais possuem um caráter dialógico, possibilitando um diálogo profícuo entre entrevistador e entrevistado. O pesquisador da oralidade tem que estar aberto às reinterpretações, olhando criticamente os passos percorridos, daí a necessidade de uma entrevista semi-estruturada.

Para a realização das entrevistas, foram contatadas pessoas conhecidas que haviam estudado ou trabalhado no Grupo Escolar Estevam de Oliveira. Os locais e horários foram marcados por telefone de acordo com a disponibilidade do entrevistado.

Tais eventos, gravado em aparelho de MP3 com prévio consentimento dos entrevistados ocorreram sempre em um clima de informalidade e cooperação. Embora houvesse um formulário das questões a serem investigadas, não havia nenhum tipo de rigidez na sua aplicação.

Fez-se uso de uma carta-modelo de cessão, que, assinada por todos os entrevistados, foi arquivada junto ao material da pesquisa. A transcrição de cada entrevista foi realizada após sua realização. Além disso, procedeu-se ao uso de notas de campo nas quais se registraram observações feitas durante o momento da entrevista.

Foram realizadas duas entrevistas com ex-alunos do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, o Sr. Gabriel Figueiredo, Prof. Geraldo Halfeld e a ex-professora Leda Dalva de Castro Barroso. A entrevista com o Sr. Gabriel foi realizada no NESCE/FACED/UFJF e as demais na residência dos entrevistados. Tais entrevistas serão aproveitadas no decorrer do trabalho.

Ainda no tocante às fontes deve-se destacar a importância do acervo iconográfico, pois, através de fotografias da época, muitas informações relevantes podem ser extraídas, oferecendo um grande auxílio na ampliação e na interpretação da dinâmica educacional e do objeto em questão (OLIVEIRA; GATTI JR, 2002).

Nessa perspectiva, Le Goff (1994) nos alerta sobre a importância de conhecer tais gêneros como: produções do imaginário social e expressões essenciais da realidade histórica.

A história oral, a autobiografia e a história subjetiva são recursos importantes para se ampliar o alicerce do trabalho historiográfico, modificando a imagem sobre o passado e dando voz aos esquecidos. Entretanto, o autor chama a atenção para o fato de que a memória, tanto oral quanto escrita, apesar de ser um nível elementar de história, não é a história propriamente dita (LE GOFF, 1994, p. 62). Tais fontes servirão de fio condutor para a pesquisa que se inicia, buscando dar voz aos sujeitos.

2.1 Entrevistas produzidas pela pesquisa

2.1.1 Geraldo Halfeld

O entrevistado Professor Geraldo Halfeld, com 87 anos, ex - aluno do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, sempre disposto a contribuir com o ensino e a pesquisa, recebeu-nos com muita disposição e alegria. Ele, que continuamente, gostava de falar de suas conquistas, conseguiu transformar esse evento em um momento mágico. Nasceu em Piau – Minas Gerais, no dia 18/12/1918. Proveniente de uma família cujo sobrenome é destaque na história de Juiz de Fora, sendo nome de umas das principais ruas da cidade, pertencia à ala pobre dos descendentes de Henrique Guilherme Halfeld, um dos fundadores do município.

Segundo o Sr. Geraldo Halfeld, aos 11 anos, por necessidade de ajudar a família, fora estudar no Grupo noturno onde permaneceu por dois anos. Ainda que fosse oriundo de família muito humilde, conseguiu, em 18 de dezembro de 1943, formar-se em Odontologia e Farmácia.

Com dedicação e empenho, conseguiu graduar-se em quatro cursos superiores. Tendo iniciado sua carreira na multinacional “Bayer”, como “office-boy”, conseguiu ascender na empresa, tornando-se o único presidente brasileiro. Prestou concurso de provas e títulos

para habilitação e docência livres, tornando-se Catedrático. Aposentou-se nessa função. Com pesar tivemos notícia do falecimento de nosso entrevistado alguns meses após a entrevista.

2.1.2 Gabriel Figueiredo

A entrevista com o Sr. Gabriel Figueiredo aconteceu na sala de estudos do NESCE-FACED/UFJF, com as alunas envolvidas na pesquisa, mestrandas e a Prof.^a Dr.^a. Dalva Carolina, responsável pela pesquisa. Também estava presente no momento, sua esposa, Maria Geralda Figueiredo, a qual ele fez questão que o acompanhasse. O entrevistado ex-aluno do Grupo, Gabriel Figueiredo, nascido em 19/03/1923, morador do Distrito de Matias Barbosa, veio para Juiz de Fora quando criança. De família pobre, composta por 11 irmãos, começou seus estudos em Matias Barbosa e deu continuidade quando sua família mudou-se para Juiz de Fora. Atualmente, com 85 anos, aposentado, tendo trabalhado como confeitiro e gerente na Fábrica de Doces Brasil por 30 anos. Antes disso, trabalhara na Padaria Modelo como varredor de cal. Morador do Bairro Santa Helena, pai de sete filhos e orgulhoso pelo fato de todos terem estudado no Grupo Escolar e alcançado uma ótima formação.

2.1.3 Professora Leda Dalva de Castro Barroso

A entrevista realizada com a professora Leda Dalva de Castro Barroso, foi realizada no mês de setembro de 2006, em sua residência, pela mestranda responsável pela pesquisa. Durante a entrevista, ela não relatou sua data de nascimento. Nascida e formada na cidade de São João Nepomuceno, veio para Juiz de Fora, como diz, muito nova. Fora recomendada para trabalhar no Grupo Escolar Estevam de Oliveira, no ano de 1944, já que, naquela época, não havia concurso. Trabalhou no Grupo até a sua aposentadoria em 1983, demonstrando, durante nossa conversa, muito carinho e entusiasmo pelo seu trabalho. Inclusive foi a responsável pelo Hino do Grupo, que consta nos anexos deste trabalho,

elaborado na época das comemorações do centenário do Inspetor Estevam de Oliveira, que dava nome ao Grupo. Atualmente, é moradora do bairro Bairu, tem sete filhos, entre as quais há duas filhas que seguiram a carreira do magistério.

Como já foi dito, as entrevistas serão utilizadas para ilustrar e complementar a pesquisa. Apesar de ter conseguido localizar vários ex-alunos e ex-professores, a idade avançada e doenças impediram que se fizessem entrevistas com eles.

A História da Educação, a partir das renovações propostas pela Nova História tem se disseminado, também, em investigações de fontes e documentos não-oficiais para obter uma concepção dinâmica e globalizada dos processos de escolarização vivenciados ao longo do tempo. É dentro dessa proposta que se busca uma apreensão da realidade social e dos processos normativos do primeiro Grupo Escolar Noturno de Juiz de Fora – MG: o Grupo Escolar Estevam de Oliveira.

A chamada “Nova História Cultural”⁵, defendida por Chartier, redescobriu a escola como objeto de estudo e nos ofereceu um contexto de inteligibilidade para a investigação. Tomamos dela a concepção alargada de documento histórico, contribuição herdada da primeira geração dos historiadores do *Annales*. Participamos, com nossos limites e possibilidades, da mesma postura de Chartier que, ancorando a História no campo das Ciências Sociais, vem incorporando e redefinindo alguns dos objetos do campo da Educação.

Essa forma de abordagem utilizada recentemente nas pesquisas vem configurando as atuais produções historiográficas, pois, “... boa parte dos historiadores concorda que não existe uma forma exclusiva de se compreender a realidade, nem muito menos um único motor que determine o desenvolvimento histórico” (GATTI, JR, 2002, p.7). As novas tendências têm motivado os pesquisadores e têm despertado interesse da historiografia da educação por novos temas e maior interlocução com outras áreas, como sociologia, psicologia, antropologia etc.

Justino Magalhães, um dos pesquisadores que se pode inserir nessa nova modalidade, defende que:

⁵A História Cultural, desde os anos 1970, vem desfrutando, de acordo com Burke (2004, p.8), de um movimento de renovação, sobretudo no âmbito acadêmico, em todas as áreas de conhecimento. Essa renovação tornou-se possível em vista do deslocamento de um interesse por “uma suposta racionalidade imutável para um interesse crescente nos valores defendidos por grupos particulares, em locais específicos”, incluindo, dessa forma, a perspectiva cultural nas pesquisas realizadas. Essa renovação se evidencia não somente pela inclusão de novos objetos, como também de novos métodos de estudos, dentre os quais, o intuitivo, os quantitativos, o estudo de práticas e de representações, os descritivos ou narrativos.

A abordagem dos processos e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação em que novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas (MAGALHÃES, 1996, p. 1).

Entretanto, apesar da expansão e do reconhecimento da nova historiografia educacional, a delimitação de seus territórios e de suas áreas de domínio ainda se mostra imprecisa, principalmente quando se trata de questões teórico-metodológicas. Dentro desse contexto, a história da educação se apresenta com certa indefinição, não somente quanto à sua posição, mas também quanto ao seu reconhecimento em relação à nossa historiografia. Essa é a direção do excerto retirado de Fonseca, que diz:

Um olhar mais cuidadoso sobre alguns textos de natureza analítica, que tratam de questões teórico-metodológicas, demonstra embaraços na definição das relações entre Nova História, História das Mentalidades, a História Cultural, a História Social e seus entrelaçamentos com outras “histórias”, como a política, a econômica, das idéias, do cotidiano, entre outras. A imprecisão é grande quando se trata de apontar cada uma como proposta metodológica, tendência, vertente, corrente ou campo (FONSECA, 2003, p.50).

A despeito das incertezas e inquietações acima ponderadas, percebe-se que a História das Instituições Educacionais no Brasil tem ocupado cada vez mais o cenário das pesquisas em história da educação, procurando atender às especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais nas diversas regiões do país.

Nesse sentido, o presente estudo opta por uma abordagem de pesquisa qualitativa de cunho histórico, procurando considerar tanto as totalidades, as estruturas “objetivas” e os sistemas normativos, quanto as particularidades. Eleger essa abordagem demanda prudência,

principalmente quando se pesquisam instituições sobre as quais encontramos escassos trabalhos de produção científica.

A pesquisa histórica é basicamente qualitativa por “contemplar uma metodologia que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais” (BOGDAN e BIKLEN, 1999, p. 26).

Cabe lembrar que a pesquisa histórica em educação sobre objetos mais pontuais como o ensino secundário, o ensino normal, o ensino profissional, o ensino primário, a cultura escolar etc. faz parte de uma ciência contemporânea, que surge após a ruptura com àquela dos compêndios portadores de todos os tópicos da história da educação geral, com prioridade para as idéias pedagógicas de cada período. A nossa opção revela que deixamos de lado o paradigma tradicional, que crê apenas em uma “maneira de fazer história” ao invés de compreendê-la como “uma dentre várias abordagens possíveis do passado” (BURKE, 1992, p.10).

Os historiadores tradicionais, que se concentravam nos feitos dos grandes homens, estadistas ou generais, escreviam a história a partir de documentos e buscavam descrever como realmente os fatos aconteceram. Nessa abordagem, os historiadores não se preocupavam com a relação entre o individual e o coletivo. Fazer história era, então, concebido como codificação de documentos oficiais sobre grandes feitos e grande homens em uma narrativa que buscava a cientificidade numa suposta imparcialidade. Será nos fins da década de 1980 que a história da educação se debruçará de forma crítica sobre as fontes primárias e procurará maior interlocução com a historiografia, principalmente, aquela ligada à nova história cultural, buscando:

Penetrar na caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporando categorias de análise – como gênero – e recortar temas como profissão docente, formação de professores, currículo e práticas de leitura e escrita –

delimitando campos de estudo, são alguns dos novos interesses que vêm configurando a história da educação... (WARDE e CARVALHO, 2000).

A Nova História associada à *École des Annales* é, sobretudo, uma reação deliberada à história tradicional, partindo do princípio que “tudo tem um passado e que este pode ser reconstituído e relacionado ao restante” (BURKE, 1992, p.11). Na Nova História, o homem comum e a cultura popular passam a ser objetos de estudo.

No campo da Nova História Cultural, busca-se entender o cotidiano da escola, tarefa que não se apresenta como simples, já que a realidade da escola é “supostamente conhecida, designada sem cessar mas não descrita, a não ser de forma incidental ou indireta. O que é invocado, mas ausente, é o que se faz na escola, o que se faz hoje ou o que é feito, enfim a prática escolar” (CHARTIER, 2000, p.158).

No Brasil, esse campo de estudos aproximou-se de uma nova forma de escrever história, possibilitando uma nova leitura, principalmente, da escola. Lopes e Galvão (2001) destacam que estudos passaram a ser mais contextualizados, ocupando-se da organização e funcionamento interno das escolas, enfatizando aspectos culturais, cotidianos, curriculares etc. Essa tendência revela uma nova maneira de olhar o passado educacional das instituições de ensino, oferecendo elementos para melhor perceber e compreender a construção cultural do cotidiano escolar, demonstrando, portanto, como, a partir de fontes documentais, velhas questões podem ser revitalizadas, adquirindo renovada importância para a compreensão da História da Educação no Brasil.

Acredita-se que, investigando a história do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, uma escola de ensino primário noturno, e desvelando seu passado, possa-se preservar o que ainda resta na memória dos que participaram ou participam da construção dessa escola, reafirmando o elo indissolúvel entre o presente e o passado.

Nessa perspectiva, não se pode deixar de refletir acerca do lugar do Grupo Escolar Estevam de Oliveira no contexto local e regional, no que tange ao ensino primário noturno.

De acordo com as análises das Leis e Decretos de 1897 a 1930, sobre a criação das Escolas Noturnas no Estado, pode-se constatar que o Grupo Escolar Estevam de Oliveira é considerado o primeiro grupo escolar noturno da cidade de Juiz de Fora - MG e o segundo grupo escolar noturno do Estado de Minas Gerais.⁶ Para melhor entendimento, é válido salientar que, em Juiz de Fora – Minas Gerais, os grupos escolares, Grupos Centrais, “José Rangel” e “Delfim Moreira” funcionavam no mesmo prédio em horários distintos, sendo o primeiro grupo no período da manhã e o segundo à tarde. Em 1926 é instalado o terceiro grupo no mesmo prédio, o grupo escolar Estevam de Oliveira, no período noturno.

Durante a investigação em arquivos da escola, do município e no próprio grupo de pesquisas do NESCE/FACED/UFJF, percebe-se que em Juiz de Fora, MG, a partir de 1971, dos três grupos existentes, o Grupo Escolar José Rangel, o Grupo Escolar Delfim Moreira e o Grupo Escolar Estevam de Oliveira⁷, apenas o Grupo Escolar Delfim Moreira continuou instalado no mesmo local, ou seja, no palacete Santa Mafalda. O primeiro grupo “José Rangel” encontra-se desativado e o “Grupo Escolar Estevam de Oliveira”, atual Escola Estadual Estevão de Oliveira encontra-se instalada, precariamente, em uma escola particular, o Colégio Pio XII, situado na Rua Espírito Santo, 1301, Centro, Juiz de Fora, MG.

Pesquisar e escrever a história de instituições escolares exige uma apreensão extensa sob os olhares de quem ousa trilhar nessa tarefa. É necessário que se tenha claro que tal história será constituída a partir do discurso e de uma interpretação sobre os monumentos, os documentos, os objetos, os fenômenos, as normas, os atores, as práticas e as relações políticas

⁶ O primeiro Grupo Escolar Noturno do Estado foi o Grupo Escolar Assis das Chagas, instalado, em 1917, na capital. Ver Vera Lúcia Nogueira, tese de doutorado, em andamento.

⁷ A grafia do nome do grupo aparece nos documentos como: “Estevam de Oliveira” e em outros momentos “Estevão de Oliveira”. Optamos pelo uso de Estevam de Oliveira, quando nos referimos ao grupo, por ser a grafia do nome do Inspetor técnico. O uso “Estevão de Oliveira” será utilizado nas referências da atual Escola Estadual, visto que a fachada traz essa denominação.

e sociais da instituição. Também não é possível desconsiderar os sujeitos que fazem parte da tessitura dessa história em diferentes momentos.

Dessa forma, esta pesquisa consiste no desvendar das condições históricas que propiciaram o surgimento e desenvolvimento do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, no período de 1914 a 1946, enfatizando as especificidades do contexto local. O período a ser estudado compreende momentos históricos que se distinguem em suas características sociais, políticas e econômicas.

No primeiro momento, o foco perpassa o início do século XX indo até a década de 1930, quando se advoga no Brasil, a ampliação do processo de escolarização como instrumento de participação política por meio do voto.

A década de 1920 se caracteriza, no país, por um clima de efervescência intelectual e de movimentos sociais. Peixoto (1983) destaca que tal década foi caracterizada por um período de grandes mudanças decorrentes do processo de industrialização, em um período de uma sociedade de base agrária.

Nos anos 1920, intensificaram-se, no Brasil, as idéias nacionalistas, cujas manifestações apareceram, de maneira sistemática e mais influenciadora, no campo da educação escolar – livros didáticos eram usados como fonte de divulgação de conteúdo moral e cívico, com o objetivo de desenvolver, nos estudantes, o sentimento patriótico. Essa iniciativa, nas escolas, desencadeou o processo de nacionalização da escola primária no Brasil. Os intelectuais da época escreviam obras cujo conteúdo pretendia fornecer aos estudantes uma imagem do país que estimulasse o sentimento de amor à Pátria.

O segundo momento abarca o estudo dos anos após 1930, abrangendo as ações do Estado Novo, a redemocratização do país após a 2ª Guerra Mundial. Historicamente, Minas Gerais exerceu papel importante na educação do Brasil, porquanto Francisco Campos, ao tomar posse no cargo de Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça do Estado de

Minas Gerais – órgão responsável pela educação na época, implantou a Reforma no Ensino Primário e Normal, no período de 1926 a 1930, que mudou os rumos da educação no país.

A educação e a escola foram colocadas a serviço das forças emergentes da sociedade que passavam por grandes mudanças: a economia, que era de natureza agrário-exportadora, passava a urbano - industrial. Vale esclarecer que, na época das oligarquias, a escola era privilégio somente das classes dominantes, porém os grupos sociais “em ascensão e/ou em fase de reorganização buscam colocar em prática o princípio, da ideologia liberal, de que a escola é um direito de todos” (PEIXOTO, 1983, p.13).

Nos primeiros anos da década de 1940 são abordadas as condições históricas em que o Governo assume a expansão do ensino primário e a erradicação do analfabetismo, através da Lei Orgânica do Ensino Primário, até o ano de 1946, quando se estabelecem os princípios normativos de âmbito federal para a modalidade em questão.

Nesse contexto, a opção por este objeto de pesquisa firma-se no interesse pelo resgate de fontes históricas de uma instituição voltada para o atendimento de jovens e adultos trabalhadores. Aqui se faz necessário enfatizar o termo *trabalhadores*⁸, pois tais tempos e espaços, qual seja, o período da noite, eram freqüentados não só por homens e mulheres adultos, mas também por jovens e crianças. Estes, por mais que regulamentos e inspetores de instrução procurassem afastar, estavam ali presentes por terem que trabalhar durante o dia.

Nesse sentido, o cerne da investigação desta pesquisa é buscar compreender a existência do Grupo Escolar Noturno Estevam de Oliveira em sua prática educacional destinada a jovens e adultos trabalhadores.

A partir dessa questão, outras se desdobram, como:

a) Qual o lugar ocupado pelo Grupo Escolar Estevam de Oliveira, noturno na história da educação mineira?

⁸ Grifo meu.

b) Que atores sociais concorreram para a criação e organização do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, primeiro grupo noturno da cidade de Juiz de Fora?

c) O que estabelecia o Regulamento da Instituição?

d) O que previa o programa?

Foram essas perguntas que nos direcionaram para um momento muito significativo da História da Educação em Minas Gerais, para um período instaurador de uma nova mentalidade educativa nas escolas, isto é, de tentativas de renovação pedagógica trazida pela Escola Nova.

4 Caminhos da Educação Popular

O presente capítulo pretende mostrar os caminhos pelos quais chegamos ao ensino primário. A instrução primária foi entendida como instrução popular por excelência, destinada a toda a população livre, incluindo crianças provenientes das famílias pobres, já que a escola primária pretendia constituir um espaço de integração e inclusão social, preparando-as para a aquisição futura de uma instrução profissional. Por outro lado, ao se limitar ao nível primário, mantinham-se as diferenças entre as crianças pobres e aquelas pertencentes à elite.

Nesse panorama, a instituição dos Grupos Escolares não deixará de ter como lema, a necessidade de modernizar e expandir a educação das camadas populares para que se tenham trabalhadores ordeiros e capazes.

O final do século XIX trouxe grandes transformações e modificações para o mundo moderno, afetando o modelo de organização escolar. Inserido no contexto internacional o Brasil, nesse momento, vivenciará um período de reconfiguração das relações de trabalho com a adoção do trabalho livre assalariado e, em especial, com o estímulo da mão de obra imigrante. Esse período vivencia, ainda, o surgimento de uma burguesia industrial e conseqüente formação do proletariado nacional.

No campo político, os interesses predominantes voltaram-se, ora para o desejo da manutenção da velha ordem social das oligarquias cafeeiras, ora por um movimento, de certa forma contraditório, promovido pela própria expansão cafeeira, que era o do estímulo ao nascimento de um parque industrial no país.

Com o crescimento da quantidade de indústrias, o número de operários também se eleva, principalmente com a introdução do elemento estrangeiro. Há ainda o fenômeno da urbanização crescente que, a partir da segunda metade da década de 1910, do século XX, destaca a atuação de novos agentes que, progressivamente, colocam em risco o poder das oligarquias rurais e passam a reivindicar alguns direitos, dentre os quais a educação.

A transição do Império para a República é um acontecimento importante para compreender o lugar e o papel da escola e da instrução na nova sociedade: função redentora, capaz de formar o novo cidadão, sujeito político e atuante, capacitado a participar da moderna democracia.

Nesse período, a situação da população brasileira, no que se refere à instrução não era das melhores, pois, conforme o censo de 1890 havia 85,21% de iletrados na população, dos quais, excluídos os menores de cinco anos, restavam ainda um elevado percentual de 82,63%. Já no ano de 1900, a taxa era de 69,63% da população, excluindo-se os menores de cinco anos de idade (PAIVA, 1987, p.85).

Vanilda Paiva, apoiada em alguns conceitos desenvolvidos por Jorge Nagle (NAGLE, 1976), caracteriza três categorias principais adotadas pelos movimentos educacionais. O “Entusiasmo pela Educação” que se caracteriza por preocupações quantitativas, de como levar a instrução formal ao maior número de pessoas. Não se evidencia a preocupação com a qualidade do ensino, mas com os dados estatísticos. Um de seus principais objetivos é a ampliação do número de votantes para legitimação do sistema político vigente. Essa perspectiva baseava-se na crença de que a educação seria a panacéia para os

problemas da nação. O Relatório do Serviço de Educação de Adultos, Rio de Janeiro, 1951, afirma:

“O analfabetismo é o cancro que aniquila nosso organismo, com suas múltiplas metástases, aqui ociosidade, ali vício, além o crime. Exilado dentro de si mesmo como em um mundo desabitado, quase repellido para fora da espécie por sua inferioridade, o analfabeto é digno de pena, é nossa desídia, indigna de perdão enquanto não lhe acudimos com o remédio obrigatório” (PAIVA, 1987).

Essa perspectiva tinha como consequência a justificativa do sistema social, político e econômico, a partir do momento que atribui a “culpa” pelo analfabetismo aos próprios analfabetos.

Fausto (1981, p.262) retrata a categoria denominada “entusiasmo pela educação” como:

[...] uma ampla campanha e uma multiplicidade de realizações configurando um novo momento significativo [...]. São idéias, planos e soluções oferecidos. Ele chama este movimento de republicanização da República, que trata de um movimento estadual de cunho nacionalista, voltado para a escola primária, a popular, que se inicia com conferências de Olavo Bilac. Iniciam-se diversos movimentos nacionalistas de combate à estrangeirização do Brasil (FAUSTO, 1981, p.262).

Segundo Peixoto (1983), esse período, intitulado por Nagle de “entusiasmo pela educação”, caracteriza-se por uma campanha em favor da expansão da escola do ponto de vista quantitativo, levando em conta a necessidade de nacionalização do país e de recomposição do poder político. Nele o analfabetismo é considerado como sendo o problema central da sociedade brasileira, causa de todos os nossos males. A expansão de nossa escola seria a panacéia para a solução dos problemas estruturais.

Outro movimento educacional, que tem como consequência a conservação das estruturas sócio – políticas - econômicas através do sistema educacional, é o que a autora caracteriza como “Otimismo Pedagógico”. Os profissionais ligados a ele estariam

preocupados com a qualidade do ensino, opondo-se a difusão quantitativa. Atrelou-se, entretanto, a uma perspectiva interna da educação, enfatizando seu caráter técnico em detrimento de suas implicações políticas.

Em oposição aos anteriores, surge o “Realismo Pedagógico”, que reúne perspectivas internas e externas da educação. Paiva (1987) classifica, dentro dessa perspectiva, quatro tendências. A primeira seria a dos profissionais da educação liberais entre os quais Anísio Teixeira é um dos principais nomes. Esses intelectuais estavam atentos, aos problemas colocados pela tensa e difícil relação educação e democracia.

”Desde o início dos anos 30, ele acentua seus compromissos com ideais democráticos - liberais – os quais lhe permitem defender o industrialismo e a modernização do sistema educativo, mas não o deixaram compactuar com o Estado Novo presentes em toda a sua atuação educativa até o início da década de 70” (PAIVA, 1987).

A segunda seria a esquerda marxista, que buscava, na atuação educativa, contribuições para a transformação da sociedade através da revolução proletária e lutava também pelas melhores oportunidades de vida que a educação poderia proporcionar às classes populares.

A partir de 1950, surge a intervenção de esquerdas não marxistas, uma terceira tendência derivada da associação entre cristãos e marxistas. Estes pensavam a educação como forma de promoção do homem; como meio de agir sobre os indivíduos, proporcionando-lhes conscientização para que fosse possível a transformação social. É dessa aliança que surge o método de alfabetização de jovens e adultos criado por Paulo Freire.

Uma quarta surgiria, já na década de 1960, com os tecnocratas que tratam a educação como fator de crescimento econômico. Nesse momento, eles buscaram equiparar a oferta de educação à demanda por mão de obra qualificada. Para esses intelectuais, a educação era um instrumento a serviço do fortalecimento das estruturas sócio-econômicas vigentes e dos

grupos políticos dominantes. São comumente identificados com os regimes militares da América Latina, entre os anos de 1960 e 1980.

Como ponto comum entre tais teorias pode-se observar o reconhecimento das desigualdades sociais inscritas no sistema educacional formal. Algumas delas advogam a necessidade e propõem alternativas de reformas no interior desse sistema, outras procuram agir fora dos limites convencionais da escola. Entre estas últimas, as alternativas no sistema não formal, encontramos algumas que entendem a educação como instrumento de transformação social e trabalham nesse sentido; outras têm procurado servir à manutenção da ordem através da simples compensação das carências do sistema formal. Diante de tais ambigüidades, torna-se necessário considerarmos a proposta política que orienta a ação dos grupos que promovem as iniciativas voltadas para as classes populares.

Nessa perspectiva, não se pode continuar falando de uma educação popular sem antes interrogar qual o sentido desse termo e o que ele representa histórica, política e teoricamente. Não foi essa terminação, desde sempre, usada como referência de provimento do ensino básico aos homens e mulheres dele privados no tempo convencional. É necessário reconhecer que o uso do adjetivo “popular” associado aos termos “educação” e “cultura” é e foi, em outros momentos, motivo de intenso debate.

Por que agregar ao termo educação o adjetivo popular?

Souza (1998, p.17) nos alerta para o fato que a expressão educação popular no início do século admitia sentidos amplos e restritos. Isso fica explícito na assertiva abaixo:

Nas primeiras décadas republicanas, assistimos à redução do atendimento do processo educativo ao processo escolarização. Educação, ensino, instrução, escola passaram a ser empregados no mesmo sentido. Assim educação popular significava instrução elementar a ser dada na escola e, ao mesmo tempo, difusão do ensino primário. Compreendia tanto a educação infantil quanto a educação de adultos (SOUZA, 1998, p.17).

Perante essas indagações, não se pode ignorar a tese de que qualquer educação está inserida como parte essencial de sua sociedade e seu tempo. Da mesma forma, não é possível ignorar que nossa sociedade e nosso tempo estão divididos entre elites e classes populares.

Em Minas Gerais, a situação não era muito diferente, pois a assistência escolar, na primeira década do século passado, girava em torno de um percentual muito baixo da população em idade escolar. Destaca-se, ainda, que o Estado mineiro fazia coro ao restante do país, ao compreender a educação e a instrução primária “como uma das mais poderosas armas no combate às supostas conseqüências maléficas deixadas pelo Império e pelo trabalho escravo; a apatia do povo frente à vida pública (...) e a aversão ao trabalho manual” (FARIA FILHO, 2000, p.27).

O Brasil, espelhando-se nas diversas experiências em desenvolvimento nos contextos europeu e norte – americano, não ficará imune a tais modificações. Com a universalização do ensino, podemos destacar a construção dos primeiros modelos de organização do ensino elementar, uma escola para todos: os *Grupos Escolares*⁹, que surgiram na legislação brasileira em 1893, tendo sido implantados pela primeira vez no estado de São Paulo, em 1894.

4.1 A ordenação do ensino em Minas Gerais no período

As escolas primárias foram classificadas, pelo Decreto de 1924¹⁰, em: escolas Rurais (curso de dois anos); Noturnas (curso de dois anos, mínimo de 20 alunos); Ambulantes (dois anos, na zona rural, com professor ambulante, mínimo de 15 alunos); Distritais (três anos); Urbanas singulares (três anos, mínimo de 50 alunos); Urbanas reunidas (quatro anos); Grupos

⁹ Grifo meu.

¹⁰ O Decreto excluiu a denominação da Lei n. 800 e estendeu a faixa etária de sete a dezesseis anos. Decreto de regulamentação de nº 6. 655, publicado em 1924 e passa a vigorar em 1925, que regulamentou a Lei de n. 800, de 1920.

Escolares (curso de quatro anos, contando com 300 menores, no mínimo, de sete a dezesseis anos).

Os cursos primários complementares, criados com o objetivo de “integrar o ensino fundamental”, eram de caráter essencialmente profissional e técnico. A nova regulamentação previa a implementação de três tipos: industriais (dois anos de duração); comerciais (um ano de duração) e agrícolas (dois anos). O aluno que concluísse o curso agrícola, comprovado pelo certificado, teria direito a um lote em colônia do Estado. Quanto aos programas e organização dos cursos agrícola e industrial, esses seriam os mesmos estabelecidos em 1911, incluída a estenografia no curso industrial. O curso comercial seria de um ano com aulas de francês ou inglês prático, escrituração e redação comercial, datilografia e estenografia. O Decreto especifica o programa de cada curso.

Quanto à frequência, percebe-se que, nas escolas noturnas, há uma primeira tentativa de se instituir uma “adequada” obrigatoriedade de frequência, juntamente com a responsabilização dos pais ou responsáveis.

A propósito, o art.35 da Lein. 800, destarte se expressará: “Nos lugares onde houver escolas noturnas, os analfabetos maiores de 14 anos e menores de 18 são obrigados a freqüentá-las até aprenderem perfeitamente a ler, escrever, as quatro operações elementares da aritmética, a regra de três e o sistema métrico”.

Outro fato que merece destaque é a responsabilidade que o governo repassa aos proprietários mercantis, industriais ou agrícolas, ao estabelecer a obrigatoriedade de matrícula dos seus funcionários. Apenas os estabelecimentos agrícolas não estariam submetidos a essa obrigação, afirmação verificada no jornal oficial do Estado:

O indivíduo ou empresa que der trabalho a dez ou mais analfabetos menores de 18 anos em uma mesma localidade, serão obrigados a fornecer-lhes o ensino elementar do art. 35, si não houver escola pública a menos de 3 km de distância ou eles não a poderem freqüentar (MINAS GERAIS, 1924, art. 35)

O ensino noturno se deparou com outras medidas importantes e restritivas, como, por exemplo, *a proibição expressa da matrícula de menores de 14 anos nas escolas noturnas*¹¹. O Estado mineiro, através dessa nova lei, estabelecia definitivamente a co-educação em todas as escolas primárias, que se transformariam em escolas mistas. Porém, a exceção seria para as escolas noturnas e as regidas por professores, as quais não poderiam funcionar como escola mista.

Nas zonas rurais, poderiam ser criadas aulas noturnas onde houvesse mais de dez indivíduos com idade acima de quatorze anos. Quanto ao programa, estes seriam os mesmos das escolas rurais e ambulantes, estabelecidos no art. 257, do Decreto, que constituiu, além disso, os tempos de funcionamento das aulas noturnas dos grupos e das escolas singulares, sendo das 18h e 30 min às 21h. Durante esse tempo, seriam trabalhadas a leitura e a escrita; língua pátria; as quatro operações; generalidades acerca do mundo e rudimentos de geografia do Brasil; história sumária de Minas Gerais e noções de educação moral e cívica e, por fim, noções de higiene individual e urbanidade.

No ano de 1925, o Decreto de nº. 6.758, de 01 de janeiro, aprovou os programas do ensino primário. Foram criados programas específicos para as rurais e ambulantes e para os grupos escolares e escolas noturnas. Além de orientações didáticas e uma grande preocupação com o método, para cada conteúdo e cada tipo de escola, o programa apresentava os horários diários detalhados, para cada semestre de cada ano dos cursos. Tanto as escolas rurais quanto as ambulantes poderiam funcionar em dois turnos: das 7h às 11h da manhã e das 12h às 16h da tarde; ou em duas sessões diárias: das 8h às 10h e das 12h às 14h30min. Os horários das escolas e grupos noturnos eram os mesmos estabelecidos no Decreto anterior.

Além de orientações didático-metodológicas para cada conteúdo e cada tipo de escola, o texto apresentava os horários diários detalhados, para cada semestre de cada ano nos cursos.

¹¹ Grifo meu. Percebemos nas análises dos Livros de Matrículas dos anos de 1939/1940 e 1944 um grande número de alunos matriculados entre 12 e 13 anos de idade.

Tanto as escolas rurais quanto as ambulantes poderiam funcionar em dois turnos: das 7h às 11h da manhã e das 12h às 16h; ou em duas sessões diárias: das 8h às 10h e das 12h às 14h30min. Os horários das escolas e grupos noturnos eram os mesmos estabelecidos no Decreto anterior.

No ano de 1927, sob a presidência de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o Estado de Minas presenciou mais uma grande reforma do ensino, sob a liderança do Secretário do Interior, Francisco Luiz da Silva Campos¹². Antecedia ao texto do Regulamento da instrução primária, uma série de considerações, nas quais o Secretário ressaltava o papel da escola, do ensino, dos programas e do método. Da mesma forma, ao discutir detalhadamente o programa e os conteúdos do ensino primário, no Decreto nº. 8.094, o Secretário não somente ressaltou a relação estreita entre a escola e a sociedade, como ainda destacou o valor da educação da criança, tomando as palavras de diversos pensadores estrangeiros.

O ensino primário, obrigatório às crianças dos sete aos quatorze anos (podendo estender-se aos dezesseis anos) passou a ser ofertado em duas categorias: fundamental e complementar (esse, de caráter técnico-profissional). O primeiro obrigatório e leigo, dividiu-se em dois graus, sendo o 1º grau correspondente às escolas infantis (jardins de infância e maternais, curso de três anos) e o 2º grau, às escolas primárias (curso de 03 e 04 anos). As escolas primárias foram classificadas em rurais (três anos); distritais e urbanas singulares (03 anos); escolas reunidas e grupos escolares (curso de 04 anos): escolas para débeis orgânicos; escolas ou classes escolas especiais para retardados pedagógicos.

As escolas noturnas para adultos, como fora mencionado, seriam criadas, com matrícula mínima de 40 alunos e seriam mantidas com frequência mínima de 35 alunos, “nas

¹² A Reforma de 1927, ao lado da Reforma de 1906, é considerada como uma das as duas maiores e mais importantes reformas da instrução pública mineira, na Primeira República. O Decreto de nº. 7.970 - A, de 15 de outubro de 1927, aprovou o Regulamento do Ensino Primário; o Decreto de Nº. 8.094, de 22 de dezembro de 1927, aprovou o Programa do Ensino Primário, passando a vigorar em 01 de janeiro de 1928. A Lei nº. 989, de 20 de setembro de 1927, instituiu o fundo escolar.

localidades em que o governo julgar conveniente, de preferência nos centros industriais” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1217).

O Regulamento estabeleceu ainda a frequência obrigatória, dos “analfabetos maiores de 14 anos e menores de 21”, às escolas noturnas. (MINAS GERAIS, 1927, p.1146). A obrigatoriedade aparece, portanto, pela segunda vez, nessa década, juntamente com a tentativa do Estado, de pressionar os empregadores a proporcionar o ensino primário aos seus empregados analfabetos. Verifica-se essa afirmação com a citação do Regulamento, no seu art. 25:

O indivíduo ou empresa que, na mesma localidade, der trabalho a mais de 10 analfabetos em idade escolar, deverá proporcionar-lhes o ensino primário, si não houver escola pública dentro do círculo de que trata o artigo 21, paragrapho único, letra a¹³ ou havendo, si não lhes for possível freqüenta-la.

O Regulamento proibia as matrículas das crianças maiores de quatorze anos (excetuando o previsto no art. 21) nos estabelecimentos de ensino primário diurno e, aos menores de quatorze anos, nas escolas noturnas. Sobre essa questão, o Regulamento foi ainda mais incisivo ao determinar que: “Nenhum estabelecimento de ensino primário, destinado a receber crianças em idade escolar, poderá funcionar à noite” (art. 322, p. 1233). Quanto ao horário de funcionamento das escolas, esse era das 18h30min à 21h, não havendo, portanto, modificação em relação à regulamentação anterior.

O Decreto de nº. 8.094, de 1927, regulamentou os novos programas de ensino primário. O curso noturno, com dois anos de duração, teve as suas aulas divididas em três momentos, intercaladas por dois intervalos de 10 minutos, cada, para exercício de canto. As

¹³ Art.25, letra a: É obrigatória a frequência das escolas de ensino primário para as crianças de ambos os sexos, dos 7 aos 14 anos de idade.. Essa obrigação estende-se até aos 16 anos, em relação aos indivíduos que, aos 14, não estiverem habilitados nas matérias do curso primário. Paragrapho único: a) a falta de escola pública ou subvencionada num círculo de raio de dois kilometros em relação às crianças do sexo feminino e de três para as do sexo masculino. (MINAS GERAIS, 1927, p. 1145)

matérias (leitura, escrita, geographia, aritmética, história do Brasil, higiene, língua pátria, desenho) foram distribuídas em aulas de 20 a 25 minutos cada. Não há orientações exclusivas para o ensino dos adultos, como não há para o das crianças.

4.2 Ensino Noturno: uma abordagem histórica

O Brasil tem, ao longo de sua história, ministrado uma educação elitista, da qual muitos são excluídos e outros ainda dela participam apenas por pouco tempo. A própria formação histórica do povo determinou que assim o fosse. Os inúmeros anos de uma sociedade de senhores e escravos e depois de senhores e assalariados rurais deixaram marcas indeléveis da não obrigação da instrução. A economia, baseada quase que exclusivamente na agricultura de exportação, mantinha o trabalhador dispensado de escolarização. Ademais, a existência de uma educação com ênfase em uma formação crítica que levaria o trabalhador a uma independência indesejada era algo indispensável em um país colonizado.

Apesar dessa realidade, surge um componente no processo educacional brasileiro que é de grande importância para todos: o ensino noturno.

As primeiras referências ao ensino noturno no país datam dos tempos do Império. Moacyr (apud Almeida 1992) registra, entre 1869 e 1886, o funcionamento de escolas noturnas para adultos, nas províncias do Amazonas, Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná. Podemos inferir que desde o Império havia uma preocupação com o ensino noturno com o Decreto de nº 7.747, de 19/04/1874, o qual dizia que “reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império”.

De acordo com Costa (2007), as escolas noturnas surgem desde o século XIX, com uma educação de caráter subalterno destinada ao povo trabalhador, no sentido de

controle social e da prevenção contra a “desordem”, pelo medo de revoltas de escravos ou homens livres pobres. Ao se referir às classes noturnas, Carvalho (1984, p. 23) afirma que:

... alguns registros de 1870 -1880 dão conta de algumas características desse tipo de ensino: destinado ‘aos que a idade e a necessidade de trabalhar não permitiam frequentar cursos diurnos’, servem ‘ao homem do povo que vive de salário’, funcionavam em locais improvisados ou cedidos, seus professores recebem apenas uma pequena gratificação para se encarregar destas aulas (CARVALHO, 1984, p.23).

No momento em que retomamos o fio histórico da constituição do sistema de ensino no Brasil e do espaço do ensino noturno nesse contexto, fica explícita a íntima relação com a Educação de Jovens e Adultos, visto que a questão social os aproxima.

Na década de 1940, o Estado Brasileiro é pressionado a atender às pressões sociais pela ampliação do acesso à educação para o aluno trabalhador, a partir do processo de industrialização e urbanização, quando seriam dadas as condições para que essa modalidade educativa pudesse definir seu espaço como política de âmbito nacional. Passa-se a exigir o domínio da leitura e escrita para a realização das atividades profissionais e a exigência da certificação. Beisegel (1997, p. 211) cita a Campanha Nacional de Educação de Jovens e Adultos (1947) que, “mediante a instalação do maior número possível de classes noturnas de ensino de adultos nas áreas rurais e urbanas de todo o País (...) pretendia progressivamente, com o tempo, estender a educação primária à totalidade dos jovens e adultos ainda iletrados”.

Em dois de janeiro de 1946, através do Decreto – lei nº. 8.529, institui-se a Lei Orgânica do Ensino Primário que reserva o capítulo III, do Título II, ao curso primário supletivo. Voltado para adolescentes e adultos, tinha disciplinas obrigatórias, dois anos de duração e deveria seguir os mesmos princípios do ensino primário regular. No mesmo ano, através da Constituição, reconhece-se a educação como direito de todos, estabelecendo-se que o ensino primário oficial seria gratuito para todos.

O final da década de 1950 e a década de 1960, no Brasil, foi próspero para os movimentos de educação popular que procuravam democratizar a cultura. Carvalho (1994, p.28) nos mostra claramente o que ocorre nesse período:

A descoberta da escola como meio de ascensão social aumentando a procura por ingresso em escolas de nível médio, a industrialização crescente e o interesse de políticos que se utilizaram da reivindicação educacional como forma de atrair a clientela eleitoral, foram alguns dos fatores que tornaram o ambiente propício à multiplicação dos ginásios, que se acelerou na década de cinquenta (CARVALHO, 1994, p.28).

O acesso à escola primária foi garantido somente em parte, uma vez que a oferta manteve-se precária para atender às necessidades da maioria da população. Precária não só no sentido de organização física, como também de recursos materiais, má formação de professores e as próprias dificuldades econômicas e cognitivas dos alunos. Tais dificuldades ainda continuam a se constituir como entraves. É importante lembrar que, nesse contexto, o analfabeto, a despeito de ser um sujeito portador de saberes e experiências acumuladas, era visto como ser incapaz, inferior, ocupando uma posição marginal. Prova disso é o fato de o voto do analfabeto, no Brasil, ser episódio recente, instituído pela Constituição de 1988.

4.3 O nascimento dos Grupos Escolares

Investigar uma instituição escolar primária, os Grupos Escolares, é uma tarefa instigante, pois consiste na re (construção) de nossas raízes e na busca de elementos para estudar a formação da cidade, da sociedade, do papel do Estado e a sua relação com a educação brasileira.

Segundo Pinheiro (2006, p.235), os Grupos Escolares assumem a implementação dos ideais republicanos, ou seja, os compromissos republicanos com a educação, dentre eles, a tarefa que estava por fazer com a Proclamação: “a configuração da escola pública, seja em nível quantitativo e qualitativo, seja em termos de recursos humanos para socorrê-la, seja por meio dos edifícios escolares”.

De acordo com Souza (1998, p.34), no Brasil, “as idéias de renovação do ensino consolidam-se a partir da rica experiência das escolas particulares confessionais e leigas que foram instaladas na segunda metade do século XIX”, significando mais do que uma forma de difusão da escola no meio popular, pois representou a “implantação de uma instituição educativa comprometida com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira”.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que a escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de atuação e razão edificadas no decorrer da sua história, tomando por alicerce os confrontos e conflitos provenientes do embate entre as determinações externas e suas tradições, que se refletem no seu cotidiano. Sendo assim, há de se analisar a escola como uma instituição de cultura própria.

Saviani (2005) destaca que as instituições educacionais são criadas pelos homens e se apresentam como uma estrutura material que é constituída para atender à determinada necessidade humana, mas não a qualquer necessidade. Trata-se de uma necessidade de caráter permanente. Dessa forma, conclui-se que são instituições que foram criadas para serem, também, permanentes.

Apesar de serem duradouras, as instituições não se constituem prontas e acabadas. Uma vez produzidas, manifestam-se como um objeto que subsiste à ação da qual resultaram. Estas são construídas permeadas por um contexto histórico e por relações sociais entre si e a sociedade. Diante disso, o autor afirma que:

As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem (SAVIANI, 2005, p.28).

Adotando o pensamento do autor acerca do surgimento das instituições de ensino primário, pode-se dizer que os Grupos Escolares foram criados para atender às grandes transformações que ocorreram nas cidades no século XIX, como a constituição do capitalismo e da industrialização. O nascimento de escolarização em massa esteve ligado a uma concepção de “escola produzida como a instituição capaz não apenas de instruir e educar a infância e a juventude, mas de produzir um país ordeiro, progressista e civilizado” (FARIA FILHO, 2002, p.24).

Nos últimos tempos têm se tornado mais intensos os debates e movimentos de pesquisadores em relação à escola primária no Brasil. Nunca os temas educação primária, Grupos Escolares e a ação do Estado na organização do ensino elementar do País foram tão debatidos no campo da historiografia da educação brasileira.

Faria Filho e Souza (2006, p. 21) questionam alguns aspectos relacionados às seguintes questões: “Qual o significado dos grupos escolares para a compreensão do ensino primário no Brasil?”; “Por que essa modalidade de escola primária tem se tornado objeto de interesse dos historiadores da educação?”

Nesse sentido, é válido salientar a relevante contribuição que os estudos históricos sobre os grupos escolares têm trazido para a história do ensino primário e da escola pública no Brasil. Urge destacar que, durante muitos anos, a história desse nível de ensino foi relegada a segundo plano, especialmente se comparada à dos ensinos secundários e superior. A redescoberta desse campo de investigação tem levado muitos pesquisadores e educadores a questionarem interpretações estabelecidas sobre a democratização da educação pública.

No final do Império intensificaram-se os debates sobre a questão da instrução pública articulada com temas que abalaram a sociedade brasileira, como, por exemplo, a Abolição da Escravatura; o incentivo à imigração; introdução de máquinas para a modernização da produção; a reforma eleitoral; a questão republicana e a formação do trabalhador, formação de professores e novos métodos de ensino. Surgia a tendência de se considerar a escola como a “redentora da humanidade”. Para CURY (2005), o Império não foi um momento efetivo da educação como um direito universal de cidadania.

Com o advento da República ocorreram modificações que conduziram à racionalização administrativa do Estado Brasileiro e, conseqüentemente, procedeu-se ao início de uma sistematização da organização educacional, dos modelos de cidadania e cultura, preconizando a escola como um dos principais caminhos para formar o cidadão e torná-lo apto a participar da ordem republicana liberal. Nesse momento, a escola pública no seu sentido “real” se fez presente na história da educação brasileira. A partir daí o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente a propagação do ensino para a população, qual seja, uma escola para todos. O regime republicano criou uma nova esperança de melhoria de vida para os cidadãos.

A escravatura havia sido abolida, surgia um novo regime. A República é confirmada pela Constituição de 1891, dando-se-lhe o caráter federativo, representativo e presidencialista. O voto passa a exigir a imposição de letramento como condição de votar e ser votado.

Nesse momento, a grande preocupação era superar o atraso do país, pois a população analfabeta estimava-se em 80%. O poder público assume a responsabilidade de difundir o ensino a toda a população, concretizando na instituição da escola graduada a partir de 1890 no estado de São Paulo, que se irradiou por todo o país. Nasceram daí os Grupos Escolares. À educação popular foi atribuído o importante papel de formação do cidadão republicano,

consolidação do novo regime e promoção do desenvolvimento social e econômico (SOUZA, 2004).

Yazbeck (2003, p. 104) destaca que o Grupo Escolar nasceu com uma função social bem definida: fazer bons cidadãos e, acima de tudo, bons trabalhadores. O ensino elementar era concebido a partir de uma missão moralizadora e civilizatória em que o discurso liberal era sobreposto pelos mecanismos disciplinadores. Era preciso formar o cidadão submisso aos moldes impostos pela camada dominante. A visão que se possuía da escola se aproximava da visão de funcionamento de uma fábrica: a hierarquia, a obediência, a disciplina, os bons hábitos.

Para Faria Filho (2003, p.147), os grupos escolares, que foram construídos como verdadeiros templos do saber, encarnavam todo um conjunto de saberes, de projetos políticos, educativos e propunham um modelo definitivo da educação do século: o das escolas seriadas. Vistos como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam um futuro em que, na República, o povo, em harmonia com a nação, construiria uma sociedade ordeira e progressista.

Na visão do mesmo autor (2000), os grupos escolares significam não apenas uma nova forma de organizar a educação, mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares.

A implantação dos grupos escolares traz um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender a um grande número de crianças, uma escola adequada à escolarização da educação popular.

Souza (2006, p. 24) destaca que os grupos escolares constituíram-se em uma nova modalidade de escola primária, uma organização mais complexa, racional e moderna.

Implantados no Brasil no início do período republicano, tornaram-se, ao longo do século XX, o tipo predominante de escola elementar, modificando o sentido da escola primária no país. Não podemos negar que a expansão dos grupos escolares veio acompanhada do desenvolvimento urbano, atingindo crianças de vários setores sociais, especialmente as das camadas populares.

Essa inovação significou profundas transformações na organização e na constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país. O novo modelo exigia altos investimentos, como: edificação de espaços próprios e adequados para o funcionamento das escolas, professores habilitados, mobiliário moderno e material pedagógico de qualidade em função dos novos métodos de ensino e modelos de educação higienista.

Dedicando-se à análise dos prédios escolares, Bencostta (2005, p.71) aponta que, além dos prédios escolares próprios que tinham como princípio a racionalização dos espaços, outras inovações integravam-se à realidade dos grupos, como: o método intuitivo ou lição de coisas, o qual previa o uso de mapas, gabinetes, laboratórios, globos, blocos lógicos e figuras a fim de promover o desenvolvimento das capacidades de apreensão sensorial dos alunos. Pode-se constatar essa afirmativa com as fotos dos alunos realizadas nos grupos, em que não faltavam os mapas e as bandeiras.



Lembrança do Grupo Escolar José Rangel

Foto 2 - Acervo particular de Reginaldo Figueiredo

A escola graduada, os grupos escolares, fundamentava-se na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos homogêneos, constituindo-se as classes, isto é, em cada sala de aula, uma série, um professor. A adoção do ensino simultâneo; o controle de conteúdos e do tempo; a introdução do sistema de avaliação; a divisão do trabalho docente; a fiscalização do ensino através da inspeção; a figura do diretor escolar; um edifício compreendendo várias salas de aula e diversos professores concretiza uma nova forma de ensino no país. O discurso republicano para a instalação dos grupos escolares se deu à medida que a educação transformou-se em um elemento fundamental para formar os cidadãos republicanos, patriotas que viriam a atuar no mundo urbano, participando da vida pública e constituindo-se em um povo civilizado.

Os grupos escolares, modelos de renovação do ensino, surgiram na legislação de 1893, em São Paulo e no Rio de Janeiro, tendo sido regulamentados e implantados a partir de 1894 em São Paulo; nos estados do Rio de Janeiro (1897); Maranhão e Paraná (1903); Minas

Gerais (1906); Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908); Mato Grosso (1910); Sergipe (1911); Paraíba (1916) e Piauí (1922), e extintos, em 1971, com base na Lei de Diretrizes e Bases nº. 5692 (VIDAL, 2006).

Em Minas Gerais os grupos escolares foram criados, legalmente, pela Reforma João Pinheiro de 1906, que normatizou o ensino elementar no Estado. Os grupos escolares foram criados pela Lei de número 439, de 28 de setembro de 1906 e regulamentados pelo Decreto de número 1960, de 16 de dezembro de 1906. A reforma do ensino instituída pelo governador João Pinheiro é considerada o marco divisório na instrução mineira em função da criação dos grupos (MOURÃO, 1962 p.94).

Sobre os Grupos Escolares em Minas Gerais Mourão (1962) destaca:

Até então, os professores, em um exaustivo trabalho, ensinavam em aulas heterogêneas, onde se reuniam crianças das 4 classes, com óbvios inconvenientes para a aprendizagem e para esses próprios mestres que teriam que redobrar esforços para manter em atividade todos os alunos, sem poderem dispensar, ao mesmo tempo, a sua atenção para com todas essas divisões. Ainda que empregassem auxiliares ou utilizassem os próprios alunos mais adiantados para dirigirem os das primeiras classes, tal como se fazia no tempo do Império e mesmo na República, a eficiência da aula deixava a desejar (MOURÃO, 1962 p.93).

A consolidação da escola moderna trouxe, assim, importantes contribuições, ao instituir uma referência cronológica para a infância escolarizada, traduzida na definição de uma idade escolar, como também para consolidar o espaço escolar como lócus de produção de uma cultura que lhe é própria, a cultura escolar.

Nessa perspectiva, a análise da cultura escolar permite direcionar o olhar para o funcionamento interno de uma instituição, buscando “compreender o que ocorre nesse espaço particular” (JULIA, 2001, p.13). Essa noção se apóia “no conjunto de práticas que permitem a

transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (ibidem, p.8), permitindo, pois, “articular, descrever, analisar, de forma muito rica e complexa, os elementos chaves que compõem o fenômeno educativo tais como os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares” (FARIA FILHO, 2003, p.85).

A afirmação dessa escola se deu sob o reconhecimento de sua capacidade de agir como viabilizadora do projeto de construção de uma nova ordem social, pautada nos princípios de modernidade e de civilização.

Em Minas Gerais, no ano de 1906, foi realizada uma importante Reforma na educação primária mineira com a instalação dos Grupos Escolares. O modelo das escolas isoladas não satisfazia mais à imperiosa necessidade de modernização educacional. Os grupos ocupavam prédios majestosos dando visibilidade ao ensino primário no Estado. Além disso, permitiam que a educação se fizesse segundo as exigências da medicina higienista, oferecendo espaços adequados de estudo, com iluminação, carteiras e livros cuidadosamente preparados para a educação escolar, com uma organização seriada e recebendo melhor fiscalização e controle da burocracia estatal.

Após a instalação dos primeiros Grupos Escolares e a criação da Escola Normal da capital mineira, foram se ampliando as Reformas Educacionais no Estado até que, em 1925, no governo de Fernando Melo Vianna, os ensinos primário e normal passaram por uma reformulação e, dois anos depois, em 1927, realizou-se outra Reforma, a de Francisco Campos, que se diferenciava muito da primeira, embora ambas se inspirassem nas idéias do movimento escolanovista. A segunda Reforma obteve maior repercussão devido aos altos investimentos feitos no ensino.

Francisco Campos marcou um período considerado áureo para a educação em Minas. Nos quatro anos (1926 – 1930) em que atuou como Secretário do Interior participou ativamente das Reformas empreendidas, reunindo-se com as diretoras de Grupos Escolares,

promovendo um Congresso Mineiro de Educação, favorecendo a formação de professores e técnicos da educação, através de cursos pagos pelos cofres públicos estaduais que ofereciam o que havia de mais moderno na área.

4.4 As primeiras escolas de Juiz de Fora – MG

A transição do Império para a República é uma passagem importante para compreender o lugar e o papel da escola e da instrução na nova sociedade; função redentora, capaz de formar o novo cidadão, sujeito político e atuante, capacitado a participar da moderna democracia.

A escola primária, como se conhece atualmente, é algo recente na história da educação brasileira. Em Minas Gerais, como em outros locais do país, o ensino primário foi oficialmente ministrado em escolas isoladas, forma escolar que, aos poucos, foi sendo substituída por outras maneiras de organização.

O ensino primário de primeiras letras no Estado de Minas Gerais era conduzido, no início da República, por mestres escolas, assim como em outros lugares do país. Os mestres realizavam um trabalho quase que filantrópico, mas não faltava a formação rígida em relação à disciplina. Eram escolas isoladas que funcionavam na casa do próprio mestre com programas, conteúdos e horários definidos por eles. O Estado não contribuía com as despesas dessas escolas, conforme foi visto nas cartas enviadas à Câmara Municipal que trazem inúmeras solicitações de contribuição para pagamento de aluguéis, material escolar, iluminação etc.

O dinamismo econômico, político e cultural da cidade refletiu no setor educacional. Isso pode ser observado através de dados coletados sobre a expansão da rede

escolar, tanto privada quanto pública, com a criação de vários estabelecimentos de ensino primários, secundários e até superiores.

A literatura sobre as primeiras instituições de instrução primária e secundária da cidade é insignificante. Albino Esteves (1915) afirma que o primeiro estabelecimento de ensino aqui fundado data de 1860, o Colégio do Cônego Roussin. Entretanto, Paulino de Oliveira registra em seu livro que a primeira escola criada pelo governo data de 1847, antes do estabelecimento do Município¹⁴, a escola do Professor Sampaio. “Era, segundo a lei que a criou (Nº. 320, de 24 de maio) uma Aula de Instrução Primária de 1º grau [...] afirmam parentes de Anacleto Sampaio que [...] foi o primeiro professor dessa escola”, tendo sido vereador municipal e ocupado posição de relevo na sociedade (OLIVEIRA, 1953, p. 21).

Lessa (1985, p.224) cita uma escola noturna, instalada pelo Partido Republicano, para a alfabetização de adultos, na Avenida nº. 70, sobre cuja data de criação não há informação.

Após a primeira instituição de ensino seguiram-se o Colégio Paixão, transformando-se, posteriormente, em Colégio Progresso e Atheneu Mineiro; Colégio Santa Cruz, Colégio Andrés, Externato Hermes, Colégio Café, Atheneu de Letras; Externato Moreira Pinto, Externato Peres, Colégio para meninas N. S. da Conceição. N. S da Piedade, Colégio Freire, Escola Normal (de responsabilidade do Estado, sendo esta fechada em 1906 para a instalação dos Grupos Escolares e reaberta em 1928); Colégio Sion; Externato das professoras Onofrina Silva e Olympia Hungria; Colégio Palleta; Externato das Irmãs de Caridade; Colégio de D. Maria do Carmo Goulart e Carlota Malta.

Escolas Estaduais: Escola diurna do Tapera; Escola Noturna dirigida pelo Prof. José Agostinho de Mattos para o sexo masculino, que funcionava no Grupo Escolar (não cita

¹⁴ O Município de Juiz de Fora foi criado em 1850.

em qual grupo e nem a data)¹⁵; Escola Noturna estadual, dirigida por D. Malvina Malta para o sexo feminino, funcionava no grupo escolar, (acredita-se ser essa escola o embrião do Grupo Escola Estevam de Oliveira); Escola Noturna Mariano Procópio (1911); Escola Noturna no Botanágua (1914).

Escolas Municipais: Escola subvencionada, diurna e noturna, para ambos os sexos regida pelo Prof. Ignácio S. Lima, no bairro Borboleta. Sendo essas escolas amparadas por verbas municipais, de acordo com o relatório de inspetor escolar Albino Esteves de 1913, a Câmara mantinha um total de sete escolas na zona urbana. A maioria dessas instituições era noturna, para atender aos trabalhadores. Apenas a Escola Noturna do Centro das Classes Operárias (1908) e a Escola Noturna da Sociedade São Vicente de Paulo (1908) funcionavam no centro da cidade.

Escolas Particulares: Colégio Lucindo Filho (1911), fundado por Machado Sobrinho; Colégio Santa Catarina (1909); Colégio Stella Matutina (1903), Colégio Mineiro, fundado em 1890 para o público feminino; Colégio Granbery da Igreja Metodista (1890) Academia de Comércio (1894); Colégio Mineiro Americano (1890), Ginásio Santa Cruz (s/d), entre outros os quais o Instituto Granbery (1904) e a Academia de Comércio (1909) já ofereciam, respectivamente, o ensino superior como o curso de Farmácia e Odontologia e o Instituto Politécnico.

Nos dias atuais podemos destacar o Instituto Granbery, Academia de Comércio, Colégio Santa Catarina e Stella Matutina que ainda mantêm-se em funcionamento. Deve-se ressaltar que a maioria dessas instituições eram mantidas por diversas congregações religiosas.

Outro dado importante que merece destaque é sobre a educação popular na cidade que estava presente através do ensino profissionalizante sob a responsabilidade da

¹⁵ De acordo com Candiá (2007) essa Escola Noturna funcionava anexa ao Grupo Escolar Mariano Procópio.

Escola Agrícola, instituída em 1869, para receber os filhos dos imigrantes alemães. A falta de interesse por esse tipo de instrução fez com que essa escola tivesse curta duração, o que nos leva a inferir que, talvez, para uma cidade de vocação industrial, esse tipo de instrução não fosse mesmo interessante.

Nos anos seguintes, foram criadas na cidade várias instituições de ensino elementar e médio, na suas maiorias particulares, observando-se poucas escolas isoladas pertencentes ao poder público. Albino Esteves (1915, p.259) afirma em seu Álbum que:

A instrução quer pública quer particular, está sendo fartamente distribuída por uma série de esplêndidos estabelecimentos. Desde remotos tempos que Juiz de Fora possui bons institutos de ensino e se esmera na formação da mocidade (ESTEVES, 1915, p.259).

De acordo com a análise documental - Mapa Estatístico Escolar de 1913¹⁶ - a cidade apresentou uma expansão educacional na sua rede de ensino, em que se registra a criação de inúmeras escolas nas primeiras décadas do século XX. Podemos analisar, através desse documento, um total de 72 estabelecimentos de ensino em todo o município de Juiz de Fora, sendo 31 no distrito da cidade (zona urbana) e 41 nos demais distritos (Sarandy, Chácara, Sant'Anna do Deserto, São Francisco de Paula, São Pedro de Alcântara, São José do Rio Preto, Paula Lima, Porto das Flores, Água Limpa, Mathias Barbosa, Rosário. As escolas que funcionavam nessas localidades eram todas mantidas ou subvencionadas pela Câmara ou pelo Governo do Estado, diferentemente da rede urbana, composta também por estabelecimentos particulares.

Da relação de 31 escolas urbanas existentes, 21 eram da rede particular e 10 da rede pública, perfazendo-se, em ambas as redes, um total de 3.904 alunos matriculados em seu perímetro urbano. Das dez escolas sustentadas pelo poder público, cinco eram mantidas pela Câmara Municipal e as outras cinco pelo governo do Estado. As estaduais compreendiam

¹⁶ Ver Mapa Estatístico Escolar (1913); pasta 02/ série 156. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora - MG

três grupos escolares e duas escolas noturnas que atendiam a 87,56% dos alunos matriculados no setor público (1401 alunos), ficando as escolas municipais com apenas 12,44%, isto é, com 207 alunos.

Em relação às escolas particulares, dos vinte e um estabelecimentos, dez ofereciam ensino secundário, perfazendo um percentual de 80,27% dos 2.296 alunos matriculados. Essas escolas representavam a ação das elites locais que conferiam um perfil competitivo à educação primária, secundária e até mesmo superior.

Considerando-se o conjunto de transformações político-educacionais do cenário histórico nacional e regional, foi instalado, em 1907, um novo modelo de escola primária através dos grupos escolares como defensores da bandeira republicana da universalização do ensino de crianças (YAZBECK, 2006). Essa nova modalidade de organização de ensino foi inaugurada em São Paulo, no ano de 1893, e serviu como modelo de ensino para outras regiões do país. Em 1902, Estevam de Oliveira, Inspetor Técnico do Ensino de Minas Gerais, conheceu a realidade escolar paulista e tornou-se, a partir de então, um dos maiores defensores na adoção dos Grupos Escolares como forma mais moderna e eficiente de organizar o ensino em todo o Estado de Minas (OLIVEIRA, 1902). Porém, a Reforma do Ensino em Minas Gerais só se efetivaria no ano de 1906, durante o governo de João Pinheiro, quando as propostas de Estevam de Oliveira se concretizaram.

4.5 Os Grupos Escolares em Juiz de Fora - MG

No Estado de Minas, Juiz de Fora foi uma das primeiras cidades a contar com a nova proposta de ensino público estadual. A instalação do primeiro Grupo Escolar da cidade de Juiz de Fora – MG ocorreu em 04 de fevereiro de 1907, pelo Decreto nº. 1.886, no período da manhã, com 470 alunos matriculados sob a Direção do Professor e Bioquímico José Rangel,

passando a funcionar no prédio que abrigava a Escola Normal. Esse prédio, denominado Palacete Santa Mafalda, foi palco de particular história, a ser posteriormente detalhado.

Em 23 de março do mesmo ano, é instalado o segundo Grupo Escolar de Juiz de Fora, a fim de suprir a escassez de vagas do 1º Grupo, haja vista que o número de crianças em idade escolar na cidade era maior do que se podia atender. Assim, o grupo passou a funcionar no mesmo prédio, em turno diferente, no período da tarde, sob a mesma direção.

No ano de 1915, o primeiro Grupo Escolar recebeu a denominação de “Grupo Escolar José Rangel” e o segundo “Grupo Escolar Delfim Moreira”, passando, posteriormente, a serem denominados de Grupos Centrais.

Sobre a instalação dos Grupos Escolares em Juiz de Fora, Yazbeck (2006, p.268) enfatiza que “a cidade guarda com curioso orgulho a idéia do pioneirismo, por ter abrigado a instalação do primeiro grupo escolar do estado de Minas Gerais”. Podemos constatar essa afirmação no jornal oficial do Estado, O Minas Gerais, do dia 4 e 5 de fevereiro de 1907, que noticiou:

Com verdadeiro entusiasmo os grupos escolares estão sendo instalados. Instala-se hoje o primeiro Grupo Escolar da Capital, de Juiz de Fora. Chegou um telegrama dirigido ao Sr. Carvalho Brito dizendo ter sido instalado ontem um grupo escolar com 470 alunos sendo esse acontecimento muito aplaudido pela população daquela adiantada cidade.

Outro jornal da cidade, o Correio de Minas, de propriedade do jornalista e inspetor Estevam de Oliveira, de 05 de fevereiro de 1907, divulgava a solenidade, no suntuoso palacete.

De muita solenidade revestiu-se hontem, às 11 horas da manhã, a abertura do Grupo Escolar de Juiz de Fora, o primeiro do Estado, organizado, de acordo com o novo plano da instrução pública mineira, pelo sr. Professor José Rangel, nosso confrade de imprensa.

O diretor dos grupos escolares, José Rangel, em relatório enviado à Secretaria do Interior em 1907, anuncia sua alegria ao receber o grupo escolar em Juiz de Fora e lembra o papel da educação para o melhoramento do trabalho dentro das fábricas, como se pode constatar no decorrer do trabalho.

Com a instalação dos dois grupos no mesmo prédio, pôde-se perceber uma insatisfação da população em relação à mudança de horário de funcionamento do primeiro grupo, que funcionava no horário regular e, naquele momento, teve que se ajustar a um novo cronograma para atender à instalação do 2º grupo, provocando expressivas mudanças nos hábitos das famílias e dos próprios funcionários e professores do grupo. De acordo com a Reforma João Pinheiro (1906) previa-se como horário regulamentar para o funcionamento dos Grupos e Escolas Isoladas o período de 10h às 14h, dispositivo que estava em consonância com os costumes da época, de se almoçar às 9 horas da manhã e jantar às 4 horas da tarde.

Constata-se essa situação na imprensa local da época, como retrata o Jornal Correio da Tarde, de 27/02/1907, p.1.

Não merece elogios a resolução do sr. Dr. Carvalho Britto fazendo funcionar o segundo grupo no mesmo prédio em que já está o primeiro.

A hora de entrada para os alunos do primeiro grupo, 7 da manhã não nos parece aceitável. As aulas terminarão às 11 pelo menos uma hora para as crianças almoçarem. Tudo isso quer dizer que em poucas palavras: dificuldades para os Paes pobres, que ou terão de levar à escola a refeição para os filhos, ou terão de a trazer de casa. A resolução, é bem de ver, não podia causar boa impressão, porque não se altera profundamente hábitos de vida, uma vez que não queiram almoçar de madrugada, ao almoço à fidalga, por volta de meio dia, como ainda prejudica o ensino de modo extraordinário.

O segundo grupo, funcionando do meio dia às 4, é outro erro; nem se comprehende como ao jovem e digno secretário ocorra tal idéia, que mais ou menos causa certa balburdia, além dos inconvenientes de irem as crianças para a escola na hora de mais calor, quando o sol castiga bastante o edifício.

O professor Joviano havia escolhido o antigo edifício doado pelo Barão de Cataguases, e sendo assim não haveria senão louvarmos a instalação; mas o sr. Dr.

Carvalho Britto, esperamos, não se deixará dominar pela política e foi isto o que nos disse, de maneira que sua orientação se disvirtue a olhos vistos, com manifesto, prejuízo do seu nome, e dos pobres que ingenuamente suppuzeram que os grupos escolares eram para seus filhos.(...)

Demais, o sr. Dr. Carvalho Britto deve saber que quem escreve estas linhas não faz jornalismo senão por conta do povo.

A origem do movimento de escolarização popular entre os séculos XIX e XX esteve ligada à visão de uma “escola produzida como instituição capaz não apenas de instruir e educar a infância e a juventude, mas de produzir um país ordeiro e civilizado” (FARIA FILHO, 2002, p.24).

O modelo dos grupos escolares atravessou o século XX, constituindo-se como referência básica até a atualidade, como organização das classes seriadas, na utilização racionalizada do tempo e dos espaços, com também a fiscalização do trabalho das professoras.

No ano de 1971, através da Lei nº. 5.692¹⁷ os Grupos Escolares são extintos para dar lugar às Escolas Estaduais de Educação Básica. Sua história, no entanto, continua a existir e foi responsável pela “inserção de uma significativa parcela de população nacional no universo dos saberes formalizados” (VIDAL, 2006, p.8), ou seja, trata-se de um modelo de escola que apenas mudou de nomenclatura..

¹⁷ De acordo com Romanelli (1991), a Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e introduziu relevantes mudanças na estrutura nacional do ensino, apesar de incoerências sob certos aspectos. Resumidamente suas propostas de inovação giraram em torno da ampliação da obrigatoriedade escolar para 8 anos; a eliminação de parte do esquema seletivo das escolas e do dualismo: ensino secundário x ensino profissionalizante.

5 O Ensino Primário Noturno e a Legislação Escolar Mineira

Neste capítulo busca-se acompanhar o lugar ocupado pela preocupação política com o analfabetismo adulto da população mineira. Com o intuito de conhecer as orientações normativas sobre os aspectos da organização do ensino primário mineiro opta-se pelo conhecimento da legislação da educação no Estado de Minas Gerais, para, com isso, captar, nesses dispositivos, a configuração que o ensino noturno foi adquirindo ao longo das quatro décadas privilegiadas neste estudo.

É fundamental relacionar toda a prática legislativa e os produtos produzidos por ela. Segundo Faria Filho, (1998) a legislação mantém um íntimo e continuado diálogo com a cultura e os costumes, independente de qual seja ela. Seria possível compreender, através da legislação, vários aspectos da vida social, econômica e cultural de determinado país. Ao analisar a constituição da legislação brasileira do século XIX, o autor afirma que a intervenção legal esteve baseada na ação das instituições estatais e das classes ilustradas sobre o povo brasileiro com o intuito de civilizá-lo e prepará-lo.

Nesse contexto, consideram-se as principais leis e decretos que normatizaram e regulamentaram a instrução pública primária ao longo da Primeira República, até o ano de 1946, quando se estabelecem os princípios normativos de âmbito federal para a modalidade em questão.

De forma geral, o ensino noturno teve uma abordagem bastante “frágil” na legislação que atravessa o século XIX até a primeira década do século XX. O que se vê no período é uma citação esporádica, nos textos oficiais, das questões relativas a essa modalidade da educação, culminando com a extinção das escolas noturnas, no ano de 1900 e sua retomada em 1906. Essa modalidade somente receberá uma atenção diferenciada em 1911, especificamente, a partir do Decreto de nº. 516 a, quando será estabelecido um programa

específico para as escolas noturnas. Essa condição adquire novos aspectos, nos anos 1920 e 1930, quando o ensino noturno passa a conviver com períodos de alternância: em um dado momento, são criadas inúmeras escolas primárias noturnas; em outros, a legislação emudece a respeito.

Na década de 1920, surgem preocupações mais efetivas com o estabelecimento de programas adequados a cada tipo de escola e, especificamente, com a formação para a escola rural. Na década de 1940, como fora mencionado, a educação de jovens e adultos passará por novas definições, dentro do movimento de nacionalização da educação e de criação de um sistema de ensino.

5.1 Final do século XIX até a primeira década do século XX.

Ao propor uma abordagem sobre o ensino noturno na Primeira República, elege-se a análise tomando por base a última Lei Imperial: o Decreto de n. 516^a, de 12 de junho de 1891. Embora esse decreto não faça referências às escolas noturnas, a própria classificação e destinação das escolas públicas primárias então adotadas propicia um atendimento aos jovens com idade até 20 anos. Isso porque as escolas primárias, para cada um dos sexos, eram classificadas em escolas de 1º e de 2º graus.

As escolas de 1º grau eram compostas de quatro classes, destinadas aos meninos e meninas de sete a quatorze anos de idade, e localizadas nas cidades, vilas e distritos de paz. As escolas de 2º grau, cujo curso constituía-se de duas classes, eram localizadas apenas nas cidades e vilas. O curso tinha natureza prática e técnica e se destinava ao ensino de escrituração mercantil e de noções de economia, aos rapazes, e trabalhos de agulha e economia doméstica, às alunas. A restrição etária não funcionava de forma rígida, pois a legislação permitia que “em ambas as escolas, os alunos que completassem a idade máxima

determinada, poderia continuar os estudos, desde que, por sua aplicação e procedimento o mereçam” (MINAS GERAIS, 1891, p.275).

Percebe-se, nessa situação, uma preocupação com a formação profissional tipicamente urbana para os jovens, possivelmente voltada para as demandas comerciais da época. Já para as moças, a formação estava voltada especificamente para os afazeres domésticos.

A Lei subsequente, de nº. 41, datada de 03 de agosto de 1892 e regulamentada pelo Decreto de nº. 655, de 17 de outubro de 1893, foi criada com o objetivo de reformar a instrução primária mineira nos seus diferentes graus.

Constituiu-se, dentre outras, a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário para crianças na faixa etária de sete a treze anos de idade e uma nova classificação para as escolas primárias, agora relacionadas ao recenseamento da população: escolas rurais, localizadas em região com população inferior a mil habitantes ou cento e cinquenta meninos, de ambos os sexos e em idade escolar, na área abrangida pelo perímetro escolar; escolas distritais, as estabelecida nas sedes dos distritos administrativos e em localidades com população, inscrita no perímetro escolar, acima de mil habitantes ou cento e cinquenta crianças em idade escolar e escolas urbanas, as situadas em vilas e cidades.

Entretanto, o Decreto de nº. 655, que regulamentou a dita Lei, além de restringir o número de escolas para cada localidade, também deu início à extinção gradativa das escolas noturnas, definindo como critério para sua conservação, a frequência efetiva de trinta alunos, extinguindo as já existentes à medida que elas desocupassem.

Com relação à iniciativa privada, a Lei estabeleceu a livre iniciativa aos particulares ou associações de oferecer o ensino primário, secundário, técnico e superior, desde que se submetessem à fiscalização do Conselho Escolar. Poderiam fazer uso dos subsídios oferecidos pelo Estado, se comprovassem, dentre outras coisas, as condições de higiene do estabelecimento e o cumprimento do Programa Oficial.

A diminuição gradativa das escolas noturnas surgiria anos depois com a nova reforma do ensino, promovida pela Lei nº. 281, de 16 de setembro de 1899, regulamentada pelo Decreto de nº. 1.348, de 08 de janeiro de 1900 e Decreto de nº. 1.353, de 17 de janeiro de 1900.

De acordo com a referida Lei, as escolas primárias foram reclassificadas e restringidas, independente do recenseamento: escolas urbanas, as que fossem estabelecidas dentro do perímetro da sede das cidades e vilas; escolas distritais, as que estivessem situadas dentro do perímetro das sedes dos demais distritos administrativos, deixando de existir, portanto, as escolas rurais e as noturnas.

A regulamentação do disposto nos artigos 3º e 11, da Lei de nº. 281¹⁸, no que se refere à extinção das escolas, deu-se no ano de 1900, com a publicação do Decreto de nº. 1.353, que manteve apenas uma escola noturna: “a que foi criada em Ouro Preto pelo Decreto de nº. 426, de 16 de março de 1891” (MINAS GERAIS, 1900, p.181).

Portanto, iniciamos o século XX com o desaparecimento das escolas noturnas e rurais de Minas Gerais. Essa decisão, entretanto, encontrar-se-á permeada por controvérsias por parte dos deputados incumbidos de propor e votar os projetos de leis. A causa dos debates será a determinação de se extinguirem as escolas rurais, o que colocará em cena acirradas discussões, tanto no que tange ao Projeto de Lei nº. 25, que deu origem à Lei de nº. 281, quanto na apresentação do Projeto de n. 53, do deputado Vasco de Azevedo, em 1900, propondo a criação de escolas noturnas nas fábricas de tecidos e outras manufaturas e nos demais estabelecimentos industriais.

No transcorrer das negociações para a aprovação da Lei de nº. 281, em 1899, os argumentos contrários à extinção das escolas rurais, apresentados pelo deputado Luiz Cassiano, moderavam-se primordialmente pela inconstitucionalidade do ato de extinção

¹⁸ Art.3º: O número de escolas em cada distrito será determinado pela densidade da população e importância da localidade. (p.40). Art. 11. A supressão de cadeiras de instrução primária será feita de preferência dentre as de criação mais recente e as de menor freqüência (p.41).

destas, assim como no reconhecimento da necessidade de se suprir o atendimento educacional às populações rurais. No ano seguinte, porém, os argumentos serão de outra natureza, pois, os deputados recorrerão à questão econômica.

Uma nova organização para o ensino primário, normal e superior, em Minas Gerais, foi constituída pela Lei de nº. 439, de 28 de setembro de 1906 e regulamentada pelo Decreto de nº. 1947, de 20 de setembro de 1906, que aprovou o programa do ensino primário, e pelo Decreto de nº. 1960, de 16 de dezembro de 1906, que aprovou o regulamento da instrução primária e normal do Estado.

Contudo, essa Reforma foi relevada pela comprovação da ineficiência do ensino mineiro, ocasionada tanto pelo despreparo do corpo docente para ministrar o ensino, como também pelo modelo de escola existente que, com sua precariedade, não alcançaria os ideais de modernidade tão desejados pelo governo de Minas.

É válido salientar a preferência pela professora primária para reger as turmas; o estabelecimento de faixas etárias diferenciadas por gênero, no ensino primário: a idade mínima de sete e a máxima de quatorze anos para o sexo masculino e a mínima de oito e a máxima de doze para o sexo feminino. Quanto à classificação das escolas, a lei trouxe para o cenário educacional os grupos escolares e as escolas isoladas, que poderiam ser urbanas, distritais e coloniais.

As escolas urbanas eram as estabelecidas dentro do perímetro das cidades ou vilas; as distritais, as estabelecidas dentro do perímetro da sede dos demais distritos administrativos e as escolas coloniais, aquelas estabelecidas dentro das colônias. Além disso, o governo criou aulas anexas aos grupos escolares, com o objetivo de ministrar aulas profissionais aos alunos de ambos os sexos, por meio do ensino prático. Eram ensinados os ofícios de hortelão, arboricultor e jardineiro, para os quais o governo forneceria “aparelhamento, ferramentas, utensílios e matérias primas” (MINAS GERAIS, 1906, p.15).

Percebe-se que as escolas noturnas também receberam uma importância no novo Regulamento, que assim se divulgou: “O governo promoverá, quando for possível, a criação de escolas noturnas onde se possa contar com a frequência mínima de 30 alunos”.

A Reforma de Ensino, de 1906,¹⁹ é considerada um marco na instrução pública mineira, principalmente pela inovação do ensino implementada pela criação dos grupos escolares²⁰, porém, no que se refere ao ensino noturno, podemos perceber que as principais modificações somente começaram a tomar força a partir de 1911, com a definição de um programa próprio para essas escolas.

Nessa perspectiva, encontra-se a Lei de nº. 533, de 24 de setembro de 1909, regulamentada pelo Decreto de nº. 3.191 de 09 de junho de 1911, o qual aprovou o Regulamento Geral da Instrução, por meio do qual, dentre outros acontecimentos, ampliou-se o atendimento escolar às crianças e jovens na faixa etária de sete a dezesseis anos de idade, ficando, entretanto, a obrigatoriedade, dentro do perímetro de um quilômetro, para o sexo feminino, e dois para o sexo masculino, exclusivamente, para as crianças de ambos os sexos na faixa etária de sete a quatorze anos.

Quanto aos estabelecimentos de ensino, foram mantidos os grupos escolares; as escolas isoladas (ou singulares); as escolas rurais e noturnas e criadas as escolas dominicais. As escolas isoladas foram classificadas em escolas isoladas urbanas (as situadas dentro do perímetro das cidades e vilas); em distritais (localizadas dentro das sedes dos distritos); em rurais ou coloniais (localizadas dentro de povoados e nas colônias) e as escolas singulares agrupadas. Os grupos escolares receberam uma nova classificação, podendo ser grupo escolar da capital; grupos escolares urbanos e distritais. Uma inovação foi a criação das escolas

¹⁹ Em 7 de setembro de 1906 foi decretado pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro, a Reforma do Ensino Primário e Normal do Estado de Minas Gerais, que, de acordo com Faria Filho (2000, p.37), representou “ a mais importante reforma até então realizada na educação primária pública mineira destinada às camadas pobres da população”. Nessa Reforma, os Grupos Escolares personificaram no âmbito educacional o ideário modernizador da época. (idem)

²⁰ Sobre esse assunto ver Faria Filho (2000); Yazbeck (2006).

dominicais, reservadas aos trabalhadores rurais, que “somente aos domingos e dias santificados comparecem nas povoações” (Art. 166, p.214).

Com relação às escolas noturnas, pode -se citar um critério rigoroso em relação à matrícula de menores de 16 anos e maiores de 40 anos de idade. Outro fator que merece destaque será em relação ao Programa específico a ser seguido.

Sobre esse tema, o Decreto de nº. 3.191, de 1911, estabelece, no art. 270, um programa mais completo para os grupos escolares, a partir do qual todos os outros deveriam se constituir. O art. 281 estabeleceu que, nos grupos, deveriam ser trabalhadas todas as matérias do art.270, menos agricultura, reservada às escolas rurais. Nas singulares, urbanas e distritais, as mesmas matérias deveriam ser simplificadas e adaptadas ao ensino simultâneo de muitas classes. Nas escolas rurais, ainda mais simplificadas, tão somente as do art. 270 nº.1, acrescentando-se canto; nas escolas noturnas e dominicais, apenas as dez primeiras do art.270. Quanto ao método de ensino, prevalece o simultâneo²¹, excluindo qualquer outro.

No decorrer das análises da legislação referente às escolas noturnas, percebeu-se que há uma organização gradativa na organização do ensino noturno. Com o Decreto de nº. 3.405, de 15 de janeiro de 1912, que aprovou um novo programa de ensino para os grupos e escolas primárias do Estado, teremos, então, o estabelecimento de um novo programa para as escolas noturnas; a definição de uma forma de organização do curso, em quatro classes; além de um quadro diário de matérias, com aulas as segundas, terças, quartas, sextas-feiras e sábado, com três horas de duração diária, sendo a terceira hora facultativa aos alunos que se interessassem em receber “noções de cousas em breves explicações e experiências simples” (MINAS

²¹ Ensino Simultâneo era considerado como a forma mais moderna de organização do tempo escolar. Centrado na ação do professor e na atenção simultânea dos alunos, se opunha aos métodos em voga no século XIX que reuniam numa mesma sala alunos de várias idades e de vários níveis de ensino: o método individual e o método mútuo (ou de Lancaster). Além disso, essa nova organização escolar, que também pressupunha a uniformização e seriação dos conteúdos, distribuídos gradualmente nos quatro anos do curso primário, passou a exigir uma variedade muito maior de livros didáticos adaptados ao ensino graduado de todas as matérias do currículo.

GERAIS, 1912, p.1006). Percebe-se que há nesse momento uma preocupação maior com a divisão do tempo e com a distribuição das matérias de forma a ajustar o trabalho docente.

O ensino noturno se destaca por uma inovação através do Decreto de nº. 4508, de 19 de janeiro de 1916, que aprovou o programa de ensino das escolas singulares, distritais, urbanas e noturnas do Estado. O curso noturno continuava com quatro anos de duração e, quanto ao programa, a orientação era de que fosse seguido “tanto quanto possível, o programa das escolas singulares, suprimindo o que não lhes for aplicável” (MINAS GERAIS, 1916, p.86). Em relação à distribuição dos horários semanais e das lições diárias, o regulamento previa também que se usasse o mesmo das escolas singulares, cujas aulas seriam de segunda a sábado, exceto quinta-feira; com quatro horas diárias e intervalo de 10 minutos, após a primeira hora, para a aula de canto e de 30 minutos após a segunda hora, para exercícios físicos. As duas outras aulas não tinham intervalos. Durante o tempo de 25 minutos da lição determinada para cada ano, as outras classes ficariam ocupadas com exercícios de escrita, redação, contabilidade, cartografia, desenho linear e trabalhos manuais, que o professor deveria distribuir, previamente, em cada dia, de modo a exercitar simultaneamente todos os alunos em cada uma dessas disciplinas.

O programa de ensino das escolas primárias, singulares, distritais e urbanas, e grupos noturnos apresentou uma nova alteração por meio do Decreto nº. 4930, de 06 de fevereiro de 1918. Esse regulamento alterou mais uma vez o tempo de duração, retornando para dois anos, acrescentou à configuração do curso noturno, além da distribuição das matérias diárias nos dias da semana (duas horas diárias às segundas, terças, quartas, sextas e sábados), também um horário para seu funcionamento: de 19h às 21h. As aulas eram divididas em duas sessões: de 19h às 20h e de 20h às 21h, sendo os 10 minutos iniciais e finais do dia destinados ao trabalho com hinos ou cânticos patrióticos (MINAS GERAIS, 1918, p. 113).

5.2 Primeiros anos da década de 20

De maneira especial, na segunda década do século XX, a educação foi constituída como a redentora dos problemas nacionais, como nos indica Carvalho, 1989, p.20-21.

Perpassava fortemente o imaginário desses entusiastas da educação o tema da amorfia. Referido ao país, marcava-o como nacionalidade em ser a demandar o trabalho conformador e homogeneizador da educação. Referido às populações brasileiras, proliferava em signos da doença, do vício, da falta de vitalidade, da degradação e da degenerescência. O trabalho, nessas figurações, elemento ausente da vida nacional. As imagens de populações doentes, indolentes e improdutivas, vagando vegetativamente pelo país, somam-se às de uma população urbana resistente ao que era entendido como trabalho adequado, remunerador e salutar. Imigrantes a fermentar de anarquia o caráter nacional e populações pobres perdidas na vadiagem impunham sua presença incômoda nas cidades e comprometiam o que se propunha como “organização do trabalho nacional”.

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação. Regenerar o brasileiro era dívida a ser resgatada pelas novas gerações (CARVALHO, 1989, p.20-21).

A dívida republicana implicava educar, no sentido de moralizar, moldar, disciplinar a população pobre, mais do que instruí-la. O conhecimento sempre foi um bem valioso e caro às elites. Assim, a escola pública difundida para as massas deveria ter por objetivo formar o cidadão e conformá-lo a uma estrutura social cuja desigualdade era explicada pelo viés do mérito. Construiu-se, assim, a idéia de uma escola pública primária como a regeneradora da sociedade. Os alunos passaram a constituir não apenas o núcleo do processo ensino-aprendizagem, mas de um projeto de transformação social pela via da escola pública primária.

Nessa perspectiva, em Minas Gerais, a Lei nº. 800, de 27 de setembro de 1920, sob o governo de Arthur da Silva Bernardes, propõe uma reorganização do ensino primário. No entanto, o Decreto de regulamentação, de n. 6.655, só foi publicado no ano de 1924, passando a vigorar somente a partir de 1925. Com a reforma, o ensino popular passou a ser ministrado

em escolas de três tipos: infantis; primárias e escolas complementares técnicas. Assim, o Decreto estabeleceu que o ensino público primário fosse de duas categorias: fundamental e complementar, sendo o fundamental, leigo, obrigatório e gratuito e o complementar, também leigo, facultativo, e, para os menores pobres, gratuito.

Os cursos primários complementares, criados com o objetivo de cooptar o ensino fundamental, eram de caráter essencialmente profissional e técnico. A nova regulamentação previa a implementação de três tipos: industriais, com dois anos de duração; comerciais, com um ano de duração e agrícolas, com dois anos de duração.

Quanto às escolas noturnas, notamos no regulamento uma primeira tentativa de se instituir certa obrigatoriedade de freqüência, juntamente com a responsabilidade dos pais e ou responsáveis. Sobre essa questão podemos constatar, no art. 35 da Lei, que expõe: “Nos lugares onde houver escolas noturnas, os analfabetos maiores de 14 anos e menores de 18²² são obrigados a freqüentá-las até aprenderem a ler, escrever, as quatro operações elementares da aritmética, a regra de três e o sistema métrico”.

Pode-se constatar que as lutas em torno da legislação não se enceram com a publicação destas, mas acontecem antes, durante e após a sua instalação, tratando-se, portanto, de um processo dinâmico que envolve interesses diversos, sobretudo num campo tão importante e conflituoso quanto o que envolve a educação.

Se a produção de legislações escolares revela as apropriações dos diversos discursos, seja no âmbito político, educacional ou econômico, são os sujeitos que colocam em ação todo esse ordenamento jurídico, dando a ver o seu alcance, repercussões e contradições. As exigências de cumprimento da lei, bem como as formas de se evadir e mesmo as tentativas de burlar os preceitos legais são mostras de como a legislação pode ser diferentemente apropriada pelos sujeitos sociais que estão sob a sua regência.

²² Grifos meus

5.3 Os anos 1920

Destaca-se nessa década a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, por uma aliança de educadores, cujo propósito era o de avaliar a República, pensar e organizar um projeto educacional para o país, por meio de um movimento de renovação educacional que abrangesse todo o Brasil. Com sede no Rio de Janeiro, “foi projetada como organização nacional”, a partir da qual os Estados Brasileiros deveriam criar “núcleos similares”, cuja atuação seria integrada pelas diversas Conferências Nacionais realizadas anualmente. Embora essa idealização regional não tenha se concretizado, a Associação se firmou com entidade nacional a partir de 1927, com a realização das Conferências Nacionais. (CARVALHO, 2003, p.39). Em meio à movimentação intelectual dos pensadores e reformadores da educação, os anos 1920 foram marcados pelas diversas reformas de ensino implementadas pelo Movimento da Escola Nova.

Esse movimento, segundo Clarice Nunes (2001, p.103), concebeu “a difusão pelos vários estados brasileiros da lógica de institucionalização do modelo paulista de escolarização”, com vistas à criação de um sistema de ensino. Como integrante do Movimento, Francisco Campos²³, “apesar de suas concepções antiliberais no plano da organização política”, introduziu os princípios da Escola Nova, no campo educacional mineiro, a partir de 1927 (idem, p. 106).

O movimento escolanovista, que surgiu oficialmente em 1889, quando Cecil Reddie inaugurou a primeira “new school” na Inglaterra, sintetizava uma série de discussões que buscavam melhorar a escola adaptando-a às novas necessidades sociais. A escola que existia até então passava a ser denominada de “tradicional” pelos escolanovistas. As

²³ Segundo Peixoto (1983, p. 94), é de autoria do Secretário do Interior, Francisco Campos, a legislação referente à Reforma do Ensino de 1927, que redigiu trancado em seu gabinete, durante alguns dias. Daí ser conhecida como Reforma Francisco Campos.

denominações Escola Tradicional ou Antiga versus Escola Nova ou Moderna ou ainda Escola Ativa criavam uma dicotomia entre o que era velho, antiquado, ultrapassado e retrógrado e o novo e moderno, com um olhar para o futuro (CARVALHO, 1977).

Essa dualidade era reforçada de forma maniqueísta: à Escola Antiga caberia todo o erro e à Escola Nova, as melhorias. Segundo os escolanovistas, a Escola Tradicional se justificava num período no qual as ciências, principalmente a Psicologia, não haviam surgido e demonstrado as características diferenciadas da criança, suas necessidades e as melhores formas de se ensiná-la. No final do século XIX, as investigações científicas haviam provocado alterações significativas no meio escolar, modernizando suas técnicas e aprimorando a concepção de ensino-aprendizagem, de criança e de aluno. Dava-se, assim, início à Escola Nova. (Idem, *ibidem*)

Logo no início do século XX algumas propostas escolanovistas foram chegando ao Brasil. Entretanto, foi na década de 1920 que elas se impuseram com mais força. Várias reformas públicas na educação brasileira foram realizadas, dentre elas, Reforma Anísio Teixeira, Bahia, 1925; Reforma Carneiro Leão, Pernambuco, 1926; Reforma Fernando de Azevedo, Rio de Janeiro, 1928, que tinham em comum a crença na educação popular como um mecanismo modernizador e disciplinador da sociedade brasileira. Naquele período, também Minas Gerais participava dessa mobilização pela renovação educacional, realizando duas reformas que abrangeram tanto o ensino primário, quanto o ensino normal. O escolanovismo em Minas Gerais teve um caráter diferenciado no sentido de buscar conciliar as propostas modernas com o conservadorismo e religiosidade característica do Estado no período.

5.4 Os anos 1930

O projeto implementado no Estado mineiro, nos anos 1930, pautou-se, de acordo com Peixoto (1992, p. 6), numa controvertida democratização do ensino, cujos fundamentos, “respeito ao indivíduo no processo educativo” e “respeito à participação da iniciativa privada na oferta da escola”, levaram à redução da oferta de vagas, em virtude do fechamento de inúmeras escolas, no período de 1931 a 1945. A modernização do sistema escolar mineiro, pela ênfase na qualidade do ensino, entendida como racionalidade dos processos de ensino, significou a adoção de medidas restritivas, desde o congelamento salarial dos professores, fechamento de escolas, centralização administrativa, até à organização das turmas a partir de critérios científicos, visando a uma homogeneização do processo de ensino e utilização de práticas pedagógicas específicas. A implicação de tudo isso foi uma escola elitista, seletiva e responsável por altos índices de repetência e evasão escolar. Segundo a autora, o quadro educacional pouco se altera com o Estado Novo, pois, de certa forma, Minas se antecipa ao regime controlador e limitado imposto ao restante do País, a partir de 1937.

Nessa perspectiva, Nunes (2001) enfatiza que, nesse período, o campo educacional brasileiro abrigava a disputa entre dois projetos de educação, um voltado para a criação de uma rede de ensino primário e técnico e o outro, destinado à formação das elites, via uma rede secundária superior.

Sob o impacto da Reforma do Ensino Primário e Normal de 1927, o período inaugurado por essa década não trouxe grandes novidades em termos de organização do ensino primário de jovens e adultos. Chama a atenção o movimento de expansão/retração das escolas noturnas e rurais noturnas vivenciado de 1927 a 1935. Constata-se que, na década anterior, em especial, nos anos de 1927 e 1928, inúmeras escolas primárias rurais noturnas foram criadas. Em análises de decretos publicados nessa época, conseguimos uma representação bastante expressiva de um movimento de criação de inúmeras escolas,

principalmente nos anos de 1934/1935. Percebe-se que alguns decretos chegam a criar mais de uma dezena de escolas de uma só vez.

Entretanto, há momentos em que a legislação emudece, evidenciando uma descontinuidade de ações, com no período de 1933 e 1939, retomando, em outros anos, o movimento de criação de escolas, como nos anos de 1934, 1935 e 1937, sendo esse último ano brindado com a criação de dezenas de escolas distritais.

Diferentes medidas colocadas em prática pelo Estado implicaram direta ou indiretamente, a organização das escolas destinadas aos jovens e adultos mineiros. Envolvido diretamente na questão da matrícula e, por conseguinte, da idade escolar, encontra-se o Decreto de n. 10.133, de 17 de novembro de 1931, que diz respeito à exigência da certidão do registro de nascimento para efetivação da matrícula nas escolas primárias excetuando as escolas rurais.

Essa medida, de acordo com o Presidente do Estado, Olegário Maciel, tinha por objetivo garantir “a certeza a respeito da idade dos alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino primário”, além de possibilitar a “homogeneização e distribuição de classes” (MINAS GERAIS, 1931, p.579). Merece destaque uma outra medida, publicada no ano seguinte, o Decreto de n. 10.480, de 02 de setembro de 1932, que fixa os vencimentos dos professores das escolas noturnas urbanas, em 3:000\$000, anuais (MINAS GERAIS, 1932, p.650). Podemos destacar, ainda, o Decreto de n. 11.297, de 10 de abril de 1934, que transferiu para os municípios a manutenção dos serviços com o ensino primário rural (MINAS GERAIS, 1934, p.176).

Segundo os termos do Decreto, os municípios não teriam mais que repassar a contribuição de 10% de suas rendas anuais para o Estado²⁴, devendo tal recurso ser revertido em benefício do ensino primário nas classes rurais. Cada município seria obrigado a manter

²⁴ De acordo com a lei de n. 989, de 27 de setembro de 1927, no artigo 22 do Decreto Federal de nº. 20.348 e no art. 1º, do Decreto Estadual de nº. 10.641, de 28 de dezembro de 1932.

os professores efetivos nas escolas rurais, com os vencimentos que recebiam do Estado. No entanto, aos novos contratados pelo município os vencimentos dependeriam das propostas de cada prefeito, atendendo às condições do meio, não podendo tais vencimentos exceder os que eram pagos pelo Estado aos professores sob sua tutela.

5.5 Início da década de 1940

Os anos 1940 conviveram com a implementação de diversas ações iniciadas nos finais da década anterior, tais como o movimento de nacionalização do ensino elementar, discussão da necessidade de uma legislação federal única para a educação brasileira e, principalmente, a reorganização do ensino secundário. Sobre o ensino primário, a apreciação maior, segundo Nunes (2001), era a de que as ações desarticuladas dos estados não haviam dado conta do analfabetismo, o que levou à criação de campanhas voltadas para esse fim e à inflexão com relação a iniciativas voltadas ao ensino primário.

No ano de 1941 foi realizada a I Conferência Nacional de Educação, sugerida por Getúlio Vargas, como também, por Gustavo Capanema na metade da década anterior, quando da reorganização do seu ministério. Essa Conferência apresenta significativa importância na definição de algumas questões fundamentais à educação, tais como financiamento do ensino primário, distinção entre ensino rural e urbano e ordenação curricular, dentre outras.

A proposta de uniformização das ações e projetos educativos, voltados para a educação de jovens e adultos, foi implementada pela Lei Orgânica do Ensino Primário, no ano de 1946 (Decreto – Lei nº. 8.529 de 02/01/1946), que retornou a centralização, por parte do governo federal, das ações educativas voltadas para o ensino primário.

Com esse novo ordenamento, a idade escolar obrigatória passou a compreender o período de sete aos doze anos e as escolas primárias foram reclassificadas em: escola isolada (com uma turma e um docente); escolas reunidas (duas a quatro turmas e número

correspondente de professores); grupo escolar (cinco ou mais turmas e número igual ou superior de docentes) e escola supletiva (de ensino supletivo, com qualquer número de turmas e de professores).

De acordo com o regulamento de cada unidade federada, o Decreto Federal admitia a possibilidade da matrícula aos alunos cuja idade ultrapassasse os limites da obrigatoriedade escolar nas escolas isoladas em que existissem vagas e depois de matriculadas todas as crianças de sete a doze anos. O ensino primário passou a abranger duas categorias: a fundamental, destinada às crianças, e a supletiva. O ensino primário supletivo, ofertado pelos cursos supletivos, tinham a duração de dois anos e somente poderiam admitir a matrícula dos maiores de treze anos de idade. Poderiam também se articular com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial e com os de artesanato em geral. Foram estabelecidas, além disso, as disciplinas que deveriam compor o currículo do curso, como: leitura e linguagem oral e escrita; aritmética e geometria; geografia e história do Brasil; ciências naturais e higiene; noções de direito usual (legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar) e desenho. Às alunas deveriam ser acrescentadas as aulas de economia doméstica e puericultura.

A educação de jovens e adultos adotará um novo rumo a partir dessa década. Com a criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA), em 1947, “uma série de atividades foi desenvolvida (...) integrando os serviços já existentes na área, produzindo e distribuindo material didático, mobilizando a opinião pública, bem como os governos estaduais e municipais e a iniciativa particular” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 111). Posteriormente, o movimento em prol da educação de adultos resultou na criação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que se estendeu até a década de 1950. A partir de então, outras campanhas foram realizadas, dentre elas a Campanha Nacional de Educação Rural (1952) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958). Sobre a realização de tais iniciativas, é importante ressaltar o caráter de “campanha” que as revestia, ou seja,

constituíam-se, ações pontuais, com data marcada, ao invés de se estabelecerem políticas públicas que garantissem a continuidade da oferta de ensino aos jovens e adultos.

6 O surgimento do primeiro Grupo Escolar Noturno da cidade de Juiz de Fora - MG: o Grupo Escolar “Estevam de Oliveira”

Neste capítulo pretendo analisar a proposta de escolarização dos jovens e adultos mineiros, implementada pelo primeiro Grupo Escolar Noturno da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, o Grupo Escolar Estevam de Oliveira, criado a partir de aulas noturnas femininas. O objetivo é conhecer a história desse grupo e o seu fazer cotidiano, dando visibilidade aos sujeitos que dela participaram, bem como às principais questões que os movimentaram na busca de soluções que viabilizassem a realização de seu trabalho educacional. Além disso, analisar a sua história considerando-a como parte de um projeto de construção de uma sociedade marcada pelas idéias de progresso e de civilização (FARIA FILHO, 1998; VEIGA, 2004, 2005). Assim, procurou-se demonstrar, através da análise dos documentos, as origens e as formas de organização, a estruturação e o desenvolvimento da

instrução pública noturna em Juiz de Fora, dentro do período abordado, demonstrando também como a cidade vai se articulando às idéias republicanas.

A história desse Grupo Noturno tem início oito anos após a instalação do primeiro Grupo Escolar da cidade, que ocorrera em 04 de fevereiro de 1907.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela administração dos Grupos, que funcionavam no mesmo prédio em horários distintos, em 1914, instala-se a Escola Noturna para adultos do sexo feminino anexa ao Grupo Escolar José Rangel, utilizando o mesmo espaço, corpo administrativo e docente do grupo. Em 1926 a Escola Noturna é transformada em Grupo Escolar Estevam de Oliveira, sendo tais instituições nomeadas como Grupos Centrais.

6.1 O embrião do Grupo Escolar Estevam de Oliveira: a Escola Noturna para adultos do sexo feminino em Juiz de Fora – MG

Não encontramos dados evidentes na legislação sobre a criação da uma escola noturna para adultos do sexo feminino, anexa ao primeiro Grupo em Juiz de Fora - MG. O único decreto que faz alusão a uma escola noturna data de 1907.

Decreto nº. 1.994 - de 20 de março de 1907.

Crêa uma escola nocturna em Juiz de Fora

O Presidente do Estado de Minas Geraes, usando da atribuição que lhe confere o art. 4º da lei n. 439, de 28 de setembro de 1906, resolve crear uma escola nocturna na cidade de Juiz de Fora, de conformidade com o artigo 20²⁵ do Regulamento da citada lei, baixado com o Decreto n. 1960, de 16 de dezembro daquelle anno.

Palácio da Previdência do Estado de Minas Gerais,

Bello Horizonte, 20 de março de 1907.

João Pinheiro da Silva

Manoel Thomaz de Carvalho Brito

O que se verifica através das análises do Livro de Leis e Decretos de Minas Gerais e documentos referentes a esta Escola Noturna é que a sua criação se dera em 1907,

²⁵ Art. 20 – O governo promoverá quanto for possível, a criação de escolas nocturnas onde se possa contar com a freqüência mínima de 30 adultos.

sendo instalada somente em 1914 devido às necessidades da cidade, que evidenciava uma grande expectativa dos trabalhadores pela abertura dos cursos noturnos nos grupos escolares.

De acordo com o censo de 1907, destacam-se neste período os setores têxteis e o de alimentação, que empregava mais capital, mais operários e, conseqüentemente, maior população, sendo que o trabalho fabril era o que absorvia o maior número de operários, dentre eles mulheres e crianças.²⁶

Na busca por mais informações destaca-se uma carta endereçada ao Secretário do Interior em 21 de março de 1914, por José Rangel, na qual se relata que:

Mandei abrir matrícula na escola nocturna anexa ao 1º grupo. Já há 120 alunas inscriptas, com tendência para muito maior número.

Peço-lhe que me mande depois, por telegrama, se possível for se devo [sem decifrar] as inscrições ou deixal-as abertas até o fim do mês conforme havia determinado. [...]. Caso seja possível a admissão e uma auxiliar adjunta, indicamos a normalista Maria da Conceição Xavier, diplomada pela escola da capital (RANGEL, 1914).

Os relatórios dos Grupos Escolares da Secretaria do Interior de Minas Gerais, apontam que no “dia 26 de março fez-se a instalação da escola nocturna anexa ao grupo “José Rangel” para adultos do sexo feminino, elevando-se a matrícula das duas épocas a 225 alunas, o que perfaz o total, para os dois grupos de 1413 alunas na matrícula geral”. Não há menção sobre a idade das alunas, mas em relação à nacionalidade constam brasileiros, argentinos, turcos, italianos, portugueses, alemães matriculados nessas escolas.

Em 30 de março de 1914 localizamos um telegrama de José Rangel para o Secretário do Interior que dizia:

Escola Nocturna feminina 150 alunas matriculadas. Instalação dia 1º peço instrucções de accordo minha carta.

Sauds

Rangel

²⁶ Ver Andrade (1987) e Álbum do Município de Juiz de Fora, Albino Esteves (1915).

Outro documento que merece destaque é a carta da Professora Malvina Malta ao Secretário do Interior, de 14 de abril de 1914, que nos mostra que foram abertas as matrículas das alunas no dia 04 de março. Sendo nomeada a referida professora, compareceram 150 alunas, ocorrendo a inauguração no dia 1º de abril.

Durante leitura da Ata de Instalação e Exames da Escola Noturna para adultos do sexo feminino em 1914, constatou-se que 27 alunas inscritas para os exames foram sujeitas à prova oral das matérias que constituem o programa especial das escolas dessa natureza, como vemos a seguir:

Acta de exames da escola nocturna de adultos do sexo feminino, anexa ao 1º grupo escolar, regida pela Professora Malvina Malta, em novembro de 1914.

Aos 26 dias do mez de novembro de 1914, às sete horas da noite, em uma das salas do edificio escolar, presentes, o inspector escolar Lindolpho Gomes, o regional Antônio Raimundo Paixão, O Dr. José Rangel, director dos grupos, as professoras Malvina Malta, **Maria da Conceição Xavier**²⁷ e Maria Adelaide Peçanha, às quais constituíram a banca examinadora, foi feita a chamada das alunas que obtiveram aproveitamento anual, comparecendo vinte e sete que foram sujeitas à prova oral das matérias que constituem o programa especial das escolas dessa natureza.²⁸

Andrade (1987, p. 51) cita o jornal O Pharol, de 6/6/1914, que ressalta a importância da criação de escolas noturnas na cidade. O referido diário de notícias fala da possibilidade de os operários obterem conhecimentos de Língua Pátria, Aritmética e Geografia e conclui dizendo que o aluno “ver-se-à senhor de importantes conhecimentos necessários à vida,

²⁷ Grifos meus.

²⁸ Julgadas essas provas, todas de 1º ano por não haver alunas habilitadas ao curso de 2º ano entre todas as matriculadas. Foram classificadas as seguintes alunas: Maraia Benetel; Decleciana Ramacho; Domitilde Maria da Conceição; Adelina Vale; Maria Diogo; Maria de Lourdes Marieta Gonçalves; Verônica de Souza; Maria José dos Santos Moreira; Maria Julia Rodrigues; Maria Nogueira; Maria Cândida; Josepha Metrópole; Maria José dos Santos; Geraldina de Souza; Guiomar Satyna; Claudina Conceição; Maria Luiza Gomes; Angelina Lombardi; Mercedes Soares; Joaquina Gomes; Maria da Cruz Gomes; Thereza Maria de Jesus; Virginia da Silva e Marcolina Carlos.

podendo, mesmo, exercer suas atividades em outros centros de trabalho mais rendosos e lucrativos”.

No decorrer da pesquisa verificou-se nos Livros de Atas de Instalação dos Grupos Centrais que, em 02 de fevereiro de 1915, são instalados os Grupos Escolares e a *Escola Noturna*²⁹ anexa ao Grupo Escolar José Rangel, estando presentes o diretor José Rangel, o inspetor escolar Lindolpho Gomes e professoras. O primeiro grupo contava com 476 alunos; o segundo, com 587 alunos e a Escola Noturna, com 153 alunas matriculadas.

De acordo com os documentos analisados percebe-se que, após dois anos de funcionamento, a Escola Noturna apresentava-se com salas especificamente femininas. No ano de 1917, passamos a perceber, na escola, turmas do sexo masculino, de primeiro e segundo anos. As turmas mistas aparecem a partir de 1921, fato que nos leva a inferir que, até aquele momento, era uma escola para mulheres. Tal informação nos parece significativa, uma vez que a cidade de Juiz de Fora, naquela época tinha, como pólo industrial, a indústria têxtil que funcionava, basicamente, com a atuação das mulheres. YAZBECK (2003, p. 103) destaca que:

Não escapa a idéia de que o projeto de instalação do Grupo Escolar ao ordenar seu papel social numa cidade voltada a economia industrial revela a intenção de aproximar a escola e o trabalho fabril, sem deixar de assinalar o seu papel na moderna dimensão do mundo urbano. A escola por um lado reafirma o espírito da organização do trabalho nos moldes capitalista, cujo ideal era a superação do atraso social visando o progresso, a civilização e a ordem social (YAZBECK, 2003, p.103).

Em relatório enviado à Secretaria do Interior, no ano de 1916, o Professor José Rangel demonstra sua preocupação com a educação dos alunos do sexo masculino, conforme apontam os registros da Escola Noturna.

²⁹ Grifo meu

Instalação em 03 de fevereiro com 525 alunos no “José Rangel”, 620 no “Delfim Moreira” e 156 alunas na escola nocturna do sexo feminino, anexa ao primeiro desses grupos.

No dia 1º de abril deste anno, fez-se também a instalação da escola nocturna para menores do sexo masculino de acordo com a representação verbal a Vossa Excelência dirigida no sentido de acudir a essa necessidade do ensino, dada a circuntância de haver considerável número de menores na cidade, ocupados durante o dia em fábricas e officinas e inibidos de receberem instrução nos cursos diurnos. Pra isso foi transferida uma cadeira da cidade de Rio Branco para o primeiro grupo daqui. Aberta a matrícula, increveram-se logo 83 alunos dessa categoria. (JOSÉ RANGEL, 1916)

De acordo com o Decreto nº. 4.525 de 22 de fevereiro de 1916, constatou-se a transferência dessa escola. Diz o Decreto: ”Transfere para o 1º grupo escolar da cidade de Juiz de Fora a 3ª escola do sexo masculino de cidade de Rio Branco”.

Para assumir a escola para menores do sexo masculino foi designado o Professor Pelino Cyrillo de Oliveira, que recusou o cargo por se sentir “diminuído”, “rebaixado”. Para ele, ser diretor de uma Escola Noturna não seria condizente com seu exercício como professor e com a qualidade de seus trabalhos desenvolvidos nos Grupos. Mediante esse pretexto, pediu afastamento por motivo de doença, até assumir a direção do Grupo Escolar de São Mateus. Não tendo assumido o exercício, foi nomeada para substituí-lo D. Mercedes Notaroberto, que conduziu a classe do primeiro ano, sendo a classe de segundo ano, regida pela Professora adjunta D. Maria José de Carvalho.

No ano de 1917, Lindolpho Gomes, Inspetor Geral de Ensino, declara em ata de inspeção que “notou-se desvantagem sob todos os pontos de vista sua admissão, de mulheres adultas, empregadas no serviço doméstico, cuja moralidade não se pode verificar. Além disso, são pouco frequentes. Pensa, de vantagem a eliminação, das mesmas, da escola ficando somente as menores de 16 anos.”

Em outro momento o Inspetor Regional de Ensino destaca que:

“o ensino é essencialmente prático, tendo a docente muito em vista que os operários ou crianças que se destinarão ao comércio. Ensina-lhes problemas práticos de Arithimética Comercial, a redação de documentos, encaminha – os e educa-os para a vida prática”. Continuando sobre a frequência relata que “os filhos dos operários são ocupados em trabalhos domésticos ou em serões nas fábricas” (LINDOLPHO GOMES, 1917).

De acordo com o quadro a seguir, pode-se verificar o número de alunos matriculados na Escola Noturna nos anos de 1914 a 1925 e algumas observações pertinentes.

Quadro 1 – Relativo ao número de alunos matriculados na Escola Noturna -1914/1925

Escola Noturna - Ano	Nº de aluna (o)s matriculados
1914 (1)	120 alunas
1915 (2)	153 alunas
1916	156 alunos
1917 (3)	172 alunos
1918	256 alunos
1919	252 alunos
1920	298 alunos
1921(4)	251 alunos
1922	248 alunos
1923	127 alunos
1924	222 alunos
1925 (5)	250 alunos

- (1) Inaugurada em 01/04 com 150 alunas matriculadas. Em relatório enviado à Secretaria do Interior em 11/12/1916, pelo Diretor dos Grupos Centrais, José Rangel. Consta que as Escolas Noturnas possuem duas turmas do sexo feminino, 1º ano, Profª Malvina Malta e 2º ano, a Profª. adjunta contratada Maria da Conceição Xavier.³⁰
- (2) Instalada em 02/02
- (3) Não encontramos o Termo de Instalação, mas relatório de inspeção com dados significativos.
- (4) Último ano do Professor José Rangel como diretor dos Grupos Centrais.

³⁰ A Escola para menores do sexo masculino regida pela Prof Mercedes Notaroberto no 1º ano e Profª. adjunta Maria José Carvalho no 2º ano, em 1916.

- (5) Não encontramos dados referentes às matrículas, mas um Termo de Visita do Inspetor Regional que nos fornece informações sobre o Grupo.

Em 1917 encontra-se registrada uma Ata significativa no Livro de Termos de Visita nos dias 29 e 30 de agosto, na qual o inspetor Lindolpho Gomes destaca elogiosamente que “observou boas ordens, excelente disciplina e apreciável aproveitamento.” Nesse mesmo ano, em 30 de setembro, enfatizou que a matrícula da cadeira do sexo feminino era de 128 alunas, mas devido ao mau tempo se encontravam apenas 23 alunas. As cadeiras do sexo masculino com 174 alunos em duas classes, constavam apenas 55 alunos. Como a visita fora realizada no sábado, o inspetor justificou que “os filhos dos operários são ocupados em trabalhos domésticos ou em serões nas fábricas”.

No ano de 1923 percebemos uma queda de alunos matriculados: de 248 alunos no ano anterior para 127 alunos. Ainda neste ano, de acordo com os documentos analisados, registra-se que tanto a direção do Grupo José Rangel como da Escola Noturna estão sob a responsabilidade do mesmo diretor, o Professor José Augusto Lopes. Em 1924 são matriculados 222 alunos; em 1925 não encontramos dados de matrículas, mas um Termo de Visita do inspetor regional em que se faz referência pela primeira vez ao Grupo Noturno anexo aos Grupos Centrais, a respeito do qual se tratará nos próximos capítulos.

As atas de instalação do Grupo Escolar José Rangel, datadas de 1920, demonstram a incorporação da escola noturna ao primeiro grupo, “José Rangel”, por parte do corpo docente e administrativo, através da relação do número de alunos matriculados nesse turno: “... o diretor declarou instalados os dois grupos, o 1º com 763 alunos matriculados, inclusive 298 do curso noturno deste grupo.” Em 31 de julho de 1925, aparece pela primeira vez nas Atas dos Termos de Visita do Inspetor, o começo do Grupo Noturno, como se destaca a seguir:

Termo de visita
Dias 22, 24, 25, 27, 28, 29, 30 e 31 de julho.

Fiscalização do Grupo Noturno, anexo aos Grupos Escolares, d' esta cidade, dirigido pelo professor José Augusto Lopes. Funciona o estabelecimento à título de experiência desde 4 de fevereiro do corrente ano, conforme se aprehe ao ofício nº 33, da 6ª secção, datado de 26 de janeiro deste ano. Percorri todas as classes, assistindo o funcionamento das mesmas; procurei avaliar o aproveitamento geral dos alunos. A freqüência nos diversos dias de visita foi de: 109, 99, 70, 95, 97, 112 e 108 alunos segundo a ordem dos dias. A matrícula que era de 250 ao ser iniciada a inspecção subiu a 252 devido a inclusão de mais dois alunos.

Juiz de Fora, 31 de Julho de 1925.

Inspector Regional
Custódio Leite de Sales

Ao proceder à análise documental, percebe-se que a instalação do Grupo Noturno na cidade, além de contar com os incômodos oriundos de sua forma de organização, enfrentou um outro problema: a relevante questão da ausência de um espaço próprio para funcionamento de seu fazer educativo, fato que persiste até os dias atuais. A Escola Estadual Estevão de Oliveira se encontra, atualmente, instalada em um anexo de uma escola particular, com a qual divide o espaço. A escola deixou o Palacete em 1992, instalando-se em vários prédios particulares, federais e municipais.

Com a publicação do Decreto podemos afirmar que o Grupo Escolar Noturno incorporou a Escola Noturna anexa ao Grupo José Rangel, dando continuidade ao trabalho que já havia sido iniciado, apenas trocando de nome. De acordo com o Decreto Nº. 7432, publicado no Jornal Minas Gerais, de 20 de dezembro de 1926, percebe-se essa particularidade, como podemos constatar a seguir:³¹

Em data de hontem, foram assignados os decretos seguintes: Decreto N.7432.

Crêa **um grupo escolar nocturno**³², na cidade de Juiz de Fora, com a denominação de “Estevam de Oliveira”.

O Presidente do Estado de Minas Geraes, considerando que na cidade de Juiz de Fora já funcionam, em curso nocturno, sete classes annexas aos grupos escolares “José Rangel” e “Delfim Moreira”; considerando que nessas classes destinadas

³¹ O recorte do Jornal encontra-se no Arquivo da Escola Estadual Estevão de Oliveira no Livro de Termo de Posse ou Exercício e Compromisso de 1927 a 1981.

³² Grifos meus.

principalmente a filhos de operários, estão matriculadas 410 crianças, excedendo de 500 os pedidos de matrícula, resolve criar na referida cidade, sob a denominação de “Estevam de Oliveira”, um grupo escolar nocturno com 8 cadeiras, aproveitadas as professoras que já servem nas alludidas classes.

Palácio da Presidência do Estado de Minas Geraes,
em Bello Horizonte, 21 de dezembro de 1926.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada

Francisco da Silva Campos

É válido salientar que, em Minas Gerais, Juiz de Fora foi uma das primeiras cidades a contar com uma nova proposta de ensino público. A iniciativa de contribuir com a reformulação do ensino no Estado foi enfrentada como um desafio pelo diretor dos primeiros grupos escolares da cidade, como também da Escola Noturna, pelo Sr. José Rangel, que discernia na reforma do ensino primário uma “revolução ao seio da primitiva escola primária”, como podemos destacar em seu relatório enviado à Secretaria do Interior de Minas Gerais, 1916:

Não obstante ter de operar em centro dos mais cultos do país, qual a moderna e laboriosa cidade de Juiz de Fora, que salienta sempre pelos seus excelentes estabelecimentos educativos, alguns dos quais fornecem as mais brilhantes intelectualidades a geração moderna, desde logo verifiquei que causas múltiplas haviam de dificultar minha tarefa, destacando-se entre outras, o preconceito rotineiro e conservador de espíritos não aparelhados para compreender e aceitar as idéias e cometimentos impostos pelo evoluir progressista, culminante na quadra contemporânea.

A reforma calcada sob feição inteiramente nova, de acordo com as conquistas mais recentes da observação pedagógica, havia de impressionar vivamente os timoratos e os leigos, tal a revolução que vinha trazer ao seio da primitiva **escola primária, ainda sob os moldes rudimentares edificada.**³³

Assim, pois, foram os meus primeiros passos no sentido de fazer compreender o valor do plano de execução, de destruir a sua má inteligência e fazer com que essa propaganda se tornasse frutífera e eficaz.

Desta obra de tenacidade e paciência, convicção e energia, dão os habitantes da cidade vivo e palpitante testemunho pela forma por que, hoje prestigiam este estabelecimento, considerando-o um centro inteligentemente constituído para a moderna educação popular, com todos os requisitos para proporcionar ao indivíduo

³³ Grifos meus

os elementos completos de que carece para a luta e para a vitória, no concurso geral de aptidões morais, físicas e intelectuais, no qual a seleção natural mais uma vez se porá em evidência flagrante. Estou convencido de que, generalizando-se essa campanha, que é acolhida com aplausos e simpatia em todo o Estado, uma verdadeira revolução se operará nos costumes, sob o ponto de vista moral, atingindo os benefícios dela a própria vida econômica, pois, em uma cidade como esta, eminentemente industrial, teremos em vez de um exército de analfabetos a povoarem as oficinas, um pessoal operário suficientemente preparado para exercitar os seus misteres com inteligência e aptidão e por rumo da nossa atividade (JOSÉ RANGEL, 1916).

É visto que a cidade, por sua evidência intelectual e cultural, acompanhava um processo de disseminação da escola pública primária no Brasil. A crença na mudança do ensino primário, que ocorreria a partir de então, estaria sintonizada com o discurso de que os grupos escolares seriam uma instituição educativa comprometida com os ideais da república e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira (SOUZA, 1998).

Desde então, passa a funcionar, juntamente com os dois primeiros grupos, com duas classes. As cerimônias de instalação registravam em solenidade pública a abertura e a realização dos exames finais que eram aplicados logo em seguida do encerramento das aulas.

A organização normativa e pedagógica dessas instituições, como os programas, métodos de ensino, horários, conteúdos, disciplinas etc, estavam sujeitos às determinações regulamentares constituídas pela Secretaria do Interior do Estado. Os eventos de instalação do ano letivo e as dos exames finais encontram-se registrados no Livro de Registro dos Termos de Instalação e Atas de Exames do 1º e 2º Grupo Escolar de Juiz de Fora – MG.

6.2 O programa da Escola Noturna

As leituras do Programa da Escola Noturna feminina, além de permitirem conhecer as conjecturas de ensino às alunas, acrescentam-nos um novo conhecimento sobre o funcionamento do curso noturno. De acordo com o Secretário do Interior, o Programa fora criado para atender às Escolas Noturnas de adultos do sexo feminino, o que evidencia não só

uma concepção de ensino noturno, mas uma concepção de educação destinada aos adultos, que deveria atender, principalmente, ao máximo aproveitamento em mínimo tempo. A racionalização de custos e de tempo resulta numa educação aligeirada, característica bastante comum das propostas que se encontram no Programa de Ensino. De acordo com o Secretário:

... considerando que, na organização de escolas noturnas para adultos do sexo feminino e no programa das matérias a serem ensinadas, se deve atender principalmente ao máximo aproveitamento em mínimo tempo; atendendo a que, dados os fins especiais dessas escolas, a sua organização e o seu programa não podem ser os mesmos estabelecidos para as escolas primárias diurnas; considerando que o grau de conhecimento a se transmitirem deve ser apoucado (...) (MINAS GERAIS, 1914).

Constatou-se, através de leitura de documentos, que o Programa se restringia, em dois anos de curso, ao ensino da leitura e escrita, língua pátria e contabilidade prática, noções geográficas e históricas sobre Minas e Brasil, rudimentos de instrução moral, cívica e higiene.

No que se refere à higiene, é curioso destacar que em Juiz de Fora, de acordo com Paulino de Oliveira (1953), o Serviço de Assistência Médico-Dentária Escolar, instituído pelo Governo Antônio Carlos em 1928 ou 1929, teve como pioneiro, em Minas, Albino Esteves, que havia fundado, em 1914, nos Grupos Escolares Centrais, a Assistência Dentária Francisco Valadares, que sempre prestara os serviços profissionais gratuitamente.

Nesse contexto, as aulas de higiene e a preocupação com a formação de “bons hábitos” refletem a influência dos discursos médico-higienistas, difundidos no Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX, no cotidiano dos Grupos Escolares.

Para o primeiro e segundo anos constavam as seguintes disciplinas: leitura; escrita; língua pátria; aritmética; geographia e história e instrução moral e cívica (MINAS GERAIS, 1914).

O Programa priorizava as noções dos saberes escolares, transmitidos resumidamente, como também pretendia produzir um padrão de comportamento feminino das alunas, de mãe de família, pautado na moral e nos bons costumes, na ausência de vícios, nas virtudes, no respeito aos superiores e ao trabalho. Constatamos essas afirmações nos conteúdos desenvolvidos, em instrução moral e cívica, como: necessidade de ter religião; verdade e gratidão; respeito e obediência aos superiores; fidelidade aos compromissos; aversão à falsidade, ao furto, à mentira, ao álcool, ao fumo e as más companhias; amor ao trabalho e à família; assiduidade e pontualidade nas obrigações e deveres; economia; honestidade; deveres da mãe de família (MINAS GERAIS, 1914).

No relatório enviado em 01 de outubro à Secretaria do Interior o inspetor Lindolpho Gomes relata *que*

“o ensino é essencialmente prático, tendo a docente muito em vista que os seus alunos são pequenos operários ou creanças que se destinarão ao comércio. Ensina-lhes problemas práticos de aritmética comercial, a redação de documentos usuais e correspondências, encaminha-os e educa-os para a vida prática”(LINDOLPHO GOMES,1917).

Em relação aos exames, podemos enfatizar o grau de mérito, isto é, a “nota” dos alunos que eram aprovados seguiam um padrão de classificação, do qual podemos destacar: aprovados com distinção (10 pontos); aprovados plenamente (de 6 a 9 pontos) e simplesmente com (5 pontos), os alunos os quais demonstrassem alguma aprendizagem eram classificados como aplicados. Os que obtivessem média inferior a cinco pontos seriam considerados não preparados. Outro fator que merece ênfase é em relação aos alunos que mais se destacassem nos exames de final de curso, que poderiam ser admitidos, gratuitamente, nos institutos profissionais. Os professores que apresentassem um número superior a 20 alunos aprovados no final do curso primário receberiam do Governo do Estado um prêmio em dinheiro.

É curioso notar a importância dada às cerimônias, nos primeiros anos de instalação dos grupos, que eram revestidas de significativa solenidade, com a presença de atores influentes na vida cultural, política, econômica da cidade, tais como médicos, jornalistas, advogados, políticos, padres etc. Contavam também com a presença dos pais dos alunos, professores de outras instituições públicas e particulares. Apesar de extensa, vale a pena apresentar a nota publicada no Jornal do Comércio, em dezembro de 1907, sobre o desempenho dos exames finais dos primeiros grupos. O jornalista assina com o pseudônimo de Vinícius. Devemos destacar que, nessa época, o dito jornal era de propriedade de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.³⁴

A esta hora deve estar cheio de satisfação o ilustrado dr. Secretário do Interior, pelo brilhante resultado nos Grupos Escolares, quer pelo lado do aproveitamento, quer pela disciplina, que nelles se observa, como tivemos occasião de verificar no grupo desta cidade, modelo entre os seus congêneres do Estado.

Uma nova phase de luz e progresso abriu-se para o ensino primário, com essa instituição, cujos fecundos vão se accentando de modo notável, apesar do parco tempo de existência.

Realmente o ensino dividido em quatro annos, cada qual a cargo de um preceptor, offerece incontestáveis vantagens e revive a emulação entre mestres, mantem-se o estímulo entre as creanças, facilita-se a inspecção e diminuem os encargos do Estado quanto á construção de prédios.

Esta reunião de escolas num só edificio apropriado, com os alumnos convenientemente divididos em classes, cada uma destas sob a proficiente regência de um professor ou professora, em aposentos abertos ao ar e a luz, dispondo de todos os meios materiais precisos no ensino, sobre uma direção intelligente, criteriosa e competente, como é a do grupo local, realisa o ideal de escola pública primária.

Ultrapassaram a nossa expectativa os resultados obtidos nos exames finaes há três dias realizados na presença do escol intellectual desta cidade.

Creio não exagerar e nem tão pouco transmitir uma impressão do meu sentimento individual, mas a verdade que está na consciência publica, attestada duplamente pela enorme freqüência de alumnos e pela melhor e, mais eloqüente prova – o brilhantismo dos exames finaes.

³⁴ Sobre atuação de Antonio Carlos de Andrada ver dissertação de mestrado de Candiá, Milena Aparecida Almeida (2007), UFRJ.

Efetivamente, o ensino neste grupo é ministrado habilmente, pelos métodos e recebidos conscientemente, principalmente o da palavração, simples, intuitivo e rápido, que não fatiga essas inteligências em flor e que em poucos dias ensina à criança a ler sem grande esforço.

Se entre os professores se nota natural estímulo com o trabalho em comum para a consecução do mesmo fim, e se lhes torna manifesta a animação por terem os serviços observados de perto e devidamente aquilantados pelo digno director, do mesmo modo entre os alumnos salienta-se a emulação, o desejo de empregar o maior esforço para passar à classe superior ou para obter o certificado de habilitação.

Dahi, para uns e outros a assiduidade, a aplicação e o aproveitamento o simples confronto entre as antigas escolas primárias isoladas, onde o ensino circunscripto a ler, escrever e contar, era ainda assim, maioria dos casos, negativo, e os actuaes grupos escolares, onde a infância, attrahida por um conjuncto de circunstancias, desde o carinho dos professores, que convertem a escola num prolongamento do lar, até os métodos de ensino e commodidades materiais adquire entre risos e cânticos, a educação em seus diversos ramos, basta para patentear a superioridade da nova instituição.

Tal, a impressão que colhemos, assistindo, como examinadores aos exames finais, e não nos esquivamos à satisfação de apresentar nossas felicitações ao illustre director José Rangel e ao proficiente corpo docente do grupo, pelos resultados finais dos exames.

Os exames eram prestados sob a assistência de uma Comissão Examinadora presidida pelo inspetor escolar, professores de cada Cadeira e pelos examinadores nomeados pelo inspetor, na sua maior parte políticos, jornalistas e profissionais liberais. Geralmente, eram orais e abordavam sobre todas as disciplinas exigidas pelo programa durante o ano letivo, podendo haver, também, exames escritos e práticos.

Em relação aos exames, pode-se destacar, ainda, que os alumnos não matriculados na instituição podiam se submeter às provas, a fim de obterem a certificação do Curso Primário, sendo, necessário um requerimento expedido pelo Secretário do Interior, que informaria oficialmente a situação ao director dos Grupos. A importância dada ao diploma como recurso para promoção moral, social e econômica tornar-se explícita no relato do ex-aluno Gabriel Figueiredo.

O diploma mais importante é o do primário, quando chega na universidade ele desaparece, eu fiquei aqui pensando assim gente, podia ter tirado um xerox desse diploma pra depois ... igual ao meu aí, lá em casa o único que tem ele em mão agora sou eu (GABRIEL FIGUEIREDO).

Foto de Diploma, do Sr. Gabriel Figueiredo, de 1940.



Foto 3 - Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Gabriel Figueiredo

Apesar de o ensino ser noturno, tendo, portanto, problemas específicos de uma escola para trabalhadores, percebe-se uma busca por melhores desempenhos, tanto dos alunos como das professoras, como se pode confirmar pelos dados apresentados nos Livros de Atas de Exames e Promoções dos anos de 1926 a 1940 da 4ª série, a serem vistos no capítulo subsequente.

7 Do apito das fábricas ao toque dos sinos no Grupo Escolar “Estevam de Oliveira” (1926 – 1946)

“A diretora diz: que ao toque do sino as classes masculinas devem entrar para as classes primeiro.”

O propósito deste capítulo é evidenciar, através de análise das fontes primárias e secundárias, o surgimento e desenvolvimento do primeiro Grupo Escolar Noturno da cidade de Juiz de Fora, sua criação; atores; práticas escolares pedagógicas e administrativas; espaço escolar e sua identidade na cidade.

O Grupo Escolar Estevam de Oliveira fora criado para atender a adolescentes e adultos trabalhadores no período de dezoito às vinte e uma horas. Entretanto, pelo que se pôde constatar no desenvolvimento desta pesquisa é que havia um número muito expressivo de crianças que trabalhavam durante o dia matriculadas nesse Grupo.

Através das correspondências encontradas no arquivo do Grupo existem pedidos de autorização a juízes para a freqüência de crianças de apenas 12 anos de idade no horário noturno. Vale lembrar que, de acordo com o Regulamento da Instrução Pública, de 1911, definia-se como limite para se freqüentar as aulas noturnas aqueles que estivessem na faixa etária de 16 a 40 anos de idade. Essas crianças eram “arrimo” de família, trabalhavam durante o dia e estudavam à noite. O sonho dos pais era que a educação pudesse garantir aos filhos uma melhor condição de vida. Para os trabalhadores urbanos e os colonos, a escolarização dos filhos era tida como um meio de aumentarem suas chances de ingresso numa ocupação burocrática. Assim, constatou-se, na análise dessa correspondência, que os pareceres dos juízes eram favoráveis às famílias.

Além da instrução, o Grupo Escolar, instalado para atender às classes populares, revestia-se de um caráter filantrópico, adotando um direcionamento que projetava

seus educandos para o universo do trabalho e não para o universo acadêmico e político, como o faziam as escolas da elite.

Outro dado relevante diz respeito ao nome do Grupo Escolar. Nos primeiros decênios do século XX, era comum que as instituições recebessem nomes de personalidades. Essa situação é recorrente nos grupos escolares que passam a se identificar pelo nome e feitos daqueles que deveriam imortalizar-se na memória da cidade. O Grupo Escolar Estevam de Oliveira foi prestigiado com um nome de importância para a educação mineira. Podemos considerar que Estevam de Oliveira, jornalista, inspetor e escritor, foi um dos protagonistas para a construção do ensino público no Estado de Minas Gerais. Estevam defendia, sempre que possível, com muito entusiasmo, a adoção dos grupos escolares como forma moderna e eficiente de organizar a instrução. Estudar a biografia desse grande educador nos reporta ao seu importante Relatório apresentado ao governo do Estado em 1902, resultado de sua viagem comissionada aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Assim, o Grupo Escolar Estevam de Oliveira, criado em dezembro de 1926, teve sua instalação no dia 15 de janeiro de 1927. Achamos relevante destacar na íntegra o Termo de Instalação dessa instituição escolar.

Aos 15 dias de Janeiro de 1927, às 19 horas, presentes no salão de honra dos Grupos Centraes “desta cidade, o prof. Machado Sobrinho, inspetor municipal, os professores José Augusto Lopes e Maria José Brandão, director dos grupos e de sua auxiliar, a família do fallecido Estevam de Oliveira, as professoras nomeadas e abaixo assignadas, ainda 395 alumnos dos 538 matriculados e diversas pessoas gradadas, realisou-se a sessão solene da installação do grupo acima referido. O acto foi presidido pelo Sr, Inspetor que tinha respectivamente à sua direita e esquerda a Exma. Sra D. Adelia de Oliveira Assis e o director do grupo o prof. José Augusto Lopes expoz, de um modo claro, a justa homenagem prestada pelo governo à memória do grande morto, sobre cuja vida discorreu longamente para terminar com um agradecimento da população operária de Juiz de Fora ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado, que tão directamente beneficiava esta digna classe. Finalmente o prof. Machado Sobrinho em brilhante allocução poz no verdadeiro termo a alta significação do gesto altruístico do Sr. Presidente, dando o nome “Estevam de

Oliveira” ao grupo que se installava, fallou longamente sobre o mérito do homenageado e enalteceu o valor desta obra creada. Terminou a solenidade com um gesto cívico proposto pelo director que fez a seguinte invocação: “Glória a memória de Estevam de Oliveira” que foi acompanhada por todos os presentes.

Nasce, dessa forma, o Grupo Escolar Estevam de Oliveira, com as classes já existentes da Escola Noturna, tendo como primeiro corpo docente as professoras Adelaide Tavares, Clarisse de Montreuil, Ana Franco, Diva Carvalho Faria e Lígia Prazeres Costa.

Os jornais da cidade como “O Dia” e “Diário do Commércio”, mais uma vez, destacam a cerimônia e a importância do grupo para a cidade, considerado como “um ato de grande justiça e digno de aplausos”.

Nas buscas inquietas ao arquivo do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, constatei uma vasta documentação a partir dos anos 1940 até a década de 1970 que se encontra organizada em armários diferentes do arquivo “morto”. Nessa inquietação pude perceber através da leitura de algumas Atas, que o Grupo Escolar Estevam de Oliveira não altera suas características com a implantação da Lei Orgânica do Ensino Primário. Permanece com turmas de 1º a 4º ano, professoras e diretoras continuam seus trabalhos, recebendo alunos trabalhadores como, operários, domésticas, de acordo com a circunstância econômica da época, tendo como principal objetivo formar, cidadãos prontos para enfrentar o mercado de trabalho.

O que se pode notar é que, em obediência à Lei nº. 5.692/71, que implementou o ensino de primeiro grau, a escola e o ginásio passam a integrar uma única escola de oito anos de duração, compondo o que hoje se denominaria ensino fundamental. Acredito que, devido à demanda de espaço, a Escola Estadual Estevam de Oliveira encerrou suas atividades no espaço do Palacete para atender às necessidades da Escola Estadual Delfim Moreira e do Grupo Escolar José Rangel, que se encontra desativado. Os motivos que levaram a tal desocupação, inclusive, podem demandar a continuidade desta pesquisa: Por que a Escola

Estadual Estevam de Oliveira foi obrigada a desocupar o Palacete? Por que era noturna? Ou também precisava se expandir? Quais foram os critérios utilizados para a manutenção do “Delfim Moreira”? Deixo aqui um espaço aberto para novas investigações.

7.1 Os alunos do Grupo Escolar Noturno “Estevam de Oliveira”

Para a caracterização do perfil-sócio econômico do corpo discente que frequentou o Primeiro Grupo Escolar Noturno de Juiz de Fora, no período compreendido entre 1914 e 1946, recorte temporal desta pesquisa, foi fundamental coletar, analisar e comparar os dados contidos nos livros de matrículas encontrados no arquivo da instituição, que, apesar de restrito, constituiu fonte documental privilegiada para o desenvolvimento da investigação.

Esses documentos, além de oferecerem dados preciosos no sentido de se conhecer e caracterizar o perfil dos alunos, também nos permitiram perceber o quanto um documento manuscrito, que durante muito tempo esteve guardado sem que ninguém desse a ele a mínima importância, nas mãos de um pesquisador passa a ter um significado, constituindo a base fundamental para a compreensão de um momento histórico. Procedimento investigativo que, conforme afirma Le Goff (1994, p.547), transforma o documento numa:

(...) coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente.

(...) Resulta do esforço das sociedades para impor ao futuro voluntário ou involuntariamente – determinadas imagens de si próprias(LE GOFF,1994,p.547)

Ao manusear o Livro de Matrículas, teve-se o primeiro contato com os nomes e com os dados pessoais de alguns alunos que frequentaram o Grupo Escolar. Passou-se a conhecer um pouco da história desses alunos que fizeram parte da história dessa instituição. Foi necessário fazer um levantamento de todos os dados registrados nos livros de matrículas, ou

seja, buscar informações que pudessem responder algumas indagações que fiz no início deste trabalho.

Optou-se por fazer uma classificação já estabelecida nos livros de matrículas, que traziam: gênero, faixa etária, série, naturalidade, profissão dos pais e residência.

No ano de 1939 havia sido matriculado no Grupo um total de 903 alunos, sendo que 688 do sexo masculino e 215 do sexo feminino. Não foi contabilizado no livro o número de alunos matriculados a partir de fevereiro, mas constata-se, um total de 249 alunos matriculados de fevereiro até outubro de 1938.

Em relação à composição do corpo discente do Grupo Noturno, não foram encontrados muitos documentos que nos permitam constatar a convivência entre as distintas gerações nas salas de aula. De acordo com a verificação do Livro de Matrículas do ano de 1939, 1940 e 1944, as crianças tinham, na maioria, 12 anos havendo também, um número expressivo com 14, 15 e 16 anos. Encontraram-se poucos alunos com 17, 18 e 19 anos. Em 1939 encontrou-se apenas um aluno do sexo masculino com 20 anos no 4º ano.

Em 1944 foram matriculados três alunos de 30, 33 e 35 anos. O aluno de 30 anos, que fora matriculado no 2º ano, era militar; o de 33 anos, no 4º ano, trabalhava na pedreira e o de 35 anos, no 1º ano, trabalhava na Estrada de Rodagem.

Vale lembrar, entretanto, que o Decreto de nº. 3.191, de 1911, que regulamentava a Instrução Pública, proibia definitivamente a matrícula aos menores de dezesseis anos e aos maiores de quarenta anos de idade. Porém, a presença de crianças pôde ser constatada, como já vimos anteriormente, até mesmo com autorização judicial. Essa questão, que de início não fora questionada, constituir-se-à, gradativamente, objeto da preocupação dos inspetores, diretoras e professoras do Grupo Noturno.

Outro fator que merece destaque é em relação à obrigatoriedade de matrículas de todas as crianças em idade escolar como preceituava o Regulamento. O Jornal “O Dia”, da cidade, publica, em 29 de dezembro de 1926, a seguinte nota:

De accôrdo com o que preceitua o regulamento de instrução primária do Estado em seu art. 219, todos os estabelecimentos estaduais terão suas portas abertas no dia 2 a 14 de janeiro para a matrícula no anno letivo de 1927.

A matrícula, que hoje é obrigatória (art.216) alcança todas as creanças de 7 a 14 anos, exceptuamnete as determinadas por lei.

Para a responsabilidade que cabe aos srs. Pais de família interessados em vista da obrigatoriedade da matrícula e freqüência publicamos abaixo o que diz o art. 29 do regulamento.

Art. 29

A responsabilidade pela matrícula e freqüência dos indivíduos de idade escolar nos estabelecimentos públicos e particulares subvencionados ou não, de ensino primário fundamental, cabe aos pais, tutores e a toda e qualquer pessoa que tenha sob sua guarda, emprego ou companhia, menores de idade escolar, bem como os proprietários, administradores ou gerentes de qualquer estabelecimento mercantil, industrial ou agrícola, a respeito dos seus operários ou empregados menores.

Nos grupos escolares centraes, que funcionam à Avenida Rio Branco, em frente à Cathedral, encontrarão os srs. Interessados professoras encarregadas do serviço de matrícula, obedecido o seguinte horário:

Para o 1º grupo (José Rangel) das 8 às 11h.

Para o 2º grupo (Delfim Moreira) das 13 às 16 h.

Para o Grupo Nocturno (Estevam de Oliveira), das 18,30 às 21h.

Além da preocupação com a idade dos alunos do curso noturno, a questão da convivência entre alunos de ambos os sexos no mesmo espaço escolar também merecerá uma atenção especial.

O Livro de Matrículas está dividido em partes, registrando matrículas para o sexo masculino e para o sexo feminino até o dia 31 de janeiro de 1939. A partir do dia 07 de fevereiro, as matrículas ficavam abertas para alunos de todos os anos (séries) transferidos de outros Grupos ou não, até o dia 08 de outubro. Nesse momento percebemos que já não existe preocupação em dividir as anotações do livro de matrículas de acordo com o gênero.

Na fala do nosso entrevistado, ex-aluno Gabriel Figueiredo, verifica-se esse fato:

Eu vim pra cá um menino, garotinho e daí eu comecei a estudar, nesse Grupo Antônio Carlos, mas quando chegou lá no terceiro eu não sei o que aconteceu, eu tive... naquela ocasião a gente falava aritmética, matemática hoje, embaralhava um bocado, não deu pra mim passar, aí minha professora ainda mora numa rua ali perto de casa {...} e aí ela me deixou no terceiro ano eu fiquei meio desconsolado, assim.. Vi alguns colegas já trabalhando, estudando, aquilo me incentivou muito eu fui e falei assim com a minha mãe, eu vou arranjar um emprego para trabalhar e a mãe falou “e o colégio”, o meu pai pôs obstáculos eu não saí, mas logo concordou, continuei a conciliar as duas coisas, né, trabalhar e estudar”. Eu fui para o Estevam de Oliveira porque eu arranjei um emprego na Fábrica de Doces Brasil, que era chamada de Doceira que existe até hoje e ficava perto do meu trabalho.

No Livro de Matrículas está registrado que o Sr, Gabriel Figueiredo, ex - aluno do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, foi matriculado no dia 14 de maio de 1939, sob o número de matrícula 698, filho de José Figueiredo, residente no bairro Mariano Procópio, sendo o pai empregado da Estação de Ferro Central do Brasil e constando como observação sua transferência do Grupo Escolar Antônio Carlos.

Percebe-se no decorrer das análises que no Livro de Matrículas há uma interrupção nas datas, sendo que as anotações constantes se referem aos anos de 1939, 1940 e 1944. Após essa data, aparece um novo registro a partir das matrículas do dia 20 de janeiro de 1944. No espaço reservado para as observações verificam-se anotações sobre a origem do local de trabalho de cada aluno, além do grau de instrução dos pais ou responsáveis.

Os alunos eram trabalhadores de vários lugares da cidade, desde o trabalho em casas de família até grandes fábricas instaladas na cidade. Os alunos, cujas idades variavam de 14 a 20 anos, estavam matriculados do 1º ao 4º ano do ensino primário.

Nos levantamentos sobre os locais de trabalho dos alunos, podem-se destacar alguns dos estabelecimentos, como: Fábrica Cervejaria Mineira, Fábrica Bernardo Mascarenhas, Casa Santa Terezinha, Casa Magaldi, Sport Clube, Policlínica, Academia de

Comércio, Companhia Pantaleoni Arcuri, Padaria Augusta, Fábrica Bom Sabor, Prefeitura, Café Mimoso, Armazém São João, Marcenaria, Fábrica São Vicente, Malharia Sul América, Casa Guedes, Fábrica de Doces, Fábrica Mariano, Restaurante Astória, Fábrica Meurer, Padaria Riachuelo, Fábrica de Corda, Fábrica de Balas, Fábrica de Pregos, entre outras.



Foto 4: Trabalhadores da Cia. Pantaleoni Arcuri – crianças trabalhando
Fonte: Classe Operária em Juiz de Fora – Andrade, 1987.



Foto 5 - Cia Pantaleoni Arcuri – crianças trabalhando

Fonte: Classe Operária em Juiz de Fora – Andrade, 1987.

Em se tratando dos alunos que freqüentavam o Grupo Noturno, é possível constatar através de entrevistas³⁵ que muitos já trabalhavam em outros períodos, que não os escolares, para ajudar financeiramente a família. A relação educação e trabalho fica evidente, nos relatos, o que condiz com a proposta educacional da época, reservada ao país como um todo e em especial à cidade de Juiz de Fora, que passava por um período intensamente marcado pela urbanização e industrialização.

Quanto à realidade sócio-econômica dos alunos, podemos compreender, através da fala de ex-alunos, que os alunos matriculados nos grupos eram economicamente carentes.

... e normalmente quem ia para o grupo eram pessoas do meu nível, que não tinham meios de se manter aí fora, nas escolas particulares.

(GERALDO HALFELD).

Sabe que eu achei que eles gostavam mais é que porque viam a minha responsabilidade e que eu, oh, até certa data atrás, antes de casar... eu dava aquela mesada pra casa deles. Pra ajudar eles. Por que justamente quando eu fiz isso o salário do pai não tava dando. Eram 12, família muito grande. Tudo escadinha, pertinho um do outro.

(GABRIEL FIGUEIREDO)

³⁵ As entrevistas com os ex-alunos Geraldo Halfeld e Gabriel Figueiredo foram realizadas pelos bolsistas do Bic/Probic/Pibic que trabalhavam na pesquisa “O Estado e a Educação Básica em Juiz de Fora: Pioneirismo e Expansão”, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Dalva Carolina de Menezes Yazbeck, NESCE/FACED/UFJF (2003/2006) e as mestrandas Ana Maria Evangelista e Valéria Chaves; como voluntária, Maria Aparecida Figueiredo Cohn.

De acordo com Yazbeck (2003), a importância da instalação dos Grupos Escolares em Juiz de Fora complementava o projeto educacional já existente na cidade que, até então, compreendia somente a educação dos filhos da elite industrial em escolas particulares. Com a criação dessas instituições educativas, passar-se-ia a atender também aos filhos das classes economicamente carentes. Como se pode ver na foto a seguir, que os alunos do Grupo Escolar José Rangel se apresentavam de forma bem simples, algumas crianças parecem até estar sem calçados.

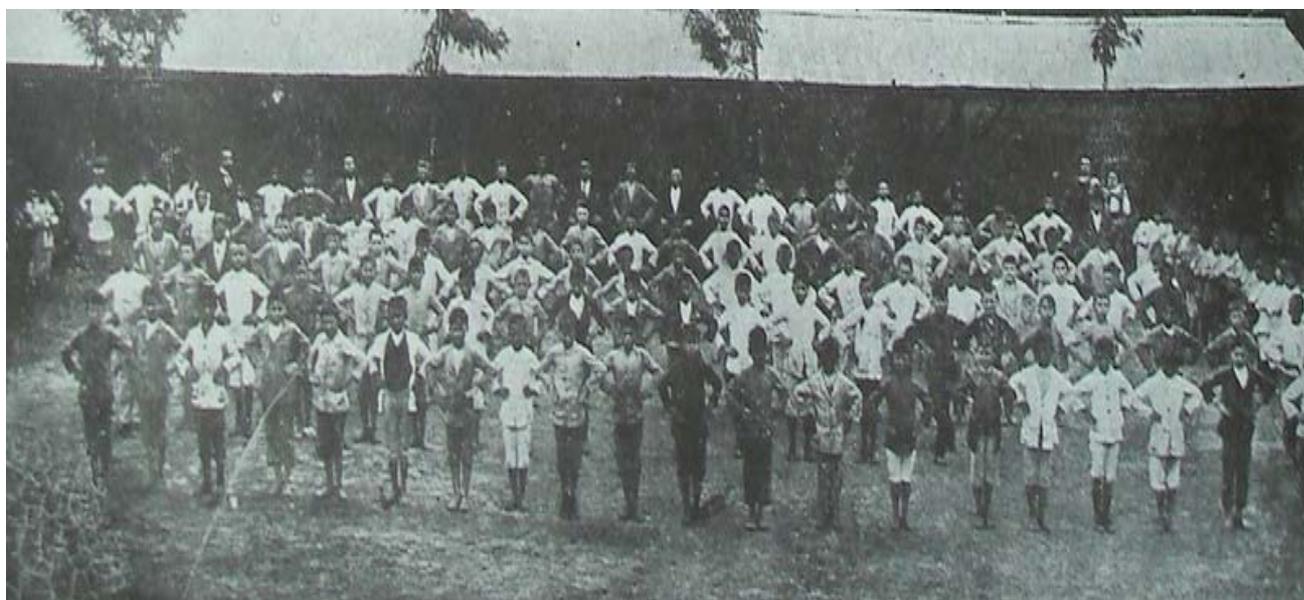


Foto 6 – Alunos do Grupo Escolar José Rangel
Fonte: Álbum do Município de Juiz de Fora – Albino Esteves

7.2 Perfil sócio - econômico dos alunos

Para conhecer as condições de vida em que viviam os alunos do Grupo Noturno, buscaram-se dados contidos no livro em relação às profissões dos pais. Muitas vezes eram as mães as responsáveis pela matrícula, e em outras, o pai e até mesmo o próprio aluno. Como nos relata o ex - aluno Gabriel Figueiredo:

Só fiz o primário, só que nem cheguei a completar o diurno. Eu resolvi que precisava ajudar a família e ir trabalhar. No começo, meu pai nem quis deixar, só que ele percebeu que era necessário... Fui estudar na escola noturna, apesar da preocupação do meu pai. O ensino era estadual... funcionava bem. Eu me matriculei

sozinho. Não tinha obstáculo, não, eu acredito que os outros também não teve obstáculo não (GABRIEL FIGUEIREDO).

Analisando as profissões na relação com o grau de instrução, de acordo com o Livro de Matrícula, dos alunos e alunas matriculados nos anos de 1939, 1940 e 1944, verificou-se que havia filhos de pedreiros, ambulantes, alfaiates, leiteiros, pintores, carpinteiro, lavadeiras, jardineiros, barbeiros, ambulantes, militares, vendedor de bilhetes, açougueiros, garçons, ferreiros, bombeiros, domésticas, cozinheiras, soldados, funcionário público, saboeiros (fabricante), calceteiros, pracistas, curtidores, carvoeiros, mata mosquito, tintureiros, engomadeiras, rondantes, empregados da prefeitura, mecânicos, tropeiros, guarda-livros, chapeleiros, contra-mestre, construtor, motorneiro, sapateiros, caixeiro, parteira, empregado da Estrada de Ferro Central do Brasil, viajantes, carroceiros, lavradores, picareteiro, biscateiro, boiadeiro, negociantes, motoristas, costureiras, tijoleiro, inválidos e operários³⁶, todos com curso primário ou nenhum grau de instrução. Com curso secundário consta-se registrada uma professora e com curso superior, um advogado, dois dentistas e um médico.

É curioso notar que esses profissionais eram os responsáveis e não os pais dos alunos. Esses dados nos evidenciam que o curso noturno era destinado e freqüentado, exclusivamente, por crianças e jovens trabalhadores, filhos dos diversos operários da cidade.

Verifica-se pelo que está registrado no livro de matrículas, em relação ao grau de instrução dos pais, predomina o ensino primário e, entre as profissões, as que mais se destacam são as de: doméstica, carpinteiro, padeiro, engraxate, ferroviário, comerciário, jardineiro e poucos eram os qualificados.

Durante o período estudado, identificou-se que as profissões dos pais de maior destaque foram: de operários, ferroviários, domésticas, costureiras, pedreiros, jardineiros,

³⁶ O Livro de Matrículas traz nas primeiras páginas um indicador de profissões em ordem alfabética, sendo que, em relação a profissão operário, há: de edificação, de fábrica ou rural. Não encontramos nos registros essas diferenças, apenas a palavra operário.

lavrador seguido das ocupações dos designados de profissionais liberais, funcionários públicos estaduais e municipais, comerciantes e negociantes. Torna-se importante salientar que, com relação à mão de obra feminina, as mulheres trabalhadoras se concentravam em setores mal pagos e em profissões não qualificadas.

No que tange à nacionalidade, não identificamos alunos estrangeiros nos anos pesquisados, sendo todos de nacionalidade brasileira.

Onde viviam esses alunos? Para buscar tal informação, recorreu-se aos Livros de Matrículas de 1939/1940 e 1944, na coluna referente à “Residência”, onde havia anotações sobre os bairros e ruas em que os alunos residiam.

Em outra coluna indaga-se ao aluno se ele reside no perímetro escolar. Embora todos estejam assinalados por “sim”, consta que alguns alunos residiam fora desse perímetro. Após essa análise, percebeu-se que os bairros onde residia a maioria dos alunos, ou ficavam próximos ao Grupo ou eram de fácil acesso, uma vez que o Grupo se encontrava no centro da cidade.

Devido ao escasso tempo de pesquisa, fizemos um levantamento dos bairros e ruas em que a maioria dos alunos residia. São eles: Alto dos Passos, Bonfim, Avenida Rio Branco, São Mateus, Costa Carvalho, Bairro de Lourdes, Rua Espírito Santo, Rua Mascarenhas, Cachoeirinha, (atual Santa Luzia), Morro de Santo Antônio, Rua João Pinheiro, Batista de Oliveira, Vitorino Braga, Independência, Santa Terezinha, Vila Ideal, Rua Sampaio, Padre Café, Manoel Honório, São Bernardo, Rua Rei Alberto, Mariano, Serrinha, Dom Bosco, Rua Tiradentes, Rua Andradas, Avenida Sete de Setembro, Mundo Novo, Santa Rita, Glória, Paineiras etc. É válido salientar que apenas dois bairros distantes do perímetro urbano do Grupo foram registrados no Livro de Matrículas, Barreira do Triunfo e a Estrada do Salvaterra.

7.3 Aspectos administrativos e pedagógicos do Grupo

O que se deseja neste item é discorrer sobre alguns aspectos administrativos e pedagógicos que foram importantes para entendimento de como funcionava e estava organizada a instituição em estudo.

Toda a organização e funcionamento da instituição estavam sujeitos às determinações regulamentares estabelecidas pela Secretaria do Interior do Estado, como, por exemplo: os programas, métodos de ensino, frequência, caixa escolar etc. Dentre estas, podem-se destacar os registros dos Termos de Instalação dos Grupos com registro em atas, as Reuniões de Leitura, Atas de Exames e Promoções. Deve-se ressaltar que as cerimônias de Instalação registravam o encerramento das matrículas e início das atividades do grupo.

A questão da frequência escolar na história da educação brasileira se constitui um sério desafio a ser enfrentado pelas políticas educacionais. O problema para a manutenção das crianças em horário diurno já era preocupante e a situação do noturno não era muito diferente, sendo às vezes ainda mais séria.

De acordo com as leituras em Atas e Relatórios de Diretores e Inspectores, verifica-se que vários eram os motivos que impediam que os alunos frequentassem as aulas como: o cansaço excessivo, o tempo chuvoso e frio e os horários extras nas fábricas. Através dos dados recolhidos observa-se com clareza o desempenho dos alunos com o passar dos anos, de acordo com o tempo previsto neste trabalho.

Resumidamente pode-se mostrar o quadro e gráfico referente ao índice de aprovação por classe de acordo com a turma, por ano e professoras, nos anos de 1926 a 1940, que será demonstrado a seguir, de acordo com a documentação disponível nos acervos.

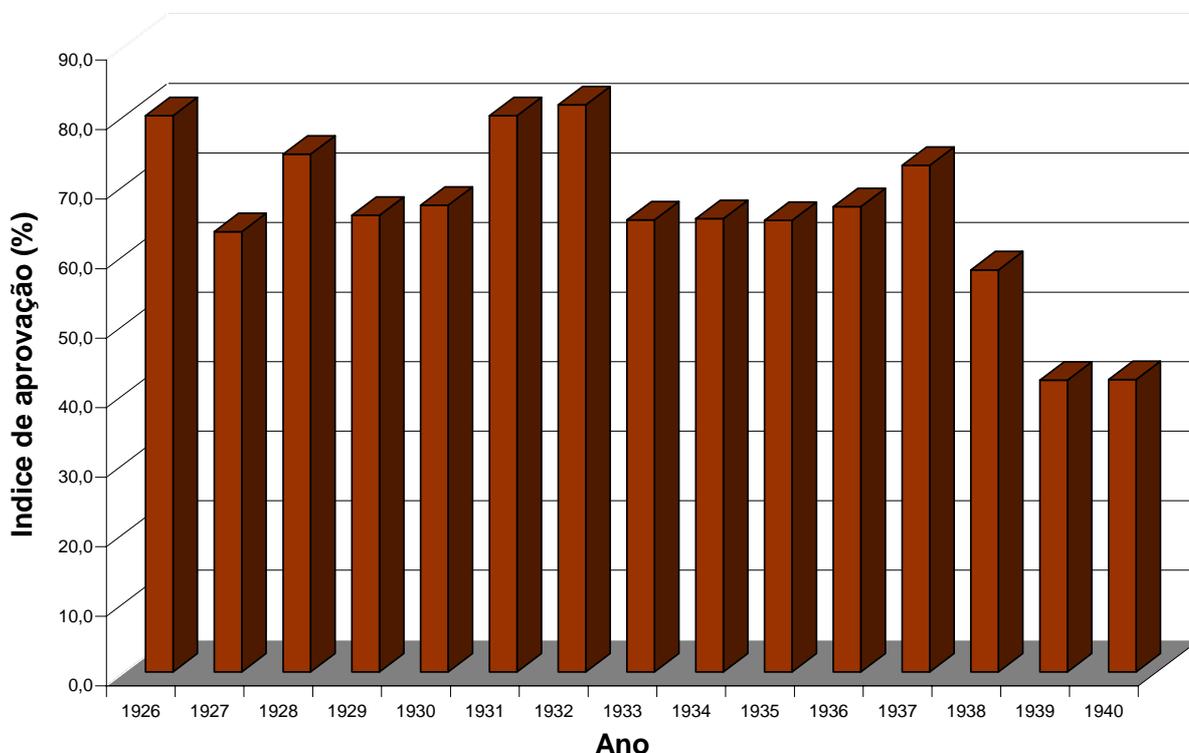
7.3.1 Os exames no Grupo Escolar Estevam de Oliveira: 1926 a 1940

Quadro 2: Índice de aprovação: Professor x Classe x Ano

PROFESSORA	Ano	4º ANO FEMININO	4º ANO MASCULINO	4º ANO MISTO
ADELAIDE PAULA CAMPOS	1935	76,5		
ADELAIDE TAVARES	1926		80,0	
	1931		88,0	
ALBERTINA DUARTE DA SILVEIRA	1932			63,6
	1936		68,2	
ANDRÉA DE MACEDO LEMOS	1932			87,1
ANNA FRANCO	1930		68,4	
	1934	77,1	44,4	
	1939	35,0		
	1940	20,7		
CÉLIA BARREIROS	1935		53,3	
CLARISSE DE MONTREUIL	1930			65,7
CLEONICE ERSE	1933			52,2
	1937		53,1	
CLOTHILDE DE OLIVEIRA	1929		48,5	
CONCEIÇÃO M. VAZ	1931		73,1	
DALVA DO CARMO GAMA	1931		76,0	
EDITH GRIBEL	1936		78,3	
FERNANDINA SABARENSE	1928			74,5
	1929			82,4
	1933		88,0	
	1937		77,4	
HELENITA CANDIDO DA SILVA	1936		65,2	
IRACEMA NASCIMENTO	1935		66,7	
IRACY DE MEDEIROS	1939		54,5	
IRENE DE ANDRADE	1927		63,3	
	1933		63,6	
	1937	90,3		
JOSEFINA TAUCCI	1940		41,9	
LIGIA COSTA COUTINHO	1939		57,1	
LYGIA DOS PRAZERES COSTA	1934		77,8	
MARIA DA CONCEIÇÃO MATTOS	1933		40,7	
	1937		78,6	
MARIA DA GLÓRIA NOGUEIRA MACHADO	1936		52,8	
MARIA DO CARMO SIMÕES CORRÊA	1934		56,5	
MARIA HORTA PEREIRA	1933		81,8	
	1940		35,7	
MATILDE OLIVEIRA	1931	83,3		
	1940		63,2	
NAIR CORRÊA FRAGA	1935		61,5	
PHILOMENA SILVEIRA MARTINS	1932		91,3	
	1936			74,3
	1939		22,9	

GRÁFICO

Gráfico 1 – Índice de Aprovação dos alunos X ano



Quanto aos dados relativos aos exames e promoções dos alunos, ao analisarmos as Atas do primeiro ano de funcionamento em 1926 até o ano de 1940, constatamos que no início o Grupo Noturno contou com sete classes e uma matrícula de 410 crianças, excedendo em número de quinhentos os pedidos de matrícula.

O gráfico nos mostra que no primeiro ano houve um excelente desempenho dos alunos nos exames. Havia neste ano uma turma de 4º ano masculino, com 15 alunos, regida pela Prof.^a Adelaide Tavares, a qual obteve um expressivo número aprovados perfazendo no total de 84%, considerando-se ser uma turma com poucos alunos.

Apesar das pesquisas realizadas em relação à aprovação de alunos da primeira série apontarem haver índice baixo de progressão, verifica-se que neste ano ocorrera o contrário. Embora não tenham sido encontrados documentos que revelassem as causas

prováveis dessa aprovação, mesmo os alunos do noturno revelaram bom desempenho, o que nos leva a algumas perguntas, como: Será que a professora estava se adaptando ao método de ensino, por ser o primeiro ano de funcionamento do Grupo, apesar da existência da Escola Noturna? O desempenho dessa professora é algo a ser destacado? Os alunos tinham bom rendimento?

Pelo quadro apresentado, verifica-se que a mesma professora apresentou um excelente índice de aprovação no ano de 1931, em turma de 4ª série masculina. Pode-se pensar sobre o bom desempenho da professora Adelaide Tavares? Qual o diferencial dessa professora em relação às outras?

Outro fator que merece ênfase é que, a despeito de ter sido criada, em 1914, uma Escola Noturna para Adultos do sexo feminino, percebe-se que o número de classes masculinas é superior não só ao de classes femininas, como também ao de classes mistas. Observa-se que existem turmas masculinas em todos os anos pesquisados (1926/1940), exceto nos anos de 1928, quando se apresenta uma turma mista.

Somente uma turma de 4º ano masculina é constatada no ano de 1927, com 30 alunos matriculados, regida pela Prof.^a Irene de Andrade que obteve um percentual de 63,5% de aprovação. Já no ano de 1928, aplicaram-se exames para apenas uma turma mista de 47 alunos, regida pela Prof.^a Fernandina Sabarense, que obteve um resultado de 82,7 de aprovação.

Em 1929 são constituídas duas turmas de 4º ano, uma do sexo masculino, da Prof.^a Clothilde de Oliveira, com 33 alunos e um índice de 48,5% de aprovação e a outra, de 4º ano misto, com 34 alunos, da Prof.^a Fernandina Sabarense que obteve um resultado de 78,4%. Continuamos com duas turmas de 4º ano em 1930, consistindo de uma turma mista da Prof.^a Clarisse de Montreuil, com 35 alunos, com um percentual de 65,7% de aprovação. A

turma do sexo masculino da Prof.^a Anna Franco, com 38 alunos, teve um índice de aprovação de 56,4%.

Nos anos de 1931 e 1932 percebe-se um índice de aprovação satisfatório. Nesses anos encontram-se turmas masculinas, femininas e uma turma mista, regida pela Professora Andréa de Macedo Lemos, com um percentual de aprovação de 87,1%, sendo que no ano de 1931 havia 100 alunos matriculados e no ano de 1932, 76 alunos.

O Grupo, no ano de 1933, apresenta-se com cinco turmas, sendo quatro masculinas e uma mista. A Prof.^a Maria da Conceição Mattos, com 27 alunos, aprovou 59,7%; a Prof.^a Maria Horta Pereira, com 22 alunos, aprovou 58,8%; a Prof.^a Irene de Andrade, com 22 alunos, aprovou 54,5%. A Prof. Fernandina Sabarense com 25 alunos, aprovou 82,7%. A Prof.^a Cleonice Erse, da turma mista, com 23 alunos, aprovou 52,2%.

São designadas quatro turmas, no ano de 1934, para exames, sendo três masculinas e uma feminina. A Prof.^a Anna Franco, da turma feminina com 35 alunas, aprovou 48,9%; a Prof.^a Maria do Carmo Simões Corrêa, com 23 alunos, aprovou 56,5%; a Prof.^a Anna Franco, com 27 alunos, aprovou 35%; a Prof.^a Lygia dos Prazeres Costa, com 27 alunos, aprovou 77,8%. Neste ano identificamos a Prof.^a Anna Franco ministrando aulas em duas turmas.

No ano de 1935 permanecem os mesmos números de turmas do ano anterior, sendo que, de acordo com o gênero, pode-se observar menor percentual de aprovação na classe da Professora Célia Barreiros. É válido salientar que essa professora só aparece uma vez nas classes de 4^a série durante os anos pesquisados. Não há indícios nos documentos de que pudesse ser uma professora substituta ou se fora transferida para outro Grupo ou de classe. Neste ano verifica-se um número de 117 matrículas.

Nas leituras de Atas de Reuniões de Leitura de anos posteriores a esta pesquisa, constata-se a presença de algumas professoras como: Clarisse de Montreil, Clotilde de Oliveira e Edith Gribel.

Cinco turmas são registradas em 1936, quatro masculinas e uma mista, perfazendo um total de 67 alunos matriculados. No ano de 1937 são constituídas quatro turmas, uma feminina e três masculinas, em um total de 129 alunos.

Porém, em 1938, há uma redução no número de turmas, apenas duas, uma do sexo feminino da Prof^a Albertina Duarte da Silveira, com 13 alunos aprovados e da Prof^a Lygia dos Prazeres Costa, com 35 alunos aprovados. Neste ano não encontramos nas Atas de Promoções dados mais específicos por turmas, além de que foram matriculados 83 alunos dos quais 48 foram aprovados.

Percebe-se, em 1939, uma queda no índice de aprovação de alunos. Verificaram-se na documentação, registros de quatro turmas, sem especificação de gênero, apenas número. No livro de registro com os nomes dos alunos promovidos “insinua-se” que existiam três turmas do sexo masculino e uma do sexo feminino. A Prof^a. Iracy de Medeiros, com 22 alunos, aprovou 54,5%; a Prof^a. Ligia Costa Coutinho, com 35 alunos, aprovou 57,1%; A Prof^a. Philomena Silveira Martins, com 35 alunos, aprovou 22,9% e a Prof.^a Anna Franco, com 20 alunas, aprovou 35%.

No ano de 1940 permanece um baixo índice de aprovação, podendo-se computar quatro turmas, três masculinas e uma feminina.

Através desses dados podemos verificar que algumas professoras aparecem apenas uma vez nas turmas de 4º ano, enquanto outras permanecem por outros anos. Entretanto, ao abordarmos o desempenho dos alunos em relação aos professores e vice e versa, destacamos que tal questão mereceria um estudo mais aprofundado que fugiria ao que se pretende nesta pesquisa.

Em análise sobre o desempenho de acordo com o a formação das classes quanto ao gênero existem poucas diferenças nos valores apresentados. Pode-se verificar que neste período as classes masculinas e femininas se distinguem pelo melhor aproveitamento das alunas, o que se pode constatar ao verificarmos os valores da turma mista. De acordo com o quadro e gráfico apresentados, podemos confirmar tais dados.

A fala de uma das entrevistadas, Prof^a. Leda Dalva, é ilustrativa no que diz respeito ao desempenho das alunas:

As meninas na minha época eram em maior número... as que tinham melhor aprovação! Pelo menos as que chegavam na 4ª série, sabe. (PROF^a. LEDA DALVA).

Nessa perspectiva, os resultados dos exames não poderiam ser tomados como parâmetro de avaliação do aproveitamento dos alunos, ou mesmo do desempenho das professoras e do curso. Nas Atas analisadas percebeu-se que havia uma grande infrequência, falta aos exames, pedidos de licenças das professoras e evasão dos alunos. Em Ata do ano de 1942, a diretora faz uma referência aos fatores que influem decisivamente no resultado final e que constituem barreira no Grupo Escolar Estevam de Oliveira, como: frequência, eliminações e o meio ambiente. *“Nossos alunos provêm na quase totalidade de meios humildes e pior do que isto, de meios promíscuos, infestados dos mais baixos sentimentos”*. Isso parece poder nos mostrar aspectos importantes ligados ao processo de legitimação da escola, em Minas Gerais, ao colocar em debate os conflitos provocados pela imposição de uma cultura escolar e até mesmo as dificuldades enfrentadas pelas professoras ao lidar com um público de alunos de ensino noturno.

Não é o caso da nossa depoente, a professora D. Leda Dalva de Castro Barroso, que relata em sua entrevista a preferência pelo grupo noturno.

O bom de trabalhar de noite era a amizade com os alunos, apesar de algumas professoras acharem ruim por serem alunos de rua... domésticas, verdureiros, babás.

Não tinha tarefa para casa, eles não tinham como fazer... então no final do mês nós fazíamos uma recapitulação do que tinha sido dado (PROF^a.LEDA DALVA).

Existia todo um esforço das professoras que utilizavam as mais diversas táticas de trabalho, objetivando prender a atenção dos alunos e mantê-los concentrados nas atividades pedagógicas. O amor à profissão e o compromisso com o trabalho, por parte das professoras, aparece com especial destaque no relato do ex-aluno Sr. Geraldo Halfeld.

Mas, também existiam os planos de aula. Eu notava que elas faziam como fazem hoje, né? Um plano de aula, mas diferente. Tinha um livro onde ela anotava as perguntas dos próprios alunos, porque havia um interesse no ensino, é isso que eu quero dizer. (GERALDO HALFELD)

Apesar das deficiências no ensino apresentadas na época, o relato acima nos permite verificar o compromisso da professora, como também a existência de um planejamento pedagógico.

7.3.2 As reuniões de leitura no Grupo Escolar

As práticas de reuniões de leitura foram instituídas nas escolas primárias mineiras através da Reforma do Ensino Primário e Normal de 1927/1928, implementada no governo de Antônio Carlos de Andrada (1916/1930) e idealizada por Francisco Campos, Secretário do Interior.

Essas reuniões de leitura, de acordo com a legislação, deveriam ocorrer por duas horas semanais, reservadas às leituras relativas ao método de ensino e “outras matérias indispensáveis à cultura magistral”, como retrata o Regulamento. Os encontros deveriam

acontecer às quintas – feiras em bibliotecas ou em salas previamente designadas. Deveriam ser presididas pelo diretor (a), corpo docente, auxiliares técnicos, inspetores que tinham como função visitar freqüentemente os grupos, dando-lhes suporte técnico-pedagógico, tantas vezes quanto pudessem ou fossem solicitados e ainda quando ordenados pelo Inspetor Geral da Instrução Pública.

Um aspecto interessante percebido nas atas de reuniões consistia na ambígua situação das diretoras, inspetores, assistentes técnicos, que atuavam como intermediários entre professoras e os órgãos estaduais responsáveis pela educação pública. Como eram eles que levavam ao Grupo as recomendações e exigências acerca do funcionamento dessas instituições, lidavam mais diretamente com a transição entre normas e as suas eficazes aplicações. É válido salientar que as reuniões eram alvos das intervenções feitas pela Reformas, inspeções e cobranças das diretoras.

Infelizmente, foi encontrado, nos arquivos do Grupo, apenas um livro das Atas de Reuniões de Leitura do ano de 1940 a 1945; 1947/1954 e 1957/1961, que traz importantes informações sobre o período de 1947, quando há uma mudança no sistema de ensino. Apesar de escassos, os Livros de Atas foram muito úteis para que se entenda o cotidiano dessa instituição. As reuniões, em geral, eram conduzidas pelas diretoras e professoras técnicas que determinavam a pauta. Em algumas atas verifica-se a ausência da diretora, sendo esta substituída pela assistente de secretaria.

No decorrer das leituras, contata-se que em determinados anos as reuniões aconteciam no período da tarde junto com os outros Grupos. Esses horários variavam entre 13h e 17h. Tendo sido feita uma reunião para votação da preferência em relação ao horário das reuniões, acordou-se que seriam realizadas aos sábados, às 19h.

Ainda sobre a visita técnica do inspetor, a ex - Prof^a do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, nossa entrevistada, D. Leda Dalva, destaca sua importância no Grupo para o corpo docente, quando diz:

Quando o inspetor ia ao grupo, ele ia de classe em classe de um jeito muito sutil, educado para ver a gente...como conduzia a classe, como funcionava a nossa didática e eu aprendi muito com ele.(PROF^a. LEDA DALVA)

Os procedimentos pedagógicos adotados pelos gestores da instituição eram registrados nos livros de Atas de Reuniões de Leitura. Nesses livros registravam decisões e deliberações tomadas pelos diretores, aspectos relacionados à disciplina dos alunos, exames, frequência, caixa escolar, auditórios e festividades, enfim, assuntos relacionados ao cotidiano da instituição.

Em Ata do mês abril de 1940, a diretora do Grupo Escolar Estevam de Oliveira pede às professoras que se sacrifiquem procurando os chefes das fábricas, para aconselhá-los a respeito do *“grande erro que incorrem, não deixando que os alunos compareçam às aulas por causa dos serões”*, a fim de diminuir a ausência dos alunos trabalhadores. Outro motivo destacado pela diretora era a presença do Circo e do Parque na cidade.

No mês de maio do mesmo ano pede que *“os alunos participem das comemorações cívicas e auditórios, espera-se que os alunos compareçam, a fim de despertar-lhes o patriotismo, tenham boa disciplina e cantem o Hino Nacional com entusiasmo, na posição correta”*.

Observa-se que a disciplina na formação dos alunos, com a função de instituir a ordem, era um tema que permanecia presente em todas as Atas. Percebe-se a inspeção da diretora que insistia na disciplina, na organização e boa reputação dos alunos do grupo costumavam ser vistos como marginalizados.

Em relação ao comportamento das alunas, a diretora, em Ata do mês de março de 1945, “recomenda às regentes das classes femininas, o máximo cuidado e zelo pela atitude correta de suas alunas, pois, estas ainda mais clamam o nosso apoio, a nossa vigilância, porque, corrompida como está a sociedade, não devemos perder tempo e tudo fazermos para que possa brotar nestes cérebros ainda jovens e cheios de ilusão, amoral, para que amanhã, possamos contar com maior número de famílias, digo: mães de família, dignas deste nome.”

A propósito da disciplina a ex – Profª D. Leda Dalva enfatiza que o grande problema era na saída do grupo:

A saída era mais **brava**³⁷...Quando tinham algum problema. Lá na rua um ficava esperando o outro para brigar. Às vezes tinha até canivete. (PROFª. LEDA DALVA).

A diretora em reunião de leitura do dia 06/02/1940 faz as seguintes recomendações: “*que as professoras dessem os alunos os avisos referentes a pontualidade, respeito devido a todo pessoal do estabelecimento, o procedimento correto no pátio, nos corredores, nas filas, na sala de aula, e principalmente, na saída do grupo, para que não continuassem com o feio nome de “moleques” como são considerados por nossa cidade. Que as professoras lessem biografias, dos grandes homens que se fizeram do nada e muito principalmente, do patrono do nosso grupo – Estevam de Oliveira”, que é um bom exemplo de perseverança e coragem.*”

No mês de maio de 1944 registra-se a preocupação da diretora em relação ao Programa que estava sendo desenvolvido no curso noturno. Fala da necessidade de adaptação, solicitando às professoras a mudança dos contos da carochinha por contos morais, que versassem sobre assuntos como: caridade, responsabilidade e fábulas que sempre tem moral da história.

³⁷ Grifo meu.

Tais leituras e relatos apontam que os problemas do ensino noturno, até hoje tão debatido, vêm de longa data.

7.3.3 A Caixa Escolar

Em 1940, no governo de Benedito Valadares e do Secretário Cristiano Machado, o decreto-lei nº. 734 tornava obrigatória a existência das Caixas Escolares nos estabelecimentos públicos de ensino primário com as seguintes finalidades: fornecer merenda, roupa e calçado aos alunos pobres do estabelecimento; adquirir e distribuir livros didáticos e material escolar entre os alunos a que se refere a alínea anterior, e conferir prêmios escolares aos alunos que se distinguem nos cursos; prestar assistência médico-farmacêutica e dentária aos alunos que não possam tê-la à custa dos pais ou responsáveis (MINAS GERAIS, set./1940).

Os Grupos Escolares deparavam-se com a necessidade de auxiliar os alunos pobres que vinham para as aulas sem uniforme, sem material escolar e, inclusive, sem alimentação. As Caixas Escolares valiam-se da contribuição mensal dos sócios e benfeitores, entre eles os próprios professores, da organização de festas, rifas, sessões de cinema e tudo quanto fosse possível para arrecadar ajuda para as crianças. A merenda escolar era distribuída gratuitamente aos alunos inscritos na Caixa e vendida aos outros, cujo dinheiro retornava para a Caixa.

O art. 54 do decreto n. 10.362 de 1932 determinava que: “Em favor das caixas escolares reverterá o que os professores e funcionários do ensino de cada estabelecimento perderem de seus vencimentos, qualquer que seja o motivo, e que não tenha sido aplicado no pagamento de seus substitutos”. Assim, os funcionários que chegassem atrasados ou perdessem o dia de trabalho teriam descontos nos salários que se destinariam à Caixa Escolar.

Nesse contexto, a instituição escolar desempenhava um papel não somente voltado para a formação dos alunos, como também atuava como assistência social, apresentando a escola uma missão redentora a ser exercida pela Caixa Escolar, como se percebe na fala dos ex-alunos:

Eu recebia, eu andava com a calça, meia azul marinho e uma camiseta branca que o grupo que me deu. Na verdade naquela época eu não sabia quem que deu, isso eu não sabia. Eu sabia que eu era pobre e eles me deram. Deram cartilha. Também deram livro. (GERALDO HALFELD)

Tinha ajuda. Pra aqueles que não podia comprar dava uma ajuda. Recebi um caderno, lápis e caneta. (GABRIEL FIGUEIREDO)

Em 16 de fevereiro de 1927, o Jornal “O Dia” publica um artigo sobre a Caixa Escolar dos Grupos:

... Será justo salientar que a Caixa dos Grupos Centraes accusa annualmente um accrescimo em seu saldo mas isto não se verifica sacrificando os fins a que ella destina; ao contrário esse resultado é conseguido graças à orientação cuidadosa da actual directoria, composta de cidadãos esforçados, Dr B. Collucci, Major Diogo Rocha e José Augusto Lopes.

As professoras eram as responsáveis pela organização das festas, quermesses, rifas e outras atividades em benefício da Caixa, inclusive, cabia-lhes a tarefa de conseguir sócios. Em fevereiro de 1944, em uma das Reuniões de Leitura do Grupo, a diretora, reconhecendo o pouco agrado que o assunto poderia trazer, pergunta às professoras se elas prefeririam contribuir para a Caixa Escolar ou promover festas. A maioria das professoras optou pela contribuição de CR\$50,00 mensais ou CR\$ 500,00 anuais.

7.3.4. Os Auditórios

Sobre os auditórios, o Regulamento da Instrução Primária, de 1927, pelo Decreto n 7.970, estabelecia que sua realização fosse quinzenal, com duas horas de duração, “onde se devem reunir diretor, professores, alunos e pessoas das suas famílias, quanto convidadas”. Destinar-se-iam “a cantos corais, a audições musicais, à exposição por professor ou por aluno de assunto de interesse da escola, seja relativo ao programa de estudos (...) a palestras pelo médico ou dentista (...)”.

Tais eventos ocorriam no pátio, salão de festas, biblioteca ou na própria sala, dependendo da sua grandeza. É válido ressaltar que os Grupos Escolares eram obrigados por lei a comemorar algumas datas nacionais e outras como: Dia da Bandeira, Dia da Árvore, Dia do Índio, Dia das Mães, Dia da Pátria, Dia do Soldado, Primavera, N. Senhora Aparecida, enfim todas as datas nacionais.

As diretoras ressaltavam a importância dos auditórios que deviam ser “espontâneos, organizados pelos próprios alunos, aproveitando sempre as oportunidades”.

Nossos entrevistados falam dos auditórios com muito júbilo, quando descrevem:

Tinha sempre uma festa. Comemorava a festa, né. Inclusive essas comemorações assim do dia da Pátria, feriado, Proclamação da República, Independência do Brasil, tinha essas coisas assim, essas festas importante que comemora até hoje. Então naquele dia que era feriado fazia uma passeata, se juntava dentro do colégio e cantava lá o hino.

(GABRIEL FIGUEIREDO)

Eu lembro do Dia da Bandeira, por exemplo. O prof. Lopes, que era o diretor, uniformizava o melhor aluno com luvas e terno, e quem sou eu para comprar uma luva naquele tempo. De luva e terno vinha com a bandeira para o teatro lá. O centro da convenção dos alunos e fazia uma aula cívica, no pátio.

(GERALDO HALFELD)

Além de ter como objetivo pedagógico educar de uma maneira mais atraente, os auditórios eram utilizados para inculcar valores e normas disciplinares. Algumas formas de

premiação estavam presentes no cotidiano escolar que visava à disciplina, à garantia da ordem e ao êxito da atuação escolar. Essa inferência é confirmada pelos dizeres de Souza,

As festas escolares eram também uma oportunidade de se premiar os alunos disciplinados, dando visibilidade e exempla àqueles que não conseguiram tal feito e à sociedade, como um todo. Embora houvesse questionamentos quanto às premiações, estes eram mínimos. Boa parte dos educadores acreditava que sua utilização, com critérios, poderia desenvolver o interesse dos alunos que se esforçariam para atingir os patamares desejados, melhorando o seu desempenho escolar e comportamento social (SOUZA, 2004, p.140).

Geraldo Halfeld em seu depoimento confirma a citação anterior:

Ela presenteava com brinquedos. Me dava presentes. Tinha muitos brinquedos desses na minha casa. Ela tinha uma dificuldade tremenda de locomoção e ela foi uma ótima professora que tive. Ela gratificava os melhores alunos com brinquedos. (GERALDO HALFELD)

O Grupo abrigava, em seu quadro discente, crianças muito pobres, cujas famílias não tinham formação, como vimos anteriormente, tampouco tempo para orientá-las. Nessa perspectiva, a ausência da família para orientar na formação e auto-afirmação desses pequenos trabalhadores fora preenchida pela escola, conforme se percebe, mais uma vez, na fala do Sr. Geraldo Halfeld:

As aulas eram muito boas...Por exemplo eu tratei dos dentes no grupo central, tive que usar óculos, na infância...Nós tínhamos aula de higiene.
Minha mãe não tinha condições de orientar nada, porque ela vinha de uma posição muito ruim que foi a pobreza da cidade onde ela, onde nós nascemos, né? (GERALDO HALFELD)

Nessa perspectiva, é imprescindível distinguir a importância desempenhada pela prática dos auditórios na cultura educacional e na construção da identidade institucional dos

Grupos Escolares como escolas primárias, como também na tarefa de promover a integração família – escola - comunidade.

7.3.5 Os Termos de Visita

Os Termos de Visita pesquisados eram assinados por inspetores e assistentes técnicos que faziam um relatório das atividades escolares presenciadas. Alguns Termos de Visita de inspetores versam em detalhes sobre as aulas ministradas, os problemas e as orientações dadas.

Os inspetores não se preocupavam apenas com as atividades pedagógicas desenvolvidas pelas professoras, examinavam a documentação do Grupo, a frequência dos alunos, empenho e dedicação das professoras.

É válido lembrar que as professoras que apresentavam melhores desempenhos dos seus alunos eram premiadas. Em relatório do Inspetor Regional de Ensino, Lindolpho Gomes, enviado à Secretaria do Interior em 1917, retrata-se minuciosamente cada sala e docente das instituições Grupos Escolares e Escola Noturna, como também aspectos ligados à higiene, disciplina, matrícula, material escolar e didática, canto, frequência, ginástica e recreio e aulas técnicas. Percebe-se a importância atribuída às qualidades de uma professora quando descreve:

Sobre a competência desta professora, basta dizer que até a data recente exerceu com brilhantismo o cargo de cathedratice de Geometria de ex-equipado Gymnasio de Minas e assiduidade, zelo, capacidade didactica franca e brilhantemente manifestada segurança e facilidade no transmitir, conhecimento de methodos e processos pedagógicos os mais adiantados e profícuos. A sua, classe, por isso mesmo, é modelar, e não obstante estarmos quase no início do anno letivo, já o aproveitamento dos alumnos é o mais lisonjeiro possível. A disciplina é mantida irreprehensivelmente, sendo os programmas leccionados com orientação.

Recomendo essa professora ao alto critério de V. Exa., pois mais do que nenhuma outra faz jus ao premio da viagem a essa capital (LINDOLPHO GOMES, 1917).

As professoras ficavam sujeitas à entrada na classe de autoridades pedagógicas que frequentemente apareciam sem avisar. A vigilância de diretoras e inspetoras sobre as classes e professoras eram atividades constantes dentro do Grupo.

Entretanto, as informações trazidas por tais fontes devem ser consideradas com cuidado, visto que apresentam uma visão restrita da realidade escolar, ou seja, esse cenário estava sendo considerado pelo olhar daqueles que ocasionalmente visitavam a instituição. Além disso, esses documentos eram públicos e ficavam livres para consulta de todos os interessados.

Desse modo, dependendo da pessoa que estaria procedendo a fiscalização, verifica-se no livro referências positivas e negativas acerca da instituição.

7.3.6 O espaço educativo: o Palacete Santa Mafalda

Estevam de Oliveira, inspetor técnico dos grupos escolares, em seu relatório apresentado ao Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais em 1902, retrata a situação do ensino elementar em todo o Estado. Quando se refere à situação dos locais destinados ao ensino primário, indica que a construção de prédios escolares, que deveria ser o fundamento primordial de toda e qualquer reforma de ensino primário, no Estado de Minas Gerais parecia ser um problema sem solução. Como não existia nenhum tipo de lei orçamentária destinada a esse fim, caso fossem empregados recursos financeiros para que tal problema fosse solucionado de forma generalizada, a máquina orçamentária veria seu “naufrágio” (ESTEVAM DE OLIVEIRA, 1902).

Na visão de Antonio Viñao (2006, p.48), os edifícios escolares são, e têm sido, a expressão visível da intervenção dos poderes públicos no âmbito educativo, seriam “signo e símbolo de interesse dos ditos poderes pela educação”.

Faria Filho (2000) destaca que a criação dos grupos escolares na capital de Minas Gerais fora concebida como signo da modernidade republicana, seguindo os caminhos da

cidade e adotando a linguagem arquitetônica como instrumento de visibilidade do poder público que marca o processo de civilização que se pretendia na República.

O prédio onde funcionavam os Grupos Centrais, o grande casarão da Avenida Rio Branco, localizado em frente à Matriz, Catedral Metropolitana, possui uma história curiosa.

Com base no Livro de Instalação dos Grupos Escolares e alguns historiadores da cidade (OLIVEIRA, 1966; YAZBECK, 2006), constatou-se que tal prédio fora construído para ser presenteado ao Imperador D. Pedro II, pelo Comendador Manoel do Valle Amado em 1861, na ocasião de sua visita à cidade para a inauguração da Estrada União Indústria.

O Imperador esteve no Palacete para a cerimônia do “Beija-Mão”³⁸, no dia 24 de junho de 1861, após a celebração solene do TE DEUM³⁹, na Catedral, onde o Cônego Roussin realizou “brilhante sermão”.

O Palacete foi oferecido oficialmente ao Imperador que o recusou, recomendando que o prédio fosse utilizado para fins de caridade ou instrução para crianças pobres. Como a sugestão foi recusada, o Comendador determinou que o prédio jamais fosse habitado, mandando fechar portões, portas e janelas do Palacete, porém, conservando dentro dele tudo quanto de luxo e conforto que, à época, poder-se-ia imaginar e obter. Seu único morador era um setuagenário francês ou suíço, Chauvin, que, tendo assumido a função de zelador do prédio, passa a ocupar uma de suas dependências.

Com o falecimento do Senhor Comendador, em 1862, seu descendente, o Barão de Santa Mafalda, legou em testamento o Palacete à Santa Casa de Misericórdia. Após a morte do Barão, aos 85 anos, a Santa Casa de Misericórdia, por motivos econômicos, negociou o prédio com o Estado.

³⁸ Cerimônia em que uma autoridade recebe determinadas pessoas.

³⁹ Cerimônia religiosa – Hino Litúrgico Católico

Após 43 anos, o Palacete foi reaberto, para ser utilizado conforme o desejo inicial de Dom Pedro II. Instala-se, a partir de 04 de abril de 1904, um estabelecimento de instrução, a Escola Normal que, até então, funcionava no prédio que servira ao antigo mercado da cidade, no Largo do Riachuelo. Essa escola, a Escola Normal de Juiz de Fora, criada em 1894, tinha como objetivo atender à nova proposta de escolarização, com a finalidade de formar professores competentes, por meio de cursos intensivos, com duração de quatro anos.

Dessa maneira, o grupo escolar, símbolo de uma educação para os pobres, passa a integrar o núcleo urbano da cidade composto pela Prefeitura, Câmara Municipal, correios, lojas, bancos e Igreja Matriz, a Catedral Metropolitana. Ao mesmo tempo distinguia-se das residências, das casas comerciais e dos edifícios que constituíam a cidade, um espaço imponente no centro da cidade.

Nessa perspectiva, os grupos escolares deveriam ocupar, não somente os melhores prédios da cidade, como também as regiões mais centrais da cidade, evidenciando, com isso, “a centralidade que o lugar da educação escolar deveria representar no interior da cidade, como projeção política da ordem social que se queria impor ao conjunto da população, particularmente aos mais pobres” (FARIA FILHO, 2000, P. 42). A instalação e a localização do edifício escolar, afirma Viñao Frago (1998), evidencia, na relação entre urbanismo e educação, a tentativa de se “levar para a prática, em termos concretos, os projetos mais ou menos utópicos de reforma social ou de criação de uma nova sociedade” (p.85).

Os grupos escolares trouxeram à cena não apenas uma nova imagem ao cenário urbano, mas também atores encarregados de organizar a educação escolar por meio da construção e da imposição de uma nova cultura escolar e cultura urbana (FARIA FILHO, 2000, p. 91).

... o primeiro constituído na sua totalidade por homens, eram os inspetores de ensino, categoria “profissional” que existia desde os tempos do Império (...) a segunda, composta exclusivamente por mulheres, eram as diretoras, criação genuína

da reforma e à qual era debitado, em boa parte, o fracasso ou sucesso dos grupos escolares e , portanto da reforma (FARIA FILHO, 2000,p.91).

Esther Buffa (2002) salienta que, na paisagem das cidades, é possível distinguir, com clareza, um edifício imponente onde funcionava um Grupo Escolar, construído nas primeiras décadas do período republicano. Situados em regiões nobres, esses edifícios marcam, pela imponência e localização, seu significado da organização urbana.

Compreende-se que no início do século XX a escola se configurava como um lugar de referência para as cidades, sendo percebida como “modelos”. Como enfatiza SOUZA (1998, p. 123).

(...) o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente. (...) O espaço escolar passa a exercer uma ação educativa dentro e fora dos seus contornos (SOUZA, 1998, p.123).

O prédio dos Grupos Centrais foi escolhido estrategicamente para atender à proposta republicana. A localização privilegiada, ao lado de importantes edifícios públicos, no centro da cidade, garantia sempre que os alunos percorressem e reconhecessem a cidade e suas instituições, antes mesmo de chegarem à escola.

Sobre o prédio onde funcionava os Grupos Centrais, Estevam de Oliveira, Inspetor Técnico de Ensino, em relatório enviado à Secretaria do Interior, em 15 de setembro de 1906 informava as condições em que o prédio utilizado para a instalação dos Grupos Escolares se encontrava, lembrando que ele fora utilizado para o funcionamento da Escola Normal da cidade. Foi encontrada junto ao documento uma pequena planta baixa do prédio, que será alocada no final deste capítulo, após as fotos do Palacete.

O prédio era constituído de dois pavimentos, o térreo e o superior. Pertencente ao patrimônio da Santa Casa, encontrava-se arrendado ao governo do Estado por escritura

pública. Estevam de Oliveira faz um detalhamento minucioso em seu relatório enviado à Secretaria do Interior sobre o prédio, até mesmo das salas de todos os pavimentos, o mobiliário, espaço do pátio etc.

Duas secções integram o edifício: o corpo do prédio dito e uma ala à direita de que penetra no edifício. A portaria de entrada situada no meio do prédio, tem 3m, 40 de altura sobre 1m, 65 de largura; as janelas em seus pavimentos, tem a dimensão de 2m, 22X 1m, 12; as paredes internas as seguintes alturas: no pavimento térreo 4, 20m; no pavimento superior; 4m, 30. Não há pintura interna a óleo, porquanto todas as paredes são forradas de papel finíssimo, é certo variegadas cores, que em alguns compartimentos modificam-se sensivelmente as condições da iluminação interna. Nem é esse o sistema preferido da higiene escolar. Atinge a 26m, 32 o comprimento total de frente do prédio sobre 15m, 55 de largura; superfície da área direita (única existente) é de 17m, 15 X 11m, 0.

... o mobiliário das salas, campainha electrica e outros melhoramentos introduzidos na escola foram devidos ao seu actual director. Mantido o systema de ensino mixto, ao serem dadas as lições, há contudo inteira separação de sexos durante os recreios. São independentes as installações sanitárias para um e outro sexo.

(OLIVEIRA, 1906).

A partir de 1927, o espaço do palacete é alterado para atender às necessidades da escola e à demanda de alunos matriculados, fato que pode ser constatado através da publicação no Jornal “O Dia” de 07/04/1927.

O edifício dos grupos escolares centraes vai ser augmentado.

O Sr. Presidente Antônio Carlos autorizou o engenheiro da comissão de melhoramentos de Juiz de Fora, Sr. Dr. Benjamim Quadros, a elaborar o projeto e orçamento de um accrescimo a ser feito no edifício dos grupos escolares centraes, com quatro novas salas destinadas a aulas, attendendo-se, assim, ao grande augmento de frequência escolar que tem tido o estabelecimento.

Em publicação do mesmo jornal, em 25 de maio de 1927, podemos conferir a notícia da construção de um novo pavilhão no prédio dos grupos escolares.

Embora tenha sido um edifício adaptado ao objetivo de ensinar, não construído para tal utilização e ainda fora dos padrões de higiene, trata-se de um prédio atraente que

contribuiu para dar visibilidade às ações de renovação do ensino primário, conforme pregavam os ideais republicanos.

Recentemente, o Estado de Minas Gerais empreendeu uma série de obras de restauração e ampliação do Palacete Santa Mafalda, buscando-se recuperar as características do prédio. Como edificação mais antiga naquela área urbana, o Palacete, tombado pelo Decreto nº. 2864, de 19 de janeiro de 1983, integra o conjunto de edificações preservadas pelo patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da cidade.

Fotos do Palacete Santa Mafalda



Primeiro Grupo Escolar de Juiz de Fora – 1907
Fonte: Álbum Albino Esteves

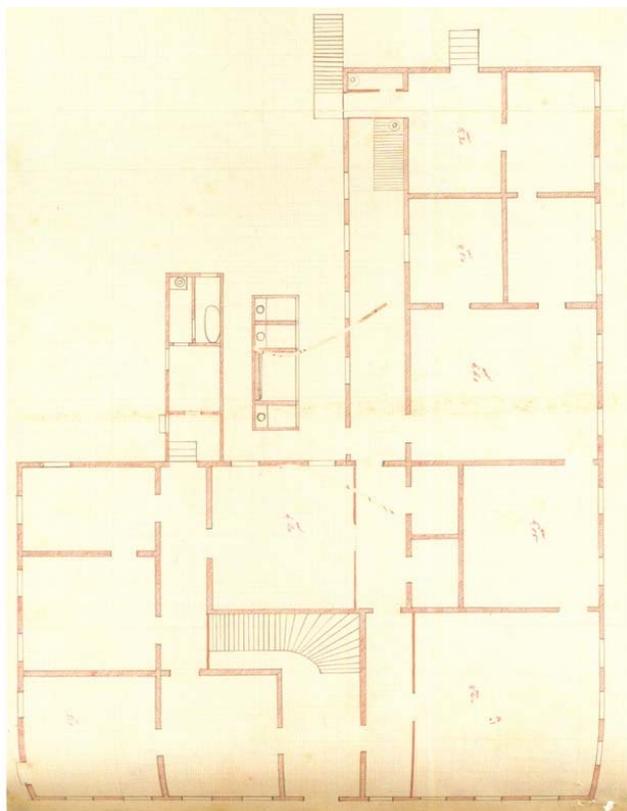


Escola Estadual "Delfim Moreira"
Fonte: Jornal Tribuna de Minas de 2007.

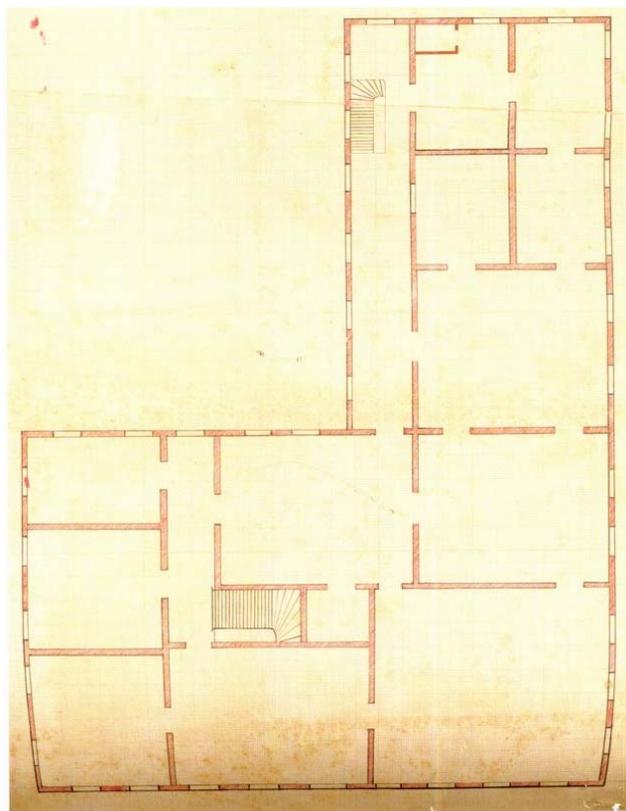
A título de curiosidade, apresenta-se a planta baixa do espaço escolar, o Palacete Santa Mafalda, onde funcionavam três Grupos Escolares de Juiz de Fora-MG, enviado ao governo do Estado, pelo Inspetor Escolar Estevam de Oliveira, em 1906.

Planta baixa do Palacete Santa Mafalda

Pavimento Inferior



Pavimento Superior



Fonte: Relatório de Estevam de Oliveira, enviado à Secretaria do Interior em 1906.

Arquivo Público

Mineiro

8 – Considerações finais

A pesquisa ora apresentada apontou algumas facetas de uma situação bastante complexa na historiografia da Educação Brasileira, o estudo sobre o ensino primário noturno no século passado, que se apresenta com uma íntima relação com a questão social da Educação de Jovens e Adultos.

Ignorar os momentos pelos quais passou a educação no Brasil, principalmente, no que se refere à educação do povo, à educação em massa, isto é, o ensino elementar, é deixar de reconhecer a divisão entre elite e classes populares em nossa sociedade e nosso tempo.

O ensino noturno no Grupo Escolar Estevam de Oliveira, suas práticas pedagógicas, seus sujeitos, as comemorações, as dificuldades econômicas dos alunos trabalhadores na tentativa de conquistarem um lugar no mercado de trabalho, sobretudo devido a sua situação social, é a razão de ser de toda esta pesquisa.

Percebi, durante o processo da pesquisa, que a maioria dos alunos dos Grupos Escolares eram crianças com apenas 12, 13, 14 anos e jovens. Crianças que trabalhavam durante o dia para ajudar economicamente as suas famílias e que, não raro, freqüentavam o Grupo para terem o que comer.

Como fora destacado, os Grupos Centrais destinavam-se sobretudo àqueles que não podiam arcar com as despesas de uma escola particular. Com a formação recebida nessas instituições, um número considerável de alunos pôde alcançar a almejada ascensão social, através do exercício de profissões de destaque, tais como, médicos, dentistas, profissionais universitários, farmacêuticos, empresários etc. Como exemplo, podemos citar o famoso jornalista, escritor, Affonso Romano de Santana, que, apesar de não ter freqüentado os Grupos Centrais, foi aluno de outro Grupo Escolar da cidade.⁴⁰ São esses trabalhadores que fizeram

⁴⁰ Ver dissertação: Sede de Leitura: Memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Cotidiano de Juiz de Fora - Ana Maria Evangelista (2007)-UFJF

com que as Reformas Educacionais, os currículos, os horários, os espaços e os objetivos políticos se concretizassem.

No decorrer dos capítulos apresentados procuramos reconstituir a história do surgimento e criação do primeiro Grupo Escolar Noturno da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, no período de 1914 a 1946, enfatizando o contexto sócio-político, econômico e educacional em que se encontrava a cidade de Juiz de Fora, o Estado de Minas e o Brasil no período.

Busquei nesta pesquisa divulgar informações que contribuíssem para a caracterização da experiência histórica das escolas noturnas de instrução primária nos primeiros anos do século XX e algumas considerações sobre as escolas noturnas no Império, como modalidade de educação para o povo. Nesse aspecto, tentei abranger a legislação, os programas, espaços, tempos, currículos e os sujeitos que freqüentaram e reproduziram essa instituição nos anos de 1914 a 1946, período privilegiado por esta pesquisa. Nesse sentido, vale destacar que as lutas não se encerram na publicação das legislações, acontecendo antes, durante e após sua instalação, haja vista que se trata de um processo dinâmico que envolve interesses diversos.

Nos caminhos da educação popular procurei mencionar as grandes transformações que ocorreram entre o Império e a República em que a escola era pensada somente com o objetivo de alfabetização e inserção dos seus alunos no mercado de trabalho. Não era de interesse dos dirigentes oferecer às classes populares um ensino que as levassem à academia ou à ascensão social. Os estabelecimentos de ensino secundário foram claramente descritos como escolas que formavam os novos políticos e os profissionais liberais.

Nessa perspectiva, surgem os Grupos Escolares buscando instituir uma nova forma escolar, que passa a ser vista, conforme Faria Filho (2000), como espaço de difusão de

novos valores e regras para essa sociedade, que permitiria concretizar uma visão otimista da modernidade, diluidora das contradições sociais existentes naquela época.

Souza (1998) afirma que os Grupos Escolares institucionalizaram uma nova cultura escolar, ganhando dimensão material e simbólica na sociedade, afirmando sua identidade como espaço modelar para a instituição elementar, motor do progresso e desenvolvimento social, servindo, também, como padrão de escolarização para outros Estados do país.

Mediante a complexidade que envolveu este projeto de pesquisa, seja pela característica do próprio objeto e período escolhido, seja pelas características das fontes que se nos apresentaram dispersas, extintas, corroídas e não organizadas, e, o processo de finalização deste trabalho configurou-se, visto tratar de questões ainda pouco exploradas.

Entretanto o desafio, que é fundamental para a realização de qualquer trabalho, pode se tornar agradável, quando a tarefa envolve conhecer sujeitos, personagens de uma história que marcaram época na educação mineira. Essa época de transição, de conflitos, de mudanças reflete-se em revoltas, na mudança de costumes e da mentalidade, ampliando-se e formando-se, estruturalmente, na remodelação das cidades. Emerge, dessas novas idéias, um espírito progressista e, com a urbanização, criam-se novas expectativas nas cidades.

Nesse panorama, pode-se afirmar, por conseguinte, que a Reforma Educacional Francisco Campos representou o despertar de uma consciência da necessidade de se escolarizar, de se dar educação fundamental para a população brasileira.

Para a tessitura desta dissertação contamos com diversos personagens que se encontram nos livros, nas atas, no Termos de Visitas, nas correspondências, nos relatórios e nos mais variados documentos encontrados nos diversos arquivos.

O trabalho nos arquivos, local de grande frequência para esta pesquisa, vale realçar que se trata de uma tarefa lenta, pois, além de a documentação ser intensa, a maior

parte dos documentos está manuscrita, estando alguns com uma escrita perfeita e legível, enquanto outros, praticamente, não nos permitem decifrar do que tratam. A despeito do trabalho solitário e demorado, a leitura desses documentos tem o poder de nos transportar no tempo e nos levar aos primórdios da fundação da escola primária mineira, permitindo-nos vivenciar a complexidade do processo de construção da escola moderna com todas as suas vicissitudes, além de dar a perceber, também, a importância de cada um dos sujeitos que assumiram a tarefa de construção dessa escola: alunos, professoras, diretoras, inspetores, secretários etc.

Os jornais, as fotografias, os livros antigos do Arquivo Público Mineiro, Atas e Relatórios, Livros de Matrículas, empoeirados, amarelados, corroídos e esquecidos no fundo dos armários do Grupo foram fontes cruciais para a realização desta pesquisa. Lá estão as legislações, as recomendações, os avisos, as sugestões, as exigências, as cobranças, mas também alguns sujeitos, com suas crenças, valores, desejos, experiências. As entrevistas com os dois ex-alunos e uma ex - professora constituíram-se como fontes ricas e fundamentais para o enriquecimento da pesquisa. Foram momentos de conversas, cumplicidade, colaboração que envolveram situações de expectativa e ansiedade diante do gravador; anseio de cooperar no trabalho, de relatar os fatos considerados importantes e desejo de transmitir outros, que o gravador inibia. A alegria diante da rememoração e das lembranças vividas, os esquecimentos e o silêncio que às vezes falam mais que as próprias palavras.

O fulcro central desta investigação foi o desejo de contribuir para o debate atual sobre a melhoria da qualidade da escola pública. Vive-se um tempo em que a educação passou a ser uma das principais “bandeiras” dos políticos. A história da educação tem focalizado as iniciativas dos grandes centros urbanos, dos grandes educadores, das reformas de educação, mas poucos são os dados sobre o ensino público noturno no país.

Acredita-se que, ao reportar nosso olhar para os elementos históricos apresentados no decorrer dos capítulos, em certa medida, busca-se responder a proposição central deste estudo. Essa afirmativa advém da importância da instalação, em 1914, da Primeira Escola Noturna para trabalhadores do sexo feminino, que foi o passo inicial para a inserção de meninos trabalhadores na escola e o principal embrião para que se instalasse na cidade o Primeiro Grupo Escolar Noturno, em 1926. Possibilitando o acesso à educação aos alunos pobres e trabalhadores, o Grupo, que ficava no centro da cidade, pôde atender aos anseios dos que o buscavam para conseguirem seu diploma.

A pesquisa revelou o que é recorrente em nosso país serem difíceis as condições de vida e trabalho das classes de trabalhadores na cidade. Diante da necessidade de trabalhar, muitos alunos faziam o curso primário no Grupo Noturno. Mesmo tendo pouca idade, enfrentavam as dificuldades para se conseguir o diploma. Considerando-se que a condição financeira de seus familiares exigia que estes chegassem, ainda crianças, ao mercado de trabalho, as escolas pareciam compreender que não seria sensato proporcionar os mesmos conteúdos dos Grupos diurnos. Para esses alunos, priorizavam-se a moralização, a disciplina e as condições básicas de leitura e escrita, como vimos no decorrer das análises.

A formação moral relacionava-se ao civismo, aos valores pela família, pelo trabalho, a busca por uma vida digna e correta. O ensino de civismo buscava desenvolver o respeito pela Pátria, pelos poderes públicos, valorizando as riquezas nacionais e contribuindo pela melhoria da Nação, cuidando em ser bom cidadão, saudável, trabalhador, respeitoso e religioso. Porém, percebe-se, ao mesmo tempo, uma grande preocupação das professoras e diretoras do Grupo em relação à exploração do aluno trabalhador, explicitada quando vemos, por exemplo, a presença das professoras nas fábricas pedindo aos responsáveis que não dificultassem a ida dos alunos ao Grupo, prolongando período de trabalho com serões.

Formar para o trabalho era uma tarefa do Grupo, visto ser a fábrica, para os Reformadores, sinônimo de produtividade, modernidade e progresso. Assim, a escola deveria formar alunos pelo e para o trabalho, principalmente em uma cidade de vocação industrial, diferentemente das cidades barrocas mineiras em que se tocavam os sinos nas Igrejas.

O trabalho seria eficiente, moralizante e deveria estar presente na educação de meninos e meninas, cujas atividades, na maioria das vezes, relacionavam - se aos afazeres domésticos e orientações para serem exemplos de mães de família.

As caixas escolares, que funcionavam como um mecanismo de participação primordial no cotidiano do Grupo, tinham como objetivo distribuir recursos aos alunos carentes, possibilitando-lhes a freqüência e a minimização de suas dificuldades de alimentação, vestuário, medicação, entre outras, constituindo-se também como atrativo para a freqüência regular, possibilitando aos pais enviarem seus filhos ao Grupo.

Através das correspondências investigadas, percebe-se que os Grupos não podiam contar com o governo mineiro em relação ao apoio de manutenção da instituição. As dificuldades que motivaram a solicitação de apoio governamental advinham de questões não apenas de infra-estrutura, como falta de lâmpadas, agasalhos para os alunos, manutenção da rede física, mas também em questões como a freqüência, por exemplo, que, para ser garantida, muitas vezes, havia de se encaminhar pedidos à polícia local.

No decorrer das leituras percebe-se que, embora as famílias não fossem muito presentes nas atividades da escola, ao mesmo tempo, eram chamadas a comparecer, colaborar e participar das atividades escolares, ou quando eram notificadas pela ausência de seus filhos na escola.

Uma das mais importantes e significativas conquistas do ensino primário noturno foi, sem dúvida, a obtenção do diploma de curso primário que para muitos, meninos e meninas, significava uma penosa batalha.

Para finalizar, uso as palavras de um dos entrevistados, o Sr. Geraldo Halfeld, cujas palavras, de certa forma, resumem a proposta desta pesquisa.

O Grupo foi a minha formação. Pela necessidade de trabalhar tive que ser um aluno mais ligado à professora. Ela tinha um conceito pedagógico que ensinava e obrigava o aluno aprender. Praticamente, a Isaltina (sua professora mais marcante) foi a que ficou na minha cabeça. A viga-mestra para o meu futuro e interesse. Porque não tinha ninguém na família que pudesse puxar. O Grupo que trouxe a minha primeira base (GERALDO HALFELD).

Não poderia deixar de destacar que o espaço dos Grupos Centrais de Juiz de Fora foi o palco no qual educadores e educandos montaram a história da educação aqui estudada. O Grupo Escolar Estevam de Oliveira esteve sempre presente no espaço do Palacete até o ano de 1992. Durante leitura do Regimento atual da Escola Estadual Estevam de Oliveira, detive-me no trecho da introdução, que relata a criação da escola em 1926, e, no decorrer da leitura, a percepção dos sentimentos de seus atores com a reinauguração no ano de 1993, após várias mudanças ocorridas na sua trajetória. É válido destacar que, no texto atual, percebe-se a luta dessa escola pela sua identidade.

Tendo recebido o nome de um patrono tão incansável em suas lutas, a Escola “Estevão de Oliveira”, também se faz presente e incansável em todas as lutas que até aqui enfrentou. Sempre se dedicando ao ensino, aos adultos menos favorecidos, a escola se manteve firme e se orgulhará sempre dos que por aqui passaram.

Em 1992, deixou o prédio dos Grupos Centrais, para com muita luta, passando a ocupar o prédio Pantaleoni Arcuri⁴¹, passando a atuar no ensino de 1º grau de 1ª a 8ª série, nos turnos da manhã e tarde, reservando o espaço do ensino noturno para os alunos de suplência.

A ampliação do ensino de 1º grau diurno se deu através da Resolução n. 7143/93 de 14 de abril de 1993.

A reinauguração da escola, agora com funcionamento nos três turnos, se deu no dia 30 de janeiro de 1993.

⁴¹ Prédio no qual funcionava uma das fábricas onde os alunos trabalhavam, antes de ser desativada.

Com espírito de luta e forte convicção pela força dos fatos históricos e na defesa da liberdade de imprensa e da cidadania, se faz presente o nosso lema "O QUERER É PODER" (REGIMENTO ESCOLA ESTADUAL ESTEVÃO DE OLIVEIRA).

Dessa forma, espera-se que este trabalho possa servir como auxílio a outros pesquisadores interessados pelo tema, já que há ainda, muitas questões por compreender, como: Por que a escola deixou o Palacete em 1992? Em que ano passou a vigorar o ensino de suplência nesta instituição? O que ocorreu com o ensino após a implantação da Lei nº. 5692/71? Qual foi o programa curricular desenvolvido após os anos 1940? Como essa instituição permanece até os dias atuais como Escola Estadual? Quem são seus atores?

Esta pesquisa nos forneceu dados que possibilitam perceber, entre outras questões, o significado do Grupo Escolar na vida dos alunos, sua importância na formação das crianças e dos jovens na percepção dos pais, as táticas utilizadas para disciplinar e conseguir melhores rendimentos no que tange aos resultados dos exames, o perfil sócio-econômico dos discentes, possibilitando-nos também desvelar a função social reservada a essas instituições escolares na ocasião de sua criação.

Fica a certeza de que compreender a realidade do ensino primário noturno em Minas Gerais e no país é percorrer um longo caminho que pode contribuir para que se possa oferecer uma educação de qualidade às classes trabalhadoras.

9 - Referências

ALVES, Nilda (org). **A invenção da Escola a cada dia**. RJ: DP & A, 2000.

AMORIM, Eliane Dutra. **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas/SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho. **Curso Noturno: Uma Abordagem Histórica**. Fonte: Centro de Informações Educacionais da Secretaria da Educação de São Paulo – CIE/SP, 1992.

ANDRADE, F. A. Educação e Política no Limiar do Século XXI. **A Formação do “Cidadão – Trabalhador: educação e cidadania no contexto do novo industrialismo”**. In NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). Campinas: Editora Autores Associados, 2000.

ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: UFJF, 1986.

ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (org). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **“A política de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil”**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.) *A gestão democrática da educação. Desafios contemporâneos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. **Estado e Educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. Brasília: Líber Livro, 2004.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928)**. In: BENCOSTTA, M. Levy Albino (Org). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária**. In: *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III: Século XX. STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. Câmara (org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos**. Rio de Janeiro. Editora PUC - Rio, 2003.

BOGDAN R. C. BIKLEN S. K. **Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto Cordex / Portugal: Porto Editora, 1994.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1987.

BUFFA, Éster; PINTO, Gelson de A. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas. 1893/1971**. São Carlos: EDUFSCAR / Brasília, INEP, 2002.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929 - 1989)** São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

_____. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. **O Artífice do Consenso. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora - MG (1907/1930)**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2007.

CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG (1956 – 1968)**. Dissertação de Mestrado, PPGE/UFJF, 2006.

CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino Noturno: realidade e ilusão**. São Paulo: Cortez, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, Marta Maria das Chagas. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CATANI, Denice Bárbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia** divulgada no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). Revista Brasileira de Educação. N. 19, Jan./Fev./Mar./Abr. São Paulo: ANPEd, 2002, p. 113 -128.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1975.

CLARETO, S. M. **Etnografias e pesquisas interpretativas: crises da modernidade e enfrentamentos de seus impactos**. In: II Simpósio Internacional de Pesquisa Qualitativa, 2004. II Simpósio Internacional de Pesquisa Qualitativa.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa - DIFEL, 1990.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos pobres: Juiz de Fora na “Belle Époque Mineira”**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 1994.

COSTA, Ana Luiza Jesus. **À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)**. Dissertação de Mestrado, PPGE/ UERJ, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica no Brasil**. Revista Educação e Sociedade, set. 2002, vol. 23, nº 80, p. 168-200.

DECCA, Edgar Salvadori de. **Questões Teórico- Metodológicas da História**. IN: História e história da educação. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000, p.17-24.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO AURÉLIO. Século XXI. Versão 3.0. CR-ROM.

DOMINIQUE, Julia. **A cultura escolar como objeto histórico**. In: Revista Brasileira de História da Educação. SBHE, N.1, 2001, p.9-43. Campinas, Editora Autores Associados.

ESTEVES, Albino (org). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Juiz de Fora 1915.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. Sede de Leitura: **Memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Cotidiano de Juiz de Fora**. PPGE/UFJF – 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org). Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. **Dos Pardieiros aos Palácios: Cultura escola e cultura urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UFP, 2000.

_____. e VIDAL, Diana Gonçalves. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização de escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Nº. 14, p.19 - 34. 2000.

_____. **República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

_____. **O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução**. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI, D. J. (ORG) Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; EDUFU, 2002.

_____. **O processo de escolarização em Minas Gerais**. In: Historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 91/92.

_____. **Cultura Escolar e Cultura Urbana**. In: Revista Presença Pedagógica, v.11, nº. 66, nov / dez. 2005, p.41-43.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FAZZOLLATO, Douglas. **“Juiz de Fora: Imagens do Passado”**. Juiz de Fora, FUNALFA, 2001.

FONSECA, T. N. L. **História da Educação e História Cultural**. In História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

GATTI, Bernadete. **Algumas Considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais**. Educação em Foco, Juiz de Fora: volume 07, número 01, 2002.

GATTI, JR Décio e FILHO, Geraldo Inácio (org). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados. Edufu, 2005.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização em Juiz de Fora: 1850-1930**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 1988.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891/1918)**. Belo Horizonte: Autêntica /FCH - FUMEC, 2006.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ANPED, n. 14, 2000, p. 108-131.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas. SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: UFJF e Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985.

LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTERD, 2005. (Coleção Memória da Educação).

LOPES, Ana Amélia B. de M.; GONÇALVES, Irlen; FARIA FILHO, Luciano M. e Xavier, Maria do Carmo (org.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH / FUMEC, Vol. I 2002.

LOPES, Eliane e GALVÃO, Ana Maria. **História da Educação**. Ed. DP & A. 2001.

MAGALHÃES, Justino. **Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas**. IN: CATANI, Denice Bárbara & SOUSA, Cynthia Pereira. (orgs.) Práticas Educativas, culturas escolares, profissão docente. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

_____. **Contributo para a História das Instituições Educativas – Entre A Memória e o Arquivo.** In: Para a História do Ensino Lical em Portugal. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Universidade do Minho, 1999.

_____. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MONTEIRO, Roberto Alves (org). **Fazendo e aprendendo pesquisa qualitativa em Educação.** Juiz de Fora: FEME/UFJF, 1998.

MOURÃO, Paulo Kruger Correa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930).** Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. **O Ensino Noturno em Belo Horizonte nas três primeiras décadas do século XX: um estudo sobre a primeira Escola Noturna da Capital – O Grupo Escolar “Assis das Chagas”.** Trabalho apresentado no Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, UFU, 2006.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n.º 10, p.7-28, dez. 1993. Trad. Yara Aun Khoury.

NUNES, Clarice. **História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos.** Revista Teoria e Educação. N.º6, 1992ª. p.151/182.

NUNES, Clarice & CARVALHO, Marta. **Historiografia da Educação e Fontes.** Cadernos ANPED. Porto Alegre, n.º 5, p. 7- 64, 1993.

OLIVEIRA, Estevam. **Reforma de Ensino público primário e normal em Minas.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902.

OLIVEIRA, Paulino. **A História de Juiz de Fora** (2ª ed.). Juiz de Fora, Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

_____. **Efemérides Juiz-Foranas.** Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 1975.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1987.

PALACETE SANTA MAFALDA – Secretaria da Educação de Minas Gerais. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 2000.

PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **Educação no Brasil: Anos 20.** Edições Loyola. São Paulo. 1983.

PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **Recessão e controle: a política educacional mineira na Era Vargas.** Educação e Revista. Belo Horizonte (15): 5-13, jun. 1992, p. 05-13.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. São Paulo, Klick Editora, 1997.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas, São Paulo: Ed. Associados: Brasília, DF: Editora Piano, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas**. In Cadernos de História da Educação, nº 4, jan/dez.2005, p.27-33 Uberlândia, Editora UFU.

SOUZA, Rita de Cássia. **Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930)**. 2001. 355f. Dissertação, (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)**. São Paulo: Fundação UNESP, 1998.

_____. **O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **Tempos de Infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892 – 1933)**. In: Educação e Pesquisa, v. 25, 1999, p.127-143.

_____. **A Militarização da Infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira**. In: Cadernos Cedes, v.51, 2000, p.33-34.

_____. **Lições da escola primária**. In: Almeida, J. S. de; Saviani, D. O legado educacional do século XX. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. e VALDEMARIN, Vera Teresa. **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

_____. **Tecnologias de ordenação escolar no século XIX: currículo e método intuitivo nas escolas norte-americanas (1860-1880)**. In: Revista Brasileira de História da Educação. SBHE. Nº. 9, 2005, p.09-42. Autores Associados.

_____. **Prefácio**. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org). História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005, p.7-13.

_____. **Alicerces da Pátria: Escola Primária e Cultura Escolar de São Paulo (1890 – 1976)**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras. Tese de Livre Docência. Araraquara, SP 2006.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, M. H. Câmara (ORG.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. **Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org). A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.35-82.

VIDAL, Diana Gonçalves e Filho, Luciano Mendes Faria. **Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo**. Educ. e Pesquisa, São Paulo, v. 28, nº 1, p. 31-50, 2002.

_____. **As lentes da história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana (org.) **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves et al. **História da educação em São Paulo: a configuração do campo e a produção atual (1943-2003)**. In: GONDRA, José G. (Org). Pesquisa em história da educação no Brasil. Rio de Janeiro: DP& A, 2005, p. 157-220.

VIÑAO FRAGO, Antônio. **El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. Contemporaneidade e Educação**. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), Rio de Janeiro, nº. 7, p. 100-101, 2000.

VIÑAO FRAGO, Antônio. **História de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 0, 1995, p. 63-82.

VIÑAO FRAGO, Antônio. **Tiempos escolares, tiempos sociales**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antônio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro, DP & A, 1998.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **História das Instituições Escolares: de que se fala?** In: LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Fontes, história e Historiografia da Educação. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. p.13-36.

YAZBECK, Lola (Dalva Carolina de Menezes). **As origens da universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1999.

_____. **Formando os bons trabalhadores: os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais**. In: Cadernos de História da Educação, nº. 02 – Universidade Federal de Juiz Uberlândia – janeiro a dezembro de 2003, p.99-106.

_____. **Sementes da inclusão: grupos escolares de Juiz de Fora 1907- 2007**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

1.1.1.1.1.1.1

1.1.1.1.1.1.2

9.1 Fontes

ANDRADE, Antônio Carlos Ribeiro de. Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro. 1927. Disponível em: <<http://brazil.crl.educ/bsd/bsd/u311/index.html>>. Acesso em 13/07/06.

BRASIL. Decreto – Lei n.8.529, de 02 de janeiro de 1946. Lei Federal e Marginalia. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1946.

BRASIL, Decreto nº. 7970-A de 15 de outubro de 1927. Aprova o Regulamento de Ensino Primário, Belo Horizonte, MG, 1927.

BRASIL, Decreto nº. 1994 de 20 de março de 1907 – Cria a Escola Noturna em Juiz de Fora.

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1896 a 1950.

GRUPO JOSÉ RANGEL. Atas de Termos de Instalação da Escola Noturna para adultos do sexo feminino Noturno. 1914. (Acervo Nesce).

GRUPO ESOLAR ESTEVAM DE OLIVEIRA. Livro de Atas de Reunião de Leituras dos Grupos Centrais – 1940 – 1954. Juiz de Fora. (Acervo Escola Estadual).

GRUPO ESCOLAR ESTEVAM DE OLIVEIRA. Atas de exames. 1926/1940 (Acervo Escola Estadual).

GRUPO ESCOLAR ESTEVAM DE OLIVEIRA. Livros de Matrículas de 1939/1940 e 1944. (Acervo Escola Estadual).

GRUPO ESCOLAR ESTEVAM DE OLIVEIRA. Termos de promoção. 1926/1940. (Acervo Escola Estadual).

GRUPO ESCOLAR ESTEVAM DE OLIVEIRA. Pastas de Correspondências Diversas. 1944 /1964. (Acervo Escola Estadual).

MAPA ESTATÍSTICO ESCOLAR (1913). DAU/PJF.

MINAS GERAIS. Lei nº. 439, de 28 de setembro de 1906. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1906.

MINAS GERAIS. Lei nº. 444, de 03 de outubro de 1906. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1906.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 1.947, de 20 de dezembro de 1906. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1906.

MINAS GERAIS. Decreto nº.1.960 de 16 de setembro de 1906. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1906.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 533, de 24 de setembro de 1909. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1909.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Termo de visita, Juiz de Fora, Inspetor João Lucio Brandão. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1910.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 3.191, de 09 de junho de 1911. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1911.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios da Inspeção de Ensino. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1911, 1912, 1916.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 4.088, de 05 de janeiro de 1914. Coleção de Leis e Decretos Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1914.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Programa primário da escola noturna para adultos do sexo feminino, da Capital. Atos do Secretário. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1914.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios dos Grupos Escolares. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1914/1917.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 4.508, de 19 de janeiro de 1916. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1916.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 4.726, de 21 de março de 1917. Coleção de Leis e Decretos Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1917.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 4.930, de 06 de fevereiro de 1918. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1918.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 5.525, de 21 de janeiro de 1921. Coleção de Leis e Decretos Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1921.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 5.839, de 25 de janeiro de 1922. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 6.655, de 19 de agosto de 1924. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1924.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.989, de 22 de setembro de 1925. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1925.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 7.432, de 21 de dezembro de 1926. Coleção de Leis e Decretos Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1926.

MINAS GERAIS. Lei nº. 989, de 20 de setembro de 1927. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 7.970 - A, de 15 de outubro de 1927. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.094, de 22 de dezembro de 1927. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.162, de 20 de janeiro 1928. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.555 – de 05 de junho de 1928. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.949, de 25 de janeiro de 1928. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1928.

MINAS GERAIS. Lei nº 1.036 – de 25 de setembro de 1928. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.960, de 31 de janeiro de 1929. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1929.

MINAS GERAIS. Decreto nº 10.133, de 17 de novembro de 1931. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1931.

MINAS GERAIS. Decreto nº 10.480, de 02 de setembro de 1932. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1932.

MINAS GERAIS. Decreto nº 10.641, de 28 de dezembro de 1932. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1932.

MINAS GERAIS. Decreto nº.10.680, de 30 de janeiro de 1933. Coleção de Leis e Decretos Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1933.

MINAS GERAIS. Decreto nº: 11.297, de 10 de abril de 1934. Coleção de Leis e Decretos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1934.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 840, de 29 de junho de 1942. Coleção de Leis e Decretos Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1942.

RELATÓRIO DE ESTEVAM DE OLIVEIRA enviado à Secretaria do Interior, 1906. Arquivo Público Mineiro – SI 2829

RELATÓRIO DO DIRETOR DOS GRUPOS CENTRAIS, enviado à Secretaria do Interior, 1916. Arquivo Público Mineiro – SI 3662

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO NOS GRUPOS CENTRAIS, pelo Inspetor Regional Lindolpho Gomes, 1917. Arquivo Público Mineiro – SI 3715.

TELEGRAMAS E CORRESPONDÊNCIAS referentes à Escola Noturna, 1914. Arquivo Público Mineiro – SI 3511.

Jornais

JORNAL DO COMMERCIO - Juiz de Fora / MG;

CORREIO DE MINAS – Juiz de Fora / MG;

DIÁRIO MERCANTIL – Juiz de Fora / MG;

O DIA – Juiz de Fora / MG;

O PHAROL – Juiz de Fora / MG;

O LYNCE – Juiz de Fora / MG. (09/01/1912 a 1979);

TRIBUNA DE MINAS – Juiz de Fora / MG. ⁴²

⁴² Os jornais pesquisados encontram-se no Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes / Prefeitura de Juiz de Fora

10 – ANEXOS**1 Hino do Grupo Escolar “Estevam de Oliveira”**

Letra: Prof.^a Leda Dalva de Castro Barroso

Música: Cisne Branco

**Querido Grupo onde encontramos
Fachos ardentes de instrução
Do nosso peito te ofertamos
Amor imenso e gratidão.**

**Nas tardes claras da nossa existência
Te procuramos com avidez,
Buscando luzes, buscando crença
Brilhante auréola de honradez**

**Estevão de Oliveira
O teu nome na história
Há de ficar
Como um fanal de Glória.**

**És altaneiro,
Obreiro, forte e varonil
És e serás
Mais uma Glória do Brasil!**

**Teus sábios mestres sempre nos ensinam,
O amor da pátria e do Senhor
Conselhos sábios que reanimam,
Mostrando a meta do Salvador.**

**Em cada peito terás um soldado,
Feito por esta dedicação.
E serás sempre glorificado
Em tua obra de redenção.**

ANEXO II CONSENTIMENTO INFORMADO

**Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Educação
Faculdade de Educação**

Eu, _____, _____ do

Grupo Escolar Estevam de Oliveira autorizo à mestranda Maria Aparecida Figueiredo Cohn, a reprodução de minha entrevista gravada total ou parcialmente.

Estou consciente de que os dados coletados nessa entrevista serão usados como elementos de análise para a dissertação de referida mestranda, assim como podem vir a ser usados também em futuros trabalhos acadêmicos.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2006.

Assinatura